

AVISO

© ACRÓPOLE.

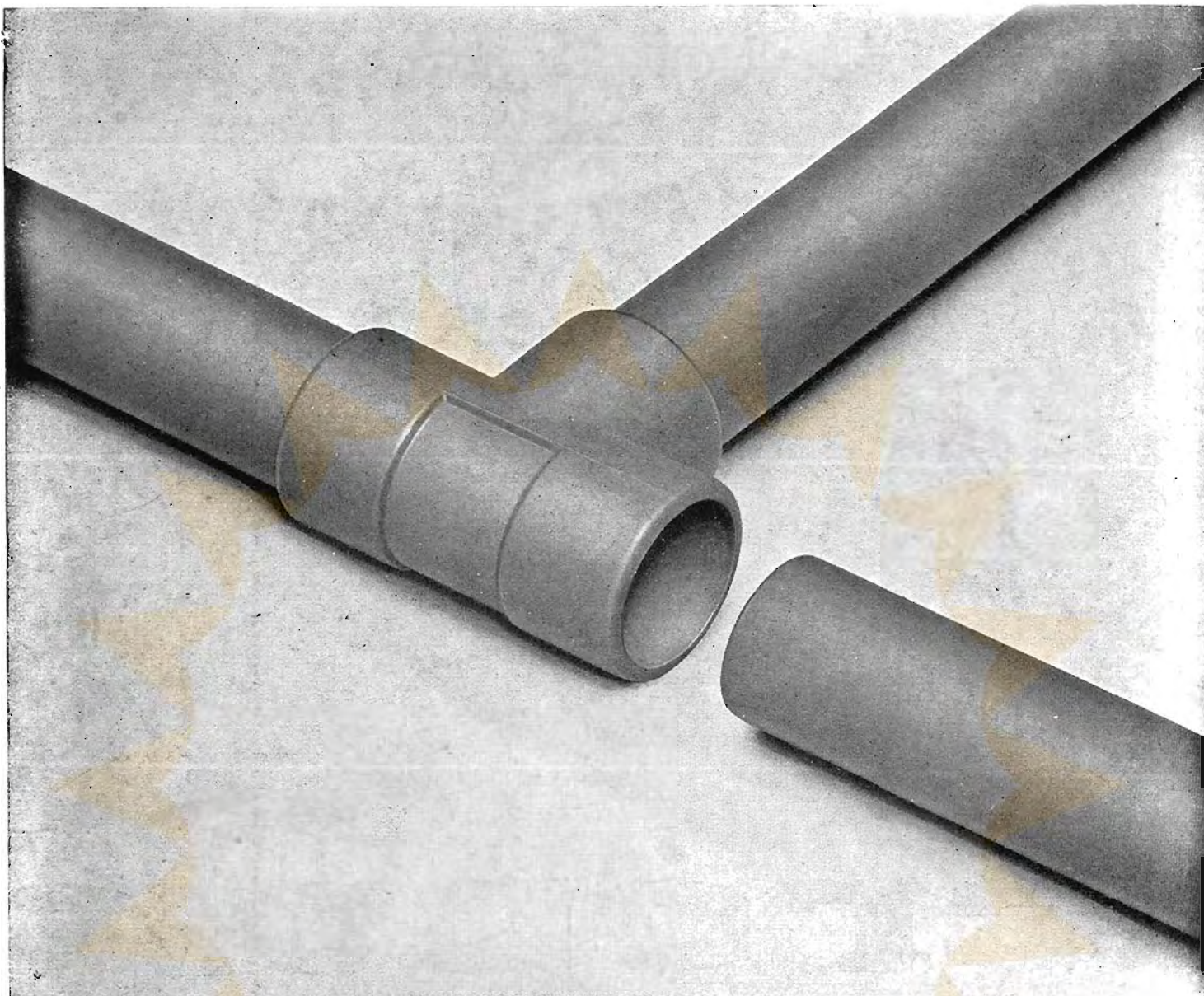
Esta é uma cópia da revista Acrópole, número 295, junho de 1963,
produzida a partir da revista original digitalizada pela
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,
(disponível em <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/295>)
respeitando-se os termos da licença Creative Commons 4.0 (CC BY-NC-ND)
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



An aerial photograph of a city, likely Athens, Greece, showing a prominent acropolis on a hill. The city's grid-like street pattern is visible, and the acropolis is a large, dark, irregularly shaped area at the top of the image. The overall color palette is dominated by shades of purple and blue.

acrópole

edição comemorativa do 25º aniversário



Em quantos segundos se faz uma junta soldada com Tubos PVC Brasilit?

Veja bem, nos falamos em segundos. Porque, afinal, com PVC Brasilit tudo é extremamente rápido. A instalação, por exemplo, é o que há de mais imediato. Você não precisa de morsa para fixar os tubos. Você não precisa de tarrachas para rosqueá-los. Você não precisa apertar as peças com cuidado para não espanar a rêsca.

Na verdade, você passa a solda plástica na ponta de um tubo e a encaixa na bolsa do tubo seguinte. É questão de segundos.

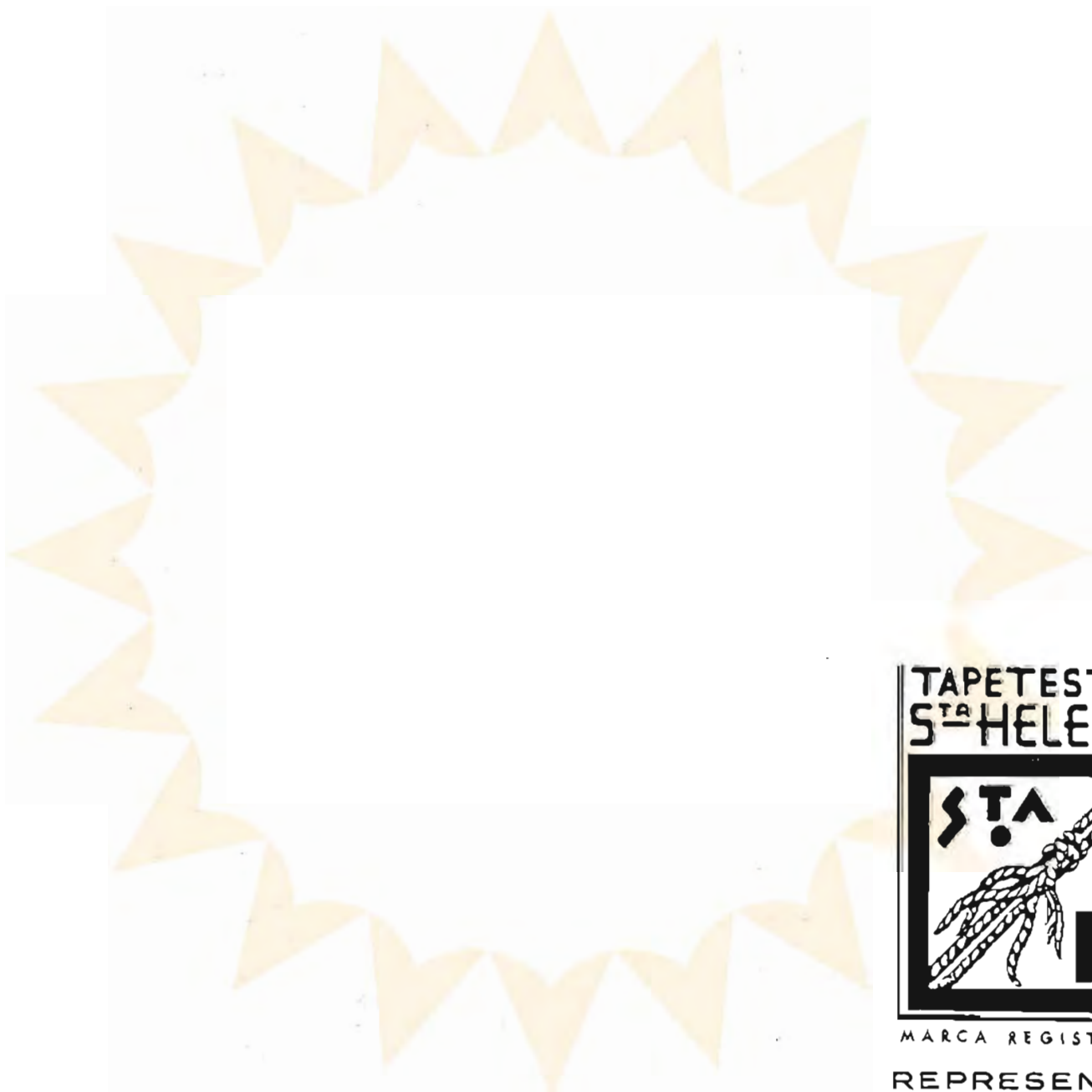
Apesar de ser assim rápida, esta junta soldada é eterna. Não representa uma simples retenção por ranhuras. Mas uma verdadeira fusão

molecular das paredes, que passam, assim, a formar autênticas peças monolíticas. Quando há movimentos ou balanços, a junta não sofre. A "Junta Soldada" Brasilit é a mesma que você encontra atualmente na Europa, América ou Japão. Não é um meio para simplificar a instalação. Mas uma solução técnica para maior segurança e durabilidade.

Ao escolher o tipo de tubo a ser empregado em suas obras, considere pois, as vantagens da Junta Soldada. Ampla literatura a respeito e completa assistência técnica estão às suas ordens na Brasilit - pioneira na fabricação de tubos de p.v.c. com juntas soldadas no Brasil.

TUBOS **PVC** BRASILIT
RÍGIDO
para instalações hidráulicas, industriais, rurais e eletrodutos





MARCA REGISTRADA

REPRESENTAM
O MAXIMO EM

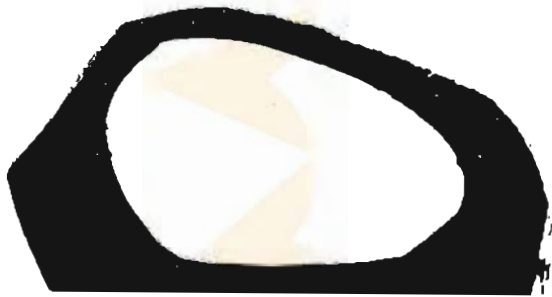
**ARTE
CONFÔRTO
BELEZA**

MANUFACTURA DE TAPETES STA. HELENA S.A.

São Paulo — Rua Augusto, 765 — Telefone, 34-1522

Rio de Janeiro — Rua Melvin Jones, 35 · 2.º (ant. Rua Chile)

Fábricas — São Paulo e Jacareí



Gerson Knispel — Gravura

A T E L I Ê D E Z

Murais e painéis decorativos
Artes gráficas
Cartazes
Lay-out
Cenários
Exposições

Papeis, nacional e estrangeiro
para jornais, livros e revistas.
Papeis em geral.



CIA. T. JANÉR

RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE
PORTO ALEGRE
SÃO PAULO
SALVADOR
CURITIBA
RECIFE
BELEM
SANTOS

25° aniversário

A revista Acropole, o mais antigo órgão de arquitetura editado no Brasil a circular atualmente, completa 25 anos de atividades ininterruptas. Fundada em maio de 1938 (assinatura 50 mil-réis, n.º avulso, 5 mil-réis), no escritório do arq. Eduardo Kneese de Mello, foi seu fundador Roberto A. Corrêa de Brito. A redação se situou sucessivamente na rua Benjamin Constant 23, rua da Figueira 705, rua Boa Vista 57, rua 24 de Maio 104, rua Barão de Itapetininga 93 e rua Xavier de Toledo 264.

A partir de maio de 1940 até janeiro de 1953 editou um suplemento imobiliário com o movimento de construções e preços de terrenos em São Paulo. A revista foi vendida em começos de 1953 aos atuais proprietários (foto abaixo).

Constam de suas edições o livro "Residências - Interiores", editado em 1955, "Notas sobre a Evolução da Morada Paulista", arq. Luiz Saia, em 1957, "Veneziana e Vidro", arq. Bina Fonyat, um número especial sobre Brasília (abril 1960) em duas edições, tendo publicado mensalmente (de janeiro, 1954 até junho, 1959) o boletim do Instituto de Arquitetos do Brasil, Dept. de São Paulo, e durante 5 anos (n.º 222 até 280) o "Dicionário da Arquitetura Brasileira" dos arqs. Eduardo Corona e Carlos Lemos, obra esta em vias de ser publicada em forma de livro. Edita mensalmente em suas páginas o Boletim do Instituto Brasileiro de Acústica.

Assinantes estendem-se por todo o Brasil, países da América Latina, e muitas cidades européias, asiáticas e africanas. A revista é enviada, por intermédio do Itamarati, a todas as embaixadas e consulados do Brasil no exterior.

Acropole mantém permuta com cerca de 70 revistas congêneres brasileiras e estrangeiras. Durante os anos, a revista se tornou importante ponta de lança da boa arquitetura, especialmente no interior dos Estados, onde o contato com obras novas e qualitativas é relativamente difícil. Os 294 números espelham também o desenvolvimento da arquitetura contemporânea.



Esta Floresta

Revistas de arquitetura no Brasil
Roteiro de arquitetura contemporânea em São Paulo
O sítio urbano inicial da aglomeração paulistana

Notas para a teorização de São Paulo

São Paulo: seus pontos de encontro

Originalidade do sítio da cidade de São Paulo

Guilherme de Almeida

Eduardo Corona e Carlos Lemos, arqs.

Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber

Luiz Saia, arquiteto

Jorge Wilhelm, arquiteto

Prof. Azib Nacib Ab'Sáber

201

205

209

223

239



Página 204

Página 208

Página 222

Página 238

Foto dobrada

Roteiro de arq. contemporânea
São Paulo: seus pontos de encontro

Vista aerofotogramétrica da cidade de São Paulo. Aerofoto Natividade

Parte do mapa de D. Luis de Cespedes Xeria (1628), o primeiro documento existente da nomenclatura geográfica do planalto paulista
Detalhe da gravura "Costumes de São Paulo" (1835) de João M. Rugendas

Detalhe da gravura "Vista de São Paulo", do livro "Reminiscências de viagens" (1840) de Daniel P. Kidder

Vista aérea de São Paulo, com a av. São João (Praça Marechal Deodoro) em primeiro plano. Foto: E.N.F.A.

Fotos: José Moscardi

Fotos históricas: Arquivo do Dep. de Cultura da Prefeitura; fotos atuais: João Xavier e José Xavier

Redação e Administração

Editora
Fundador e Diretor Geral (1938 a 1952)
Diretor Geral
Diretor Responsável
Diretor Gerente
Capa
Clichês
Composição e Impressão

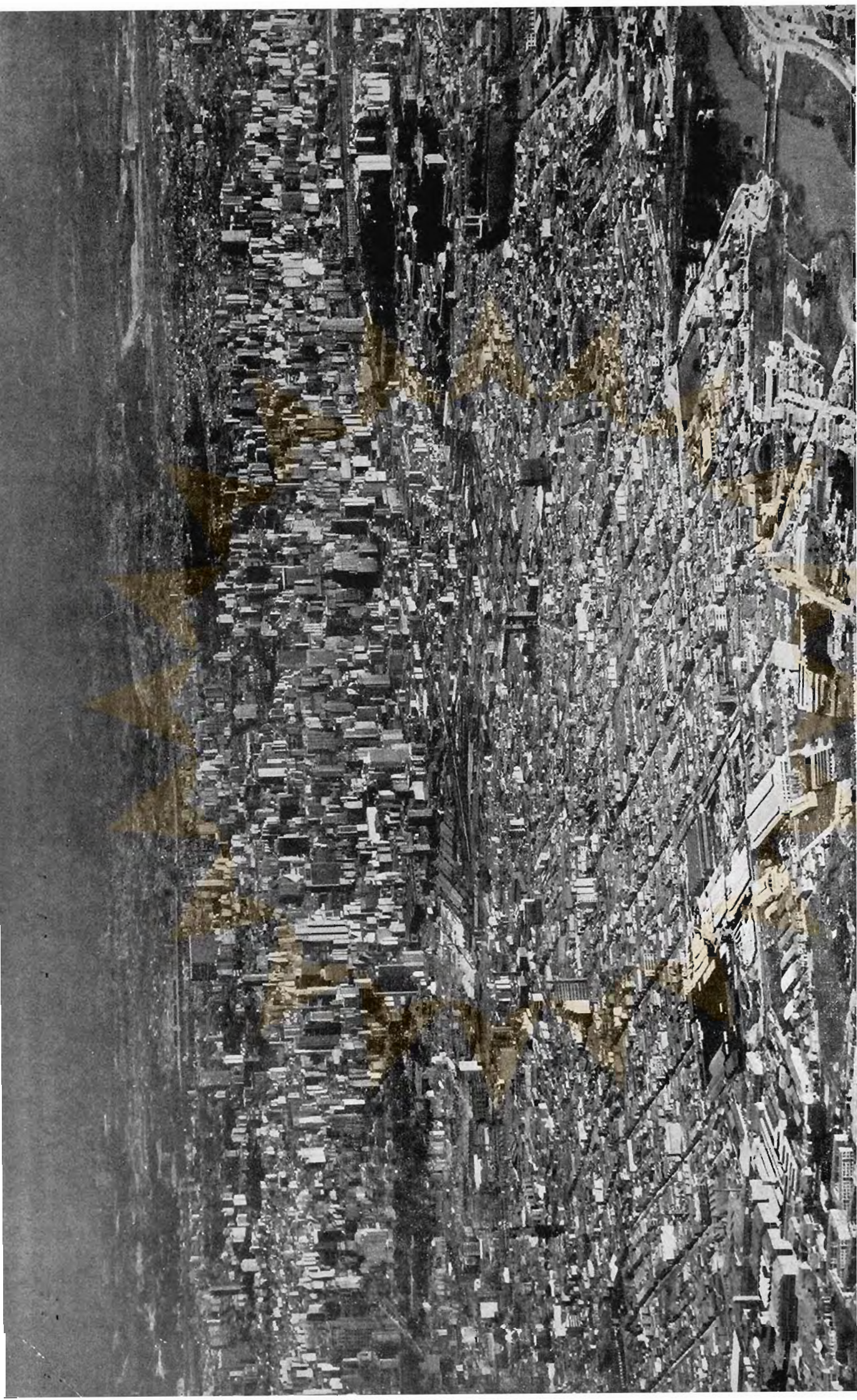
Representantes
Rio de Janeiro Panamérica
Porto Alegre Max Walter
Belo Horizonte Escritórios Dutra
Salvador João Soares
Recife Socied. Técnica Brasileira Ltda.

Rua Xavier de Toledo 264, 5º andar, conj. 53
fone: 33 1636, caixa postal 3798, São Paulo

Max Gruenwald & Cia.
Roberto A. Corrêa de Brito
Max M. Gruenwald
Américo Pellegrini F.º
Manfredo Gruenwald
Arq. Augusto Boccara
Clichéria Continental
Impressora Ipsis S.A.

Avenida Erasmo Braga 227, 7º sala 713, fone: 42 9240
Rua Felix da Cunha 1164, caixa postal 1124
Rua Timbires 834, fone: 2 6427
Rua Chile 1
Avenida Rio Branco 193, 1º andar, sala 103

preço deste n.º: Cr\$ 400,00; assinatura anual: Cr\$ 2.000,00; com registro: Cr\$ 2.200,00
assinatura anual registrada, via aérea: Cr\$ 3.000,00



Panorama da cidade de São Paulo, em vista aérea oblíqua tomada de aproximadamente ENE para WSW. Nos primeiros planos, os bairros industriais do margem esquerda do rio Tietê (zona alagadiça, que somente nos últimos 15 anos foi ocupada), logo depois, os bairros industriais e residenciais antigos da cidade (Belémzinho, Pari, Canindé, Ponte Pequena). Em segundo plano ao centro, ao longo do vale do Tamanduaí, um segundo eixo industrial, de idade mais antiga, o qual segue muito de perto o eixo

das ferrovias que entram na cidade (Pari, Oriente, Brás). Ao centro da foto, a área de concentração máxima das edificações elevadas, as quais extravaram das colinas centrais originais da cidade. Da outra banda, no último plano, estendem-se os bairros residenciais do vale do rio Pinheiros (Jardim Europa, Jardim América, Jardim Paulista, Ibirapuera), os quais são contínuos na margem direita (baixa) e des- contínuos na margem do além-Pinheiros (Cidade Jardim, Morumbi, Cidade Universitária). Foto: E.N.F.A

ESTA FLORESTA

Era uma "casinha de torrão e palha, quatorze passos de comprimento
[e doze de largo]"
para ser — reza a crônica — "escola, enfermaria, dormitório, re-
[feitório, cozinha e despensa":
muda nobre mas franzina em dia azado plantada (faz agora quatro
[séculos e nove anos)
no lombo doce de uma colina vigilante entre dois rios aí embai-
[xo, e entre o campo e o sertão.
Regaou a suor e sangue e lágrimas, que verteu uma Raça de Gigan-
[tes,
a planta criancinha, pela terra, que era boa, e pelo céu, que era
[propício,
deitou tramas e mais tramas de raízes verrumantes e ramas fe-
[cundantes,
dando sombra e dando flor e dando fruto à vontade de repouso, de
[beleza e de sustento
dos da terra e dos de fora. E, feita árvore gigante, espalhou
[em derredor
as sementes encerradas no mistério e no milagre dos seus nobres,
[generosos receptáculos.
E brotou do chão ubérrimo a floresta alastrante e ascensionai
[de tijolo, areia, cal,
concreto, pedra, ferro, plástico, alumínio, cerâmica, azulejo,
[mosáico, vidro, gesso... ;
floresta que povoam, laboriosos e ajustados, quatro milhões de
[cérebros: oito milhões de braços,
contínuos construtores da Cidade que é cartaz e que é "slogan":
[figura e pensamento,
afixados entre duas imutáveis cordilheiras na mudável fisiono-
[mia do Planalto:
S ã o P a u l o d e P i r a t i n i n g a

Guilherme de Almeida

Damos abaixo uma visão de tôdas as revistas de arquitetura até agora editadas no Brasil. Os clichês mostram, na maior parte, o 1.º número de cada publicação; onde impossível conseguí-lo, um dos primeiros. Após o nome, consto a cidade onde foram ou são editadas, data do início e do fim de circulação; nas revistas que continuam em curso, um traço. Segue, entre parêntesis, o número de edições até o fim de publicação, ou os números vindos a lume até junho, 1963. Finalizando os dados, o nome do proprietário (P), os diretores (D) na época de fundação, e o formato.



Architettura no Brasil
Rio de Janeiro
Outubro, 1921 - 1926 (29)
P: M. Moura Brasil do Amaral
31 x 23 cm



A Construção em São Paulo
São Paulo
Dezembro, 1923 - 1926 (20)
P: Barros, Ekman & Cia. Ltda.
32 x 23 cm (circulo em S. P., desde Fevereiro, 1948, uma publicação semanal com o mesmo nome)

A Casa
Rio de Janeiro
Dezembro, 1923 - 1949 (304)
P: Arq. Ricardo Wriedt
27 x 19 cm



Architettura e Construções
São Paulo
Agosto, 1929 - 1932 (30)
P: Eng. Julio Capua (Instituto Paulista de Arquitetos); D: Arqs. Christiano das Neves, Dac'c A. de Moraes, Engs. Antonio Ippolito e Arthur Motta
31 x 23 cm



Revista de Arquitetura
Rio de Janeiro
Maio, 1934 - 1944 (64)
P: Diretório do Escola Nacional de Belas Artes; D: Levi Autran e Paulo Mota
26 x 19 cm

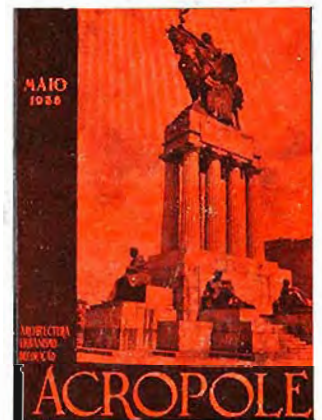


Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro
Maio, 1936 — Dez., 1940 (30)
P: Instituto de Arquitetos do Brasil; D: Cipriano Lemos
30 x 22 cm

Urbanismo e Viação
Rio de Janeiro
1938 - 1943 (26)
P: Engs. F. Baptista de Oliveira, Armando C. Silva e Edmundo Lys
27 x 19 cm



Acropole
São Paulo
Maio, 1938 - (294)
P: Roberto Corrêo de Brito (1938-1952) Max e Manfredo Gruenwald 1953-, D: Arqs. Alfredo E. Becker, Cyro R. Pereira, Eduardo Kneese de Mello e Walter S. Kneese
30 x 22 cm



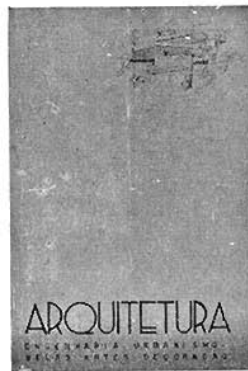


Ante-Projeto
Rio de Janeiro
1945 - 1959 (4)
P: Diretório Acadêmico de Arq. da Faculdade Nac. de Arq.; D: Edgar Graeff, Marcos Jaimovich e Norberto Rizzo
32 x 24 cm

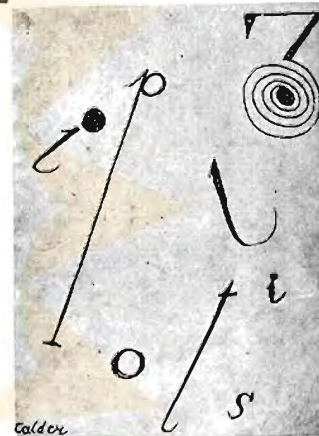


Arquitetura e Engenharia
Belo Horizonte
Maio, 1946 - (65)
P: Geraldo G. Castro
31 x 23 cm

Arquitetura
Belo Horizonte
1947 - 1951 (12)
P: Diretório Acadêmico da Escola de Arq. da U.M.G.; D: João K. de Figueiredo, Helcio S. Tito, Claudio C. P. da Silva e Jefferson Lodi
27 x 18 cm



Pilotis
São Paulo
1949 - 1949 (3)
P: D: Carlos Millon, Jorge Wilhelm, Paola Tagliacozzo, Roberto C. Franco, Salvador Candia e Sidney do Fonseca
32 x 23 cm



Habitat
São Paulo
Outubro, 1950 - (70)
P: Habitat Editora Ltda.; D: Arq. Lina Bo Bardi
32 x 23 cm

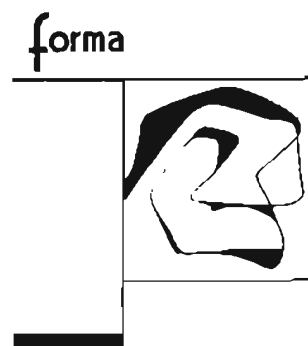


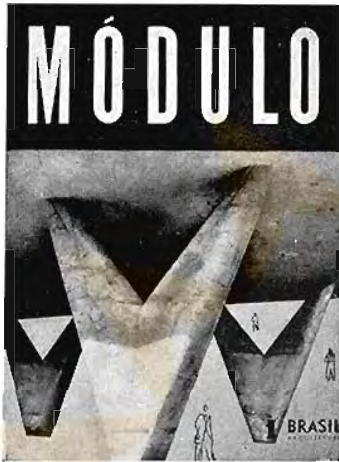
Brasil Arquitetura Contemporânea
Rio de Janeiro
Agosto, 1953 - 1958 (13)
P: Edições Contemporâneas Ltda.; D: Joaquim de A. Mattos e Mario Barato
30 x 23 cm

AD
São Paulo
Agosto, 1953 - Março, 1958 (27)
P: Expedito G. Castro; D: Arq. Eduardo Corona
30 x 22 cm



Forma
Rio de Janeiro
Junho, 1954 - Abril, 1955 (5)
P: Luiza E. Massena
28 x 23 cm





Módulo
Rio de Janeiro
Março, 1955 - (32)
P: Editora Módulo Ltda.;
D: Joaquim Cardozo, Oscar Niemeyer, Rodrigo M. F. Franco, Rubem Braga e Zenon Lotufo
34 x 26 cm (mudou em 1959 para 30 x 23)

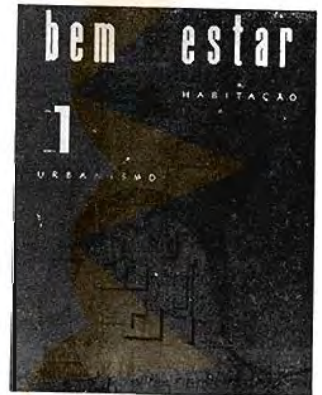


Brasília
Rio de Janeiro
Janeiro, 1957 - Abril, 1961 (52)
P: Cia. Urbanizadora da Nova Capital
28 x 22 cm

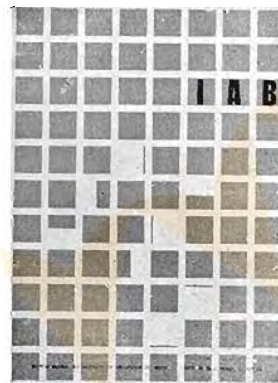
IAB
Rio de Janeiro
Janeiro, 1958 - Julho, 1959 (19)
P: Instituto de Arq. do Brasil, Dept. do Rio de Janeiro; D: J. R. Godoy Quintão
28 x 21 cm



Bem Estar
São Paulo
Fevereiro, 1958 - 1960 (4)
P: Gustavo N. da Rocha F.;
D: Brenno C. Nogueira
29 x 22 cm

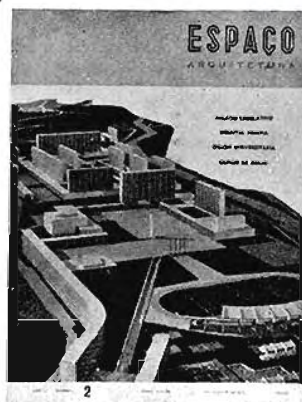


Arquitetura Mackenzie
1958 - 1958 (2)
P: Diretório Acadêmico da Fac. de Arq. Mackenzie; D: Geraldo C. Hungria, Décio F. de Almeida, Claus Bergner e Maurício N. Lima
32 x 24 cm



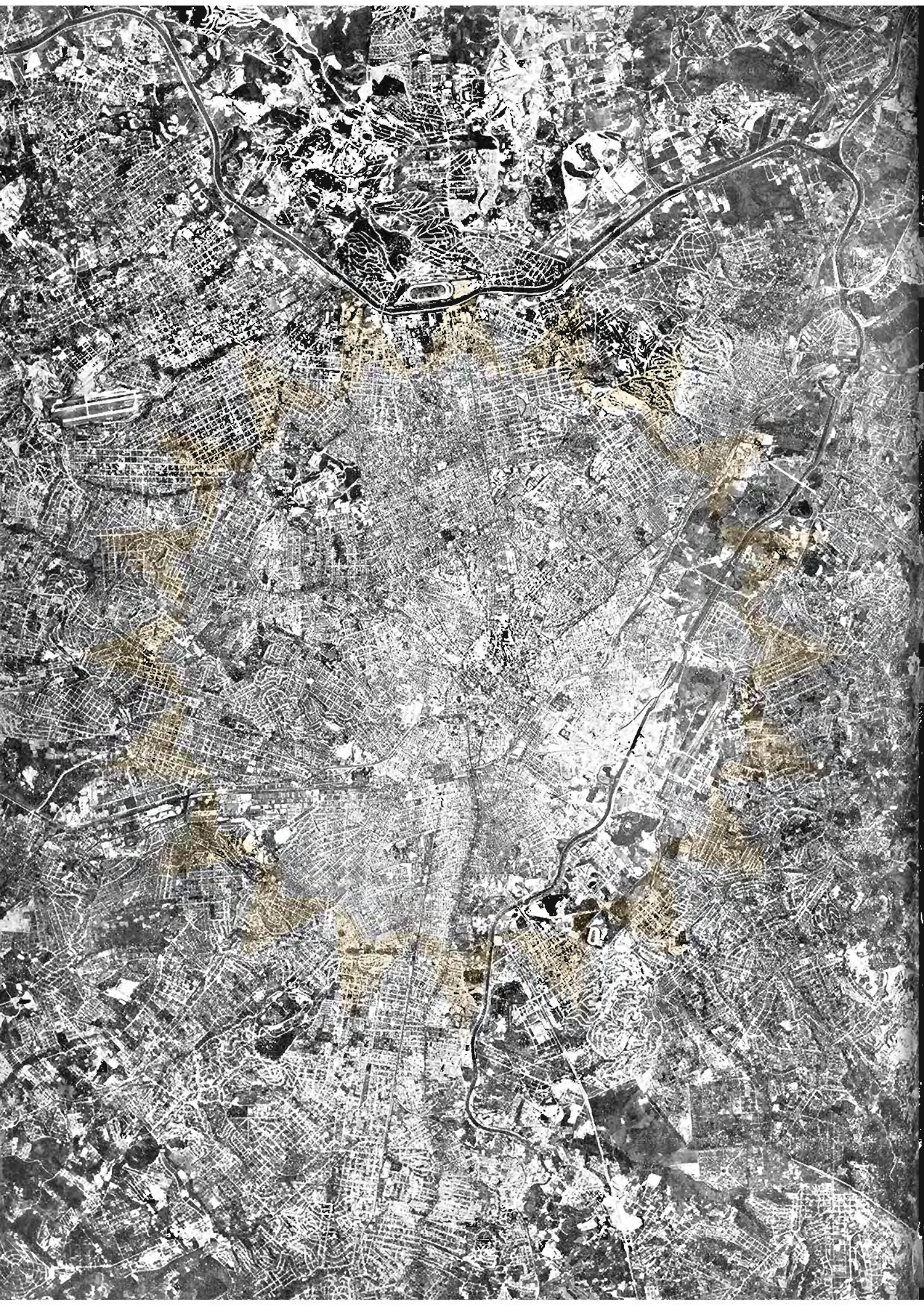
IAB
São Paulo
Julho, 1959 - Junho, 1961 (76)
P: Instituto de Arq. do Brasil, Dept. de São Paulo; D: Arq. Brenno C. Nogueira
28 x 20 cm (publicada anteriormente — desde Janeiro, 1954 — como suplemento da Revista Acropole)
28 x 20 cm

Espaço
Porto Alegre
1959 - (3)
P: Faculdade de Arq. e Urbanismo da U.R.G.S.; D: Arq. Edgar Graeff e Nelson Souza
30 x 22 cm



Guanabara
Rio de Janeiro
Maio, 1961 - (12)
P: Instituto de Arq. do Brasil, Dept. da Guanabara; D: Arqs. Maurício Roberto, Maurício S. N. Batista, Alfredo L. Brito, Carlos Ishikawa e Carlos E. Hime
30 x 24 cm (passou a denominar-se "Arquitetura" em Dezembro, 1962; tornou-se órgão do IAB nacional em Junho, 1963)







arq. Eduardo Corona
arq. Carlos Lemos

Eduardo Corona nasceu em 1921, diplomando-se arquiteto em 1946 pela Faculdade Nacional de Arquitetura. Trabalhou no Rio, com Oscar Niemeyer desde 1945 até 1949. Em junho de 1949 veio para São Paulo como assistente de Teoria da Arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo, tornando-se catedrático interino dessa Cadeira desde 1945 até o presente momento. Em 1957 iniciou, também, o ensino de Teoria da Arquitetura na Faculdade de Arquitetura Mackenzie, onde é catedrático contratado. Foi arquiteto da Prefeitura Municipal de São Paulo, contratado junto à Comissão do Convênio Escolar para executar projetos de escolas no Município, tendo 14 Escolas executadas, de 1949 a 1953. Foi membro do Conselho Diretor e 2.º Secretário do Instituto de Arquitetos do Brasil no Rio, em 1947 e 1948 e desde 1949 tem pertencido à diversos Conselhos do I.A.B. Departamento de São Paulo e exercido vários cargos de Diretoria. Presentemente é tesoureiro do Conselho Superior do I.A.B.. Tem sido membro de Júris de Concursos de Arquitetura, e de vários Salões Paulistas de Belas Artes e de Arte Moderna e, ainda, membro do Júri Internacional da VI Bienal de São Paulo. Desde 1953 é Conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (6.ª Região) onde exerceu os cargos de 2.º e 1.º Secretário. É membro suplente da Comissão de Exercício Profissional da União Internacional de Arquitetos, foi delegado do Brasil e chefe de delegação junto ao X Congresso da Federação Pan-Americana de Arquitetos em Buenos Aires, em 1960 e Delegado do Brasil na Assembléia da U.I.A. no VI Congresso da U.I.A. realizado em Londres, em 1961. É conselheiro do Conselho de Representantes da Escola Técnica de São Paulo, onde é o atual Presidente. Tem escrito inúmeros trabalhos para revistas e publicações de arquitetura, e é autor do "Dicionário da Arquitetura Brasileira" com o Arquiteto Carlos Lemos, que foi publicado durante cinco anos na Revista Acropole e está em vias de publicação em volume pela Editora Kosmos. Tem em preparo uma monografia sobre "10 jovens arquitetos paulistas", um "Dicionário da Habitação Popular" e um trabalho intitulado "Gaudi, Niemeyer e Le Corbusier".

Carlos Lemos (em pé) nasceu em 1925, cursando o Ginásio do Estado e Diplomando-se pela Faculdade de Arquitetura Mackenzie em 1950. É atualmente Assistente da Cadeira Teoria de Arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da U.S.P. Foi assistente de Oscar Niemeyer em seu escritório paulista de arquitetura. É autor, com Eduardo Corona, do "Dicionário da Arquitetura Brasileira", escreveu vários artigos sobre nossa arquitetura antiga e tem projetos executados de prédios comerciais e residenciais.

Os cem mil edifícios que pontilham a área urbana e suburbana de São Paulo, além das inúmeras edificações e obras públicas necessárias à vida e à movimentação de 4 milhões e meio de pessoas, em muito contribuíram para modificar radicalmente algumas das feições originais, ou em outros casos, para mascarar as condições geográficas naturais do sítio de São Paulo. Até o próprio clima local parece ter sofrido variações delicadas, de ordem dita microclimática, devido à grande aglomeração humana aí estabelecida, assim como, devido à invulgar concentração de pequenos e grandes focos de liberação de energia. Mais do que isso, o próprio céu de São Paulo adquiriu um aspecto menos transparente e belo do que o da atmosfera que recobre outros recantos mais agrestes e menos humanizados do Brasil Sudeste e do Brasil Meridional.

Diante tanta coisa, muitas sobreesistem, entretanto, sobretudo no que se refere à vegetação original da Região de São Paulo. Muita embora a pequenina área onde nasceu e cresceu São Paulo esteja encravada na faixa de domínio das matas atlânticas, pouco se sabe de objetivo sobre qual teria sido a paisagem botânica encontrada pelos ameríndios e, mais tarde, pelos colonizadores lusos. Pelo seu clima tropical úmido de planalto, não sujeita a estiagens marcadas em quase nenhuma época do ano, assim como pela sua posição geográfica, colocada como está no meio das grandes áreas florestais do Brasil Sudeste, a região que asila a metrópole paulistana, muito bem poderia ser tomada como um mero prolongamento da mesma faixa de matas pluviais que se estende por quase toda a face atlântica do Brasil, desde o Grande do Norte até ao Rio Grande do Sul.

Então, a toponímia e a própria tradição histórica se associam para contrariar uma interpretação assim tão simplista, introduzindo a idéia da existência de manchas de "campos" na região de São Paulo. De um lado, temos a significativo exemplo de Santo André da Borda do Campo, como que a denunciar um limite tênue, porém efetivo, entre as grandes matas da Serra do Mar e as primeiras clareiras ou zonas de matas mais baixas e menos densas correspondentes às colinas de São Paulo. Por outro lado, como que a reforçar a idéia sugerida pelo termo, há que lembrar em conta a frequência da expressão campos de Piratininga. Muitos foram os pesquisadores que quiseram ver no uso corrente dessa expressão, um documento finalmente favorável à existência efetiva de manchas de "campos" no Planalto Paulistano, num momento que seria bem anterior à própria penetração lusitana na região. Porém, sobre o que seriam tais "campos" e qual a sua fisionomia, pouco ou quase nada se sabe. Seriam naturais? Ou seriam uma mera consequência do prolongamento da terra pelos próprios ameríndios neolíticos da região piratinin-ga? Estas as grandes e principais dúvidas que ainda pairam sobre todos aqueles que se têm preocupado com o velho e discutido problema.

Os novos recursos das pesquisas geográficas podem dar um outro caminho para trazer um pouquinho de luz ao controverso problema. Correlacionando-se o pouco que se conhece sobre a natureza do solo e do subsolo da região de São Paulo, com o que se sabe sobre a vegetação antiga de alguns dos compartimentos topográficos da mesma área, pode-se atingir algumas conclusões esclarecedoras. Adotando tais princípios é-se levado a uma pergunta fundamental: haveria uma incidência maior de campos nas zonas sedimentares da bacia de São Paulo, enquanto as verdadeiras matas estariam de preferência nos terrenos cristalinos decompostos que circundavam a zona sedimentar por todos os quadrantes? Talvez esse seja o único roteiro para a revisão do velho assunto, e esta a única idéia mais plausível que pode atingir alguma coisa de concreto. Em princípio, pode-se admitir que todas as zonas cristalinas decompostas que envolvem a bacia de São Paulo eram florestais.

Definidamente, entretanto, convém lembrar a diferença que separa o conceito de "campo" e o conceito de "roça". O primeiro procura significar, em toda a Brasil, um tipo de vegetação sub-arbórea, aparentada aos cerrados ou cerradões, mas com um maior desenvolvimento em altura, e extremamente resistente à uma expansão da onda florestal, mesmo quando muito usada pelo homem e posteriormente abandonada. O segundo, ao contrário, é usado predominantemente para indicar uma clareira cultivada no meio de uma mata virgem ou de um capoeirão de mata secundária, ou, em casos excepcionais, até mesmo no meio de um cerradão ou de um cerrado de solo utilizável. É assim que o uso desregrado de uma área de cerradões, através inúmeras "roças" itinerantes e predativas, poderia criar artificialmente uma paisagem tida como de "campo". Seria este o caso de algumas das manchas de "campos" referidas pela toponímia e pelos textos em relação à Região de São Paulo? Se isto é certo, onde estariam na porção sedimentar da Região de

prof. Aziz Nacib Ab'Saber

O sítio urbano inicial da aglomeração paulistana

prof. Aziz Nacib Ab'Sáber

urbanização e
camuflagem do sítio

Os setecentos mil edifícios que pontilham a área urbana e suburbana de São Paulo, aliados às inúmeras edificações e obras públicas necessárias à vida e à movimentação de 4 milhões e meio de pessoas, em muito contribuíram para modificar radicalmente algumas das feições originais, ou em outros casos, para mascarar as condições geográficas naturais do sítio de São Paulo. Até o próprio clima local parece ter sofrido variações delicadas, de ordem dita microclimática, devido à grande aglomeração humana aí estabelecida, assim como, devido à invulgar concentração de pequenos e grandes focos de liberação de energia. Mais do que isso, o próprio céu de São Paulo adquiriu um aspecto menos transparente e belo do que o da atmosfera que recobre outros recantos mais agrestes e menos humanizados do Brasil Sudeste e do Brasil Meridional.

Dúvidas muito grandes sobreexistem, entretanto, sobretudo no que se refere à vegetação original da Região de São Paulo. Muito embora a pequenina área onde nasceu e cresceu São Paulo esteja encravada na faixa de domínio das matas atlânticas, pouco se sabe de objetivo sobre qual teria sido a paisagem botânica encontrada pelos ameríndios e, mais tarde, pelos colonizadores lusos. Pelo seu clima tropical úmido de planalto, não sujeito a estiagens marcadas em quase nenhuma época do ano, assim como pela sua posição geográfica, colocada como está no meio das grandes áreas florestais do Brasil Sudoeste, a região que asila a metrópole paulistana, muito bem poderia ser tomada como um mero prolongamento da mesma área de matas pluviais que se estende por quase toda a face atlântica do Brasil, do Rio Grande do Norte até ao Rio Grande do Sul.

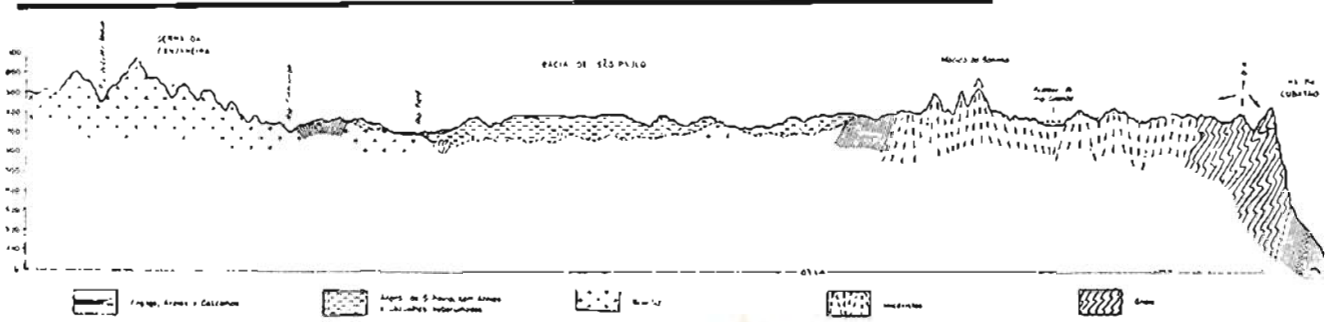
o problema das
paisagens originais

Entretanto, a toponímia e a própria tradição histórica se associam para contrariar uma interpretação assim tão simplista, introduzindo a idéia da existência de manchas de "campos" na região de São Paulo. De um lado, temos a significativa expressão Santo André da Borda do Campo, como que a denunciar um limite tênue, porém efetivo, entre as grandes matas da Serra do Mar e as primeiras clareiras ou zonas de matas mais baixas e menos densas correspondentes às colinas de São Paulo. Por outro lado, como que a reforçar a idéia sugerida pelo termo, há que levar em conta a frequência da expressão campos de Piratininga. Muitos foram os pesquisadores que quiseram vêr no uso corrente dessa expressão, um documento francamente favorável à existência efetiva de manchas de "campos" no Planalto Paulistano, num momento que seria bem anterior à própria penetração lusitana na região. Porém, sobre o que seriam tais "campos" e qual a sua fisionomia, pouco ou quase nada se sabe. Seriam naturais? Ou seriam uma mera consequência do uso prolongado da terra pelos próprios ameríndios neolíticos da região piratinigano? Estas as grandes e principais dúvidas que ainda pairam sobre todos aqueles que se têm preocupado com o velho e discutido problema.

Os novos recursos das pesquisas geográficas podem dar um outro caminho para lançar um pouquinho de luz ao controvertido problema. Correlacionando-se o pouco que se conhece sobre a natureza do solo e do subsolo da região de São Paulo, com o que se sabe sobre a vegetação antiga de alguns dos compartimentos topográficos da mesma área, pode-se atingir algumas conclusões esclarecedoras. Adotando tais princípios é-se levado a uma pergunta fundamental: haveria uma incidência maior de campos nas zonas sedimentares da bacia de São Paulo, enquanto as verdadeiras matas estariam de preferência nos terrenos cristalinos decompostos que circundavam a zona sedimentar por todos os quadrantes? Talvez esse seja o único roteiro para a revisão do velho assunto, e esta a única idéia mais plausível para se atingir alguma coisa de concreto. Em princípio, pode-se admitir que todas as zonas cristalinas decompostas que envolvem a bacia de São Paulo eram florestais

diferenças de conceito
entre campo e roça

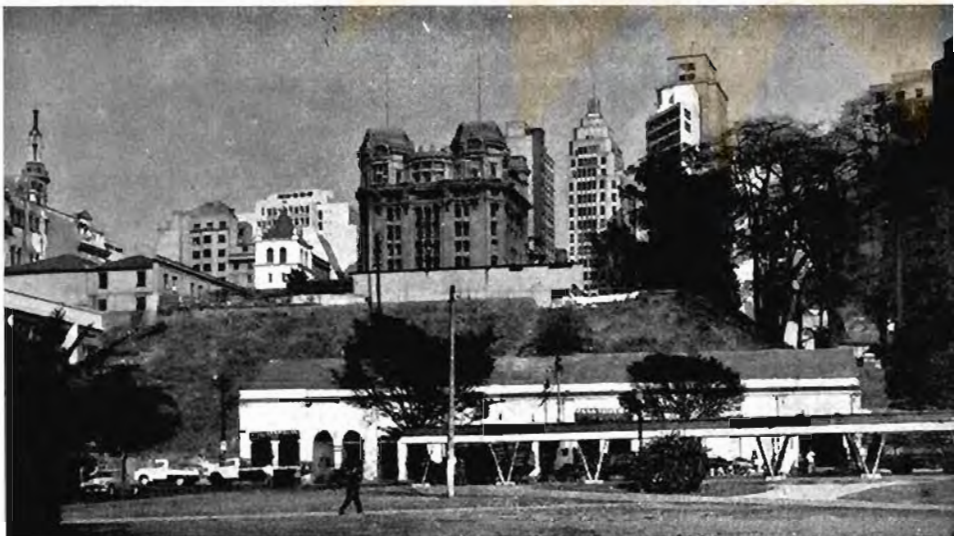
Preliminarmente, entretanto, convém lembrar a diferença que separa o conceito de "campo" e o conceito de "roça". O primeiro procura significar, em todo o Brasil, um tipo de vegetação sub-arbórea, aparentada aos cerrados ou cerradões, incapaz de um maior desenvolvimento em altura, e extremamente resistente à uma expansão da onda florestal, mesmo quando muito usada pelo homem e posteriormente abandonada. O segundo, ao contrário, é usado predominantemente para indicar uma clareira cultivada no meio de uma mata virgem ou de um capoeirão de mata secundária, ou, em casos excepcionais, até mesmo no meio de um cerradão ou de um cerrado de solo utilizável. É assim que o uso desregrado de uma área de cerradões, através inúmeras "roças" itinerantes e predativas, poderia criar artificialmente uma paisagem tida como de "campo". Seria este o caso de algumas das manchas de "campos" referidas pela toponímia e pelos textos em relação à Região de São Paulo? Se isto é certo, onde estariam na porção sedimentar da Região de



Seção geológica da serra da Cantareira à serra do Cubatão



Visualização do sítio original da Cidade de S. Paulo (1563) segundo estudo de Mertig. No último plano, à direita, a silhueta do pico do Jaraguá. No meio, a colina central, confinada entre os rios Anhangabau e Tamanduetei (em primeiro plano). Rev. do Arq. Municipal, N.º 23, 1936. Abaixo, a mesma área atualmente, em aerofoto, tendo ao centro o vale do Anhangabau, e à direita o rio Tamanduetei; cortado pela av. Rangel Pestana



O berço da metrópole: a esplanada do Pátio do Colégio visto do vale do Tamanduetei. Note-se o desnível de 15 a 20 m que separa os dois planos do relevo regional

São Paulo as verdadeiras matas e onde estariam as manchas de vegetação mais baixa e menos densa, aparentada como os cerradões e os cerrados, de fácil transformação em clareiras ou "campos"?

diferenças de aptidões florestais dos solos

O espigão central das colinas paulistanas, divisor d'águas entre os vales do Tietê e do Pinheiros, hoje muito bem marcada pelo eixo da Avenida Paulista, — pelo que se sabe de seu solo e pelo que se conhece de sua paisagem botânica antiga — era inteiramente recoberto por florestas pluviais, densas, relativamente altas. Idêntica paisagem poderia ser encontrada nas abas superiores daquele interflúvio, assim como nos seus esporões mais proeminentes (Aclimação, Sumaré), ou nos glotões e fundos de vales dos riachos que nasciam em suas vertentes e demandavam o Tietê e o Pinheiros.

Os níveis intermediários das colinas, entretanto, tinham condições mais favoráveis para a redução local do porte da vegetação, sobretudo onde apareciam superficialmente crôstas de limonita, que dificultavam a fixação e o enraizamento das árvores, e, em contrapartida, facilitavam o trabalho de monter clareiras tanto para os indígenas quanto para os colonizadores. Mais para leste ou nordeste da bacia de São Paulo, além da presença de crôstas limoníticas, há que assinalar a existência de solos arenosos e porosos, não tão laterizados quanto os do Espigão Central e suas vertentes, onde por certo a vegetação também teria que ser menos viçosa e alta, e mais facilmente transformável em "campos".

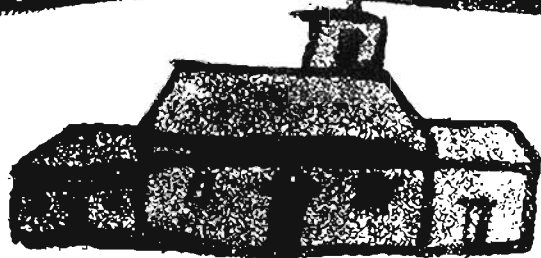
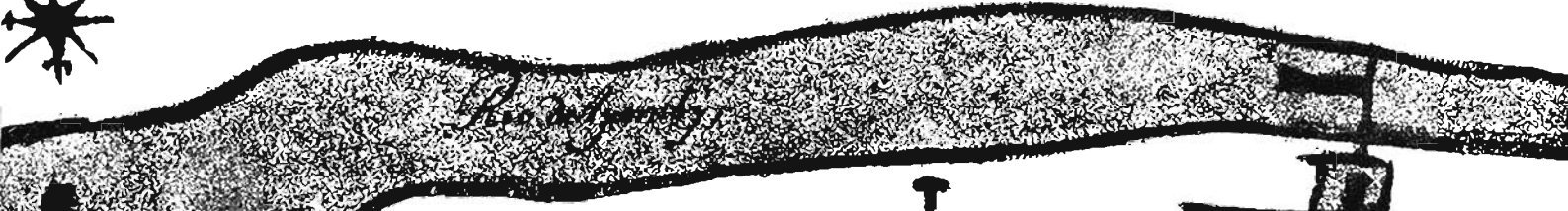
Idênticamente, muito embora os terraços baixos que ladeavam os rios principais, assim como as grandes várzeas oriundas das inundações anuais e periódicas, fossem dotados de um manto vegetal predominantemente arbóreo e florestal, não existiam aí matas do porte e da maciçidade das matas atlânticas. Os solos e as condições hidrológicas dessas grandes planícies praticamente sem relêvo, criaram por certo uma paisagem botânica diferente nesses compartimentos baixos da região de São Paulo. Aí, pelo menos, era bem fácil manter clareiras a partir das margens das paludais não florestadas, ou encontrar espaços favoráveis para o estabelecimento de pastagens para o gado de serviço e de corte, ou para o desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas, tais como chácaras e fazendas. Não é improvável mesmo que, nos compartimentos labirínticos das grandes várzeas submersíveis, houvessem pequenos tratos de "campos" de planície, frequentemente alagados, e contando com solos ácidos e de utilização problemática. Seriam esses alguns dos embriões naturais dos campos criados pelos indígenas e pelos colonizadores na região de Piratininga?

conclusões preliminares

Em conclusão, as áreas de matas mais baixas e menos densas da Região de São Paulo se localizavam, preferencialmente, nos domínios dos terrenos sedimentares da pequena bacia aí existente. Por outro lado, tinham como local principal os níveis intermediários da topografia, onde eventualmente afloravam crôstas limoníticas, ou, ainda, os terrenos mais permanentemente alagáveis das grandes planícies regionais.

De qualquer forma, eram pequenos "campos", dispostos em manchas reduzidas e descontínuas, originados por causas as mais diversas, ora relacionadas com os solos, ora ligadas à ação antrópica. Tais "campos" ou manchas de mata baixa somente conseguiam se destacar na paisagem, devido a envergadura das matas adjacentes, altas e homogêneas, além do que, sem dúvida, amedrontadoras, para aqueles que isolados e desprovidos de equipamentos suficientes, arcam com as duras tarefas do desbravamento e colonização dos sertões florestais dessa parte do Brasil.

Note-se que esta disposição da vegetação original na região de São Paulo, com matas densas nos divisores e pequenos campos nos patamares e planícies, difere fundamentalmente do outro mosaico de formações vegetais existentes no médio vale do Paraíba, onde também existe uma pequena bacia sedimentar de compartimento de planalto (bacia de Taubaté). As clareiras de cerrados e cerradões degradados de São José dos Campos, estão em pleno alto das colinas regionais, atapetando os interflúvios, enquanto as grandes matas tinham a posição de florestas galerias e de matas de encosta, ocupando as depressões e partes acidentadas dos terrenos. Após um uso prolongado e desregrado, as manchas de cerrados e cerradões daquela área ainda têm espécies específicas das áreas de cerrados e ainda se conservam, sob a forma de pastos ou campos sujos nos interflúvios, à moda clássica das paisagens das chapadões de Goiás e Mato Grosso. Tratam-se, pois, de dois esquemas de paisagens inteiramente diferentes, que somente podem ser compreendidos através do trabalho associado dos elementos fornecidos pelas referências dos cronistas e viajantes, pelos estudos botânicos, pelos conhecimentos geológicos associados, assim como, pela história do uso da terra e pela detida análise geográfica de campo.



La villa de mampabo en el Brasil

A

B

Ytamiriquagu

este Rio Aradabo - d. Luis de Céspedes

Rivera

Riveros

C

Tarajá

equacate

mbayuniquen

barji

toji

mbaejine

D

Yacarej

E

Pera

F

en la riva

G

San Pedro de Macoris - d. Luis de Céspedes



«il nous est difficile de prendre de ces choses une vue désintéressée purement théorique. Nous en sommes non seulement les témoins, mais les acteurs» Max Sarré

Notas para a teoria da urbanização de São Paulo

Do meio milhão de cidades que cobrem atualmente a área do Estado de S. Paulo, apenas 29 foram originadas fora da órbita da economia do café. A cidade de São Paulo é uma delas, em que pese a sua atual compleição metropolitana constituir o resultado direto do quadro econômico-social instituído sob o domínio exclusivista da monocultura da rubiácea, pelo que ela deve ser estudada considerando largamente esta fase da sua vida. Além disso, um exame mais atencioso do seu atual conjunto problemático não dispensa a audiência daqueles compromissos assumidos pela cidade em todos os diferentes e sucessivos períodos da sua evolução. Inclusive os mais recuados no tempo do que o do café, ou mesmo aqueles de repercussão mais distante, como o da expansão geográfica nacional, do tempo das Bandeiras. Alguns desses compromissos atuam com significativo vigor, ou por encontrarem novamente, nas circunstâncias atuais, motivos de revalorização, ou por se manifestarem agora em sentido contrário àquele que prevaleceu em época passada. De qualquer modo, sua anciandade e persistência os qualificam à consideração de um inventário que se esforce para compor um quadro geral dos problemas decisivos da unidade paulistana.

Cada período característico da formação regional contém pelo menos uma tese principal e uma família de teses anclares. É possível que a hierarquização dessas teses acolha controvérsias, mas é certo por outro lado, que é sempre possível distinguir não só em relação à tese principal, como na que diz respeito às teses anclares, um jogo dialético de oposições que desembocam em decididas preferências por soluções características, partidos dominantes, esquemas endossados pela maioria ou mesmo por uma quase unanimidade coletiva. Em certos casos, a proposição-tese é tão clara que o simples enunciado dela é bastante esclarecedor; em outros casos é indispensável uma análise crítica para extrair dos fatos aquele travamento ou aquelas aproximações que lhes conferem significados expressivos, os quais de outra forma permaneceriam desapercibidos.

Na realidade, é indispensável recuar até a protohistória de São Paulo para encontrar, ainda no primeiro século de colonização, os motivos que militaram em favor da posição geográfica e em favor do sítio urbano que sediariam a capital. A tese da colonização portuguesa era a da exploração mercantilista da Colônia. Para isso a expedição de Martim A. de Sousa vinha munida de um regimento, para isso desse cabo de guerra tentou contornar a inexistência do ouro que estava na mira da generalidade dos conquistadores e a inexistência de produtos como o pau-brasil, com a formação de uma das primeiras S/A de que se tem notícia (Cia. dos Armadores do Trato) e a fundação de um engenho de açúcar que posteriormente se chamaria Engenho dos Erasmos e cujas ruínas, recentemente identificadas pela D.P.H.A.N. foram doadas à Universidade de São Paulo. Contrariamente ao que aconteceu nas outras partes da Colônia, nas quais a sede administrativa coincidia com o entreposto máximo e maior importância, na área paulista nem o antigo São Vicente, nem Santos e nem Itanhaém vingaram como cabeça de capitania, uma vez que a tese oficial de colonização não encontrou aí a sua substância, ouro, pau-brasil ou o que quer que fosse. Mesmo certas teses oficiais anclares eram obstaculadas na tarefa da marinha: São Vicente, a primeira vila e mais importante, com edifícios de pedra, cal, boa igreja etc., estava de tal modo espalhada que não era possível o cercamento. O baluarte cercado como apoio chave era uma tese ancilar oficial.

Abandonada a solução pelágica, que era a única que se entrosava com o mercantilismo oficial, os colonos ficaram à vontade para realizar a escolha de uma sede. É aí que realmente começa a história de São Paulo. Duas experiências, ambas contando com a mesma solução geográfica, isto é, serra acima, informavam o problema: uma era Santo André da Borda do Campo, núcleo de João Ramalho; outra era a paragem paulistana que os indígenas desde há muito haviam eleito como centro das suas andanças. Provavelmente porque a segunda contasse com uma definição paisagística mais satisfatória — centro virtual que era de um primitivo lago terciário — para onde confluíam importantes contribuintes do Anhembi superior, com o anteparo de uma serra de matas ao norte e bons caminhos de água e campinas ao sul, na direção do mar, mas certamente porque para ela apontava a experiência dos indígenas (quem indicou o sítio urbano de São Paulo foi o filho primeiro de João Ramalho e Bartira), a paragem paulistana foi a preferida.

Mas este sucesso inaugural ainda não definira a tese antipelágica já prevenida por Santo André da Borda do Campo, posto que durante todo o primeiro século a Marinha repartia com São Paulo a capacidade de atrair os colonos que em ambas as regiões lutavam para se estabelecer em termos satisfatórios. Esta luta se verificava especialmente no campo das teses anclares, pois os demais entraves

arq. Lulz Saia

Nasceu em 1911, estudando no Ginásio Diocesano, em São Carlos, Ginásio do Estado de Campinas, Escola Politécnica de São Paulo e Curso de Etnografia e Folclore. Colaborador de Mário de Andrade na assistência técnica do antigo S.P.H.A.N. em São Paulo e na Chefia da Missão de Pesquisas Folclóricas que percorreu o Nordeste do país em 1938. Assistente Técnico e depois Chefe do 4.º Distrito da D.P.H.A.N. desde 1939. Fundador e coordenador da Comissão de Planejamento do IAB de São Paulo para a qual organizou e dirigiu quatro cursos de Planejamento. Livre docente da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte. Autor de projetos de residências, hospitais e jardins, e de vários Planos Diretores.

Trabalhos publicados: Notas sobre arquitetura rural paulista do segundo século, 1944 e 1950. Escultura Popular Brasileira, 1944. A casa bandeirista, 1955. Relatório sobre o problema de planejamento para o Est. de São Paulo, 1955. Anteprojeto de reforma da Secretaria da Saúde do Est. de São Paulo, 1955. Anteprojeto de lei sobre reforma urbana e cigária no Est. de São Paulo, 1956/1957. Notas sobre a evolução da morada paulista, 1957. Da Arquitetura, 1957. Residências Rurais do Brasil Colônia, 1958. Tese do IAB para o Congresso Pan-Americano de Arquitetos, 1960. Arquitetura e Sociedade, 1961. Aulas, conferências, artigos, notas, etc..

Notas para a teorização de São Paulo

Luiz Saia, arquiteto

«il nous est difficile de prendre de ces choses une vue désintéressée purement théorique. Nous en sommes non seulement les témoins, mais les acteurs» Max Sarre

Do meio milheiro de cidades que cobrem atualmente a área do Estado de S. Paulo, apenas 29 foram originadas fora da órbita da economia do café. A cidade de São Paulo é uma delas, em que pese a sua atual compleição metropolitana constituir uma resultante direta do quadro econômico-social instituído sob o domínio exclusivista da monocultura da rubiácea, pelo que ela deve ser estudada considerando largamente esta fase da sua vida. Além disso, um exame mais atencioso do seu atual conjunto problemático não dispensa a audiência daqueles compromissos assumidos pela cidade em todos os diferentes e sucessivos períodos da sua evolução. Inclusive aqueles mais recuados no tempo do que o do café, ou mesmo aqueles de repercussão mais distante, como o da expansão geográfica nacional, ao tempo dos Bandeiras. Alguns desses compromissos atuam com significativo vigor, ou por encontrarem novamente, nas circunstâncias atuais, motivos de revalorização, ou por se manifestarem agora em sentido contrário àquele que prevaleceu em época passada. De qualquer modo, sua anciandade e persistência os qualificam à consideração de um inventário que se esforce para compor um quadro geral dos problemas decisivos da unidade paulistana.

Cada período característico da formação regional contém pelo menos uma tese principal e uma família de teses ancilares. É possível que a hierarquização desses teses acolha controvérsias, mas é certo por outro lado, que é sempre possível distinguir, não só em relação à tese principal, como no que diz respeito às teses ancilares, um jogo dialético de oposições que desembocam em decididas preferências por soluções características, partidos dominantes, esquemas endossados pela maioria ou mesmo por uma quase unanimidade coletiva. Em certos casos, a proposição-tese é tão clara que o simples enunciado dela é bastante esclarecedor; em outros casos é indispensável uma análise crítica para extrair dos fatos aquele travamento ou aqueles aproximações que lhes conferem significados expressivos, os quais de outra forma permaneceriam despercebidos.

protohistória



Ruínas do engenho São Jorge dos Erasmos

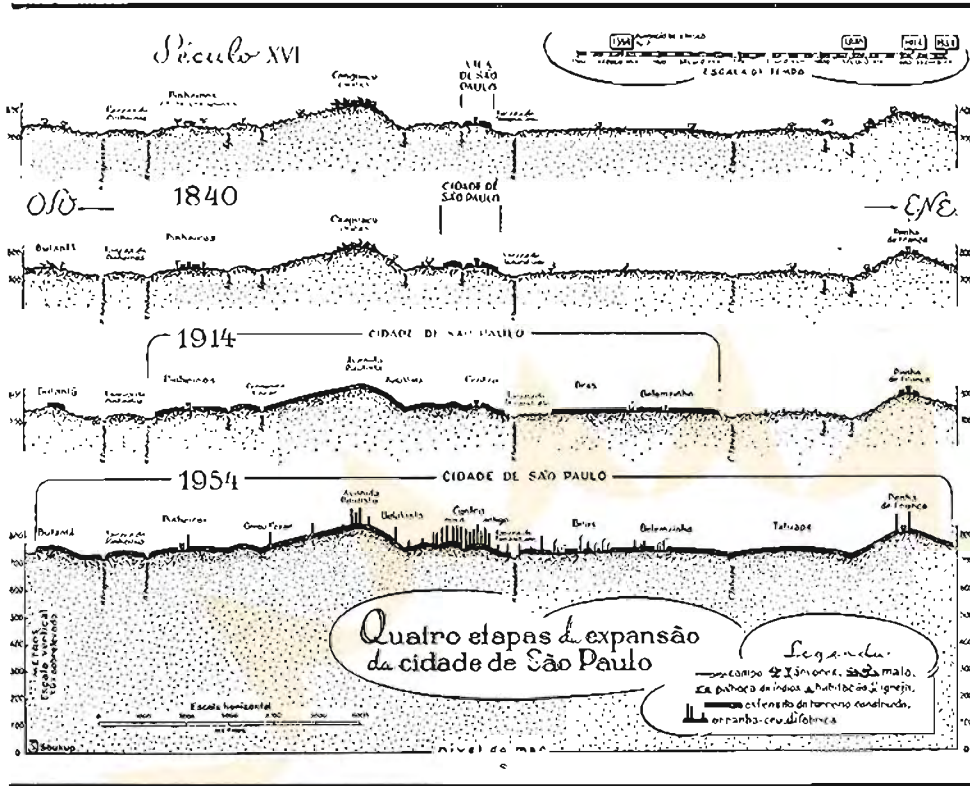
Na realidade, é indispensável recuar até a protohistória de São Paulo para encontrar, ainda no primeiro século de colonização, os motivos que militaram em favor da posição geográfica e em favor do sítio urbano que sediariam a capital. A tese da colonização portuguesa era a da exploração mercantilista da Colônia. Para isso a expedição de Martim A. de Sousa vinha munida de um regimento, para isso esse cabo de guerra tentou contornar a inexistência do ouro que estava na mira da generalidade dos conquistadores e a inexistência de produtos como o pau-brasil, com a formação de uma das primeiras S/A de que se tem notícia (Cia. dos Armadores do Trato) e a fundação de um engenho de açúcar que posteriormente se chamou São Jorge dos Erasmos e cujas ruínas, recentemente identificadas pela D.P.H.A.N. foram doadas à Universidade de São Paulo. Contrariamente ao que aconteceu nas outras partes da Colônia, nas quais a sede administrativa coincidia com o entreposto marítimo de maior importância, na área paulista nem o antigo São Vicente, nem Santos e nem Itanhaém vingaram como cabeça de capitania, uma vez que a tese oficial de colonização não encontrou aí a sua substância, ouro, pau-brasil ou o que quer que fosse. Mesmo certas teses oficiais ancilares eram obstaculadas na faixa da marinha: São Vicente, a primeira vila e mais importante, com edifícios de pedra e cal, boa igreja etc., estava de tal modo espalhada que não era possível o seu cercamento. O baluarte cercado como apoio chave era uma tese ancilar oficial.

a solução pelágica representa tese oficial

três alianças decisivas: com a geografia, com o sítio urbano e com o índio

Abandonada a solução pelágica, que era a única que se entrosava com o mercantilismo oficial, os colonos ficaram à vontade para realizar a escolha de uma sede. É aí que realmente começa a história de São Paulo. Duas experiências, ambas contando com a mesma solução geográfica, isto é, serra acima, informaram o problema: uma era Santo André da Borda do Campo, núcleo de João Ramalho; outra era a paragem paulistana que os indígenas desde há muito haviam eleito como centro das suas andanças. Provavelmente porque a segunda contasse com uma definição paisagística mais satisfatória — centro virtual que era de um primitivo lago terciário — para onde confluíam importantes contribuintes do Anhembi superior, com o anteparo de uma serra de matás ao norte e bons caminhos de água e campinas ao sul, na direção do mar, mas certamente porque para ela apontava a experiência dos indígenas (quem indicou o sítio urbano de São Paulo foi o filho primeiro de João Ramalho e Bartira), a paragem paulistana foi a preferida.

Mas este sucesso inaugural ainda não definira a tese antipelágica já prenunciada por Santo André da Borda do Campo, posto que durante todo o primeiro século a Marinha repartia com São Paulo a capacidade de atrair os colonos que em ambas as regiões lutavam para se estabelecer em termos satisfatórios. Esta luta se verificava especialmente no campo das teses ancilares, pois os demais entraves

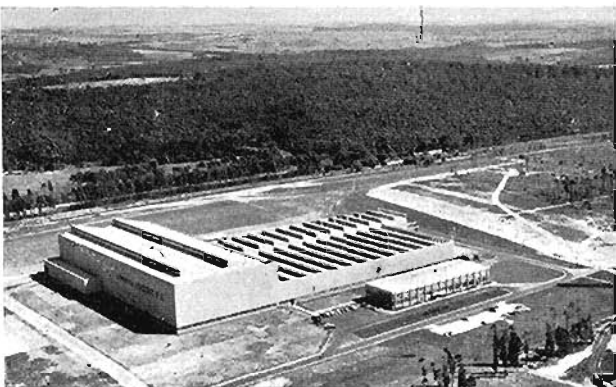


A sede dos paulistas no período das bandeiras não é uma cidade, mas uma região; com as expressões efetivas do poder sediadas em estabelecimentos dispersos numa área de 50 quilômetros de raio. Mesmo como formalidade São Paulo é incompleta: nem existe aí uma Casa de Câmara e Cadeia. A simbiose café-ferrovia criou condições para que o antigo local apontado aos colonos pelo filho de João Ramalho evoluísse rapidamente para a capital regional e, em seguida, para a unidade metropolitana. Depois da segunda guerra mundial, a escala regional reassume o comando da problemática paulistana



Cada nova gleba loteada recebe um tratamento independente. Tanto o reticulado hipodâmico como os desenhos inspirados na idéia de cidade-jardim perdem de vista, aí, suas justificações lógicas originais. Esse aparente tumulto individualista de loteamentos contém, entretanto, no seu conjunto, uma problemática peculiar cuja explicitação por meio de obras de adequação escala poderá vertebrar a cidade de um modo claro. Com o ensino oficial do urbanismo repartido entre os chorosas noções acadêmicas e o empirismo pífio de loteamentos comerciais, não é justo esperar que as soluções surjam com a desejável naturalidade

A instalação de importantes centros de produção e trabalho, fora do âmbito urbano, como esta fábrica, funciona como agente fundamental da nova escala regional da unidade paulistana. Os projetos exclusivamente engenheiráticos e técnicos, como a retificação do Pinheiros em execução, mostrada nesta foto de 1928, não alcançam, conceitual e operativamente, os atuais problemas paulistanos



o baluarte cercado é uma tese oficial ancilar

São Paulo e Cidade do México: duas soluções antipelágicas de nível metropolitano

o mameluco é peça essencial da sociedade paulista

jesuitas: solução sacralizada; colonos: solução mestiça

sociedade paulista: feudal, mestiça, militarista

igualavam a precoriedade das instalações do planalto e da Marinha. Naquele, os índios molestaram os habitantes de Piratininga até os últimos anos do século XVI, nesta os piratas, incêndios, maremotos e a terra de mangue perseguiram os assustados colonizadores. Aparte tais azares, os divergências atingiam as decisões importantes. Uma tese menor, ancilar, que movimentou os colonos de ambas as zonas e que foi objeto de muita luta e reclamações, foi a do cercamento das vilas. A tese oficial era a do baluarte cercado que definia a posse dos colonos a um raio de tiro de besta. Lembre-se, neste sentido, que para a Bahia veio um arquiteto especialmente incumbido de construir os muros de proteção, e que em São Vicente, uma das preocupações de Tomé de Souza foi verificar a viabilidade de cercar a vila. Em São Paulo foram construídos muros de taipa cercando a vila, mas no período mais agudo dos ataques dos índios esses muros viviam abandonados e furados aqui e ali pelos moradores, que assim conseguiam, apesar do perigo maior que isso representava, caminhos mais curtos para as roças. O conceito de alfoz¹, que perseguiu as lides portuguesas de colonização na África, Ásia e mesmo no Brasil, foi em São Paulo alijado de maneira mais completa.

A importância do travamento desta tese com a evolução posterior dos acontecimentos é absolutamente decisiva. Na história da colonização moderna, existe apenas um outro caso de unidade urbana situada fora de órbita da navegação marítima, que tenha atingido o nível metropolitano: a cidade do México. Nestes dois exemplos, em que pesem as diferenças, o predomínio da experiência indígena na opção antipelágica é inegável e fundamental.

A vitória formal sobre os índios que ameaçavam São Paulo, o abandono dos muros que tentavam transformar Piratininga num baluarte oficial, a valorização da vila pela incorporação da população de Santo André e, afinal, a formação de dois núcleos novos (Mogi e Parnaíba) capazes de absorver e permitir vivência às brigas tradicionais entre os membros da classe dirigente, são os marcos que assinalam a vitória da tese dos colonos. Atrás desses marcos e formando sua base efetiva subjazia um fato fundamental: a região já contava com uma produção de mamelucos suficiente para sustentar a montagem de uma sociedade de feição característica, empreendedora, criadora e capaz de impor suas teses e valores.

Essa sociedade se contrapôs à tese de uma solução sacralizada e utópica defendida pelos jesuitas, negou a instituição do binário urbano-rural² também tentado pelos padres da Cia. de Jesus e negou igualmente o uso da propriedade imóvel como fator de conquista e montagem do poder, preferindo, em contraposição, uma estrutura social do tipo militar, carregada de reminiscências feudais, mestiça e distribuída sobre um "território" sede numa forma primitivista que lembra os bárbaros germânicos descritos por Cornélio Tácito. É claro que o antipelagismo e o imediatismo biológico da mestiçagem levaram os colonos a um nível de interpretação das condições naturais, cuja extraordinária eficácia operativa somente poderia ser explicada pela intimidade ecológica que ocorreu em São Paulo e que resultou em tamanha importância nacional na atividade dos bandeirantes.

A hierarquização das teses nesse período aponta duas fases bem distintas. Numa primeira fase, que vai até meados do século XVII, a luta entre colonos e jesuitas traduzia dialéticamente duas idéias. A ação dos jesuitas possuía um fundo utópico e idealista; os colonos estavam envolvidos por aquela aura de afirmação humana que marcara o aventureiro emergido da Renascença. A polarização dialética é incontornável: ou uma sociedade tipo sacral, como a que os soldados de Jesus tentaram nas Missões, ou uma solução que permitisse à capacidade criadora do colono se exercer em toda a sua plenitude, sem pênias religiosas e sem esquemas colonialistas.

A base utópica e idealista dos jesuitas se inspirava no último figurino para o pensamento, na Europa, onde a instituição da engenharia, da ciência e da técnica colocava o poder nas mãos de novos detentores, em luta contra o conservadorismo de Florença e Roma. São conhecidas, neste sentido, as ligações dos franciscanos e dos jesuitas com os utopistas que saltavam a cada canto do pensamento renascentista. Os franciscanos no México e os jesuitas na América do Sul. Os paulistas, empíricos, imediatistas, ecologicados ao extremo, primitivistas e formais na aparência oficial, escolheram uma direção oposta à utópica, mas que não apresentava também o fundo averroista e fibonacciano que pintava no homem da Europa do Norte, anunciando o nascimento da indústria e do capitalismo. Na Bretanha, a terra é dessacralizada em função da produção da lã que abastecia os teares da Hansa, o trabalho é dessacralizado pelo igualitarismo salarial e a conquista da liberdade se identifica com a cidade (um ano e um dia na cidade conferiam liberdade ao servo da gleba); em São Paulo, o desvalor da terra é uma função das novas relações território-população, a propriedade imóvel não é fator de montagem do

1 Alfoz = área restrito efetivamente dominado pelo colonizador. Segundo C. Figueiredo é um distrito autônomo (do árabe: alhaus). V. O. Martins.

2 A polarização da sociedade em dois termos, urbano e rural, é, na forma quase exclusivista com que se verificou em certas áreas de colonização recente, um fenômeno desconhecido pelas civilizações antigas. Nas regiões sujeitas ao domínio colonial, esta feição é dominante.

estabelecimento colono:
haras para a produção
de mamelucos

tese principal: negação
do binário urbano-rural



Sítio Santo Antonio



Carapicuíba

fim de um ciclo paulista

poder e a liberdade é uma conquista obtida pela mestiçagem. O mameluco é mais do que um homem livre, é um homem liberto, peça principal da sociedade. Para a sua produção, os colonos transformam seus estabelecimentos em verdadeiras haras, com tantos filhos mestiços que nem sabem o número. O poder é conseguido principalmente pela quantidade de homens de que o colono dispõe para as atividades de guerra. Potentado em arcos, dizem os documentos da época. O caráter feudal-militar, já dessacralizado também, é dominante.

A tese principal dessa fase é a da dessacralização, as demais são teses anclares. Na segunda fase desse período a tese central é de negação do binário urbano-rural. Principalmente para uma análise que pesquisa a feição regional do ponto de vista da formação paulistana. Tanto na Europa como nas terras recém-colocadas à disposição dos europeus, esse binário era o tema central. As "Leyes de lo Reyno de las Indias", que procuravam disciplinar a colonização espanhola, traduzem essa tendência na inclusão de um capítulo (V) referido à organização urbana numa forma hipodâmica, já que traduz ao pé da letra os preceitos colhidos em Vitruvius. No Brasil de meados do século XVII em diante, o oficialismo, já de boca torta de tanto cachimbo espanhol durante várias décadas, acolhe essa tendência. Especialmente depois da expulsão dos holandeses do Nordeste, e tanto nas cidades novas então fundadas, como no remanejamento daqueles núcleos que se consolidam depois da Restauração.

Os colonos paulistas preferiram outra direção. São Paulo é apenas uma sede simbólica, de um território de cerca de 50 quilômetros de raio, pelo qual os senhores se distribuíam estabelecidos em residências de tipo perfeitamente característico. A cidade não possuía um edifício próprio para a Câmara, a qual abicava ao sabor das conveniências, nas casas particulares. Igrejas, havia muitas na vila, como também nos estabelecimentos colonos. As da cidade, alpendradas quase todas, estavam localizadas mais conformes à feição da topografia local do que obedientes à uma idéia de participar da composição urbana.

Era tão marcada a tendência a negar o exclusivismo do binário urbano-rural, que mesmo os jesuítas, sempre tão jeitosos e práticos nas decisões destinadas a firmar seu prestígio e valorizar sua ação, além da impossibilidade de fazerem vingar suas teses, foram envolvidos pelas teses dos colonos. Na prática, este envolvimento se realizou através das doações de terras que recebiam dos colonos mais afeiçoados à Cia e nas quais instalaram suas aldeias (Carapicuíba, São Miguel, Borueri, Itaquacetuba e Escada, Embú). Estas aldeias, pensadas originalmente com uma forma hipodâmica, cedo perderam a linha abstrata para se acomodarem às condições locais de relevo, no desenho do traçado e até nas soluções arquitetônicas.

Mesmo no seu período mais vivo, com um "território" de base alargado para um raio de cerca de 100 quilômetros, com vários estabelecimentos já consolidados (Parnaíba, Mogi, Jacaré, Itú, Jundiá), com uma capacidade de ação que atingia todos os pontos da Colônia e com uma considerável fôlha de serviços prestados, o paulista se manteve fiel à sua tese principal, de negação do exclusivismo para o binário urbano-rural e das teses anclares que o acompanhavam. Talvez por isso mesmo tenha sido tão facilmente aliado da exploração das suas descobertas, já que para estas logo ocorreram grandes levas de novos colonos portadores de teses diferentes... aí vencedoras. A liquidação deste ciclo com o desmantelamento da estrutura feudal-militar que sustentava a atividade dos bandeirantes, resultou no quase total abandono da base material, despovoando-se seu "território", dissolvendo-se seu poder político que prestigiava uma população com tamanha tradição militar. Por longos anos São Paulo ficou sem gente, sem vitalidade e mesmo sem governo local. A família de teses anclares: a estrutura feudal-militar, a mestiçagem biológica e técnica, o desvalor da propriedade imóvel, responsável decisiva pelo melhor da ação, desaparece sem deixar continuadores ou êmulos. Muitos anos mais tarde o Morgado de Mateus, ansioso por reavivar e instrumentar o antigo espírito paulista, inutilmente o convoca no seio de uma população deslembada dos legêndários feitos dos bandeirantes.

Não seria propriamente verdade dizer que o período que vai de 1727 a 1848 não tenha tido teses a expressar as preferências coletivas. As teve e apresentou mesmo duas fases distintas: uma que vai até a restauração da Capitania em 1765 e outra que vai do governo de Luís Antonio Botelho de Mourão até a definição formal do ciclo do café, já em meados do século XIX. O que faltou foi uma propositura econômica e social capaz de conferir-lhe individualidade definida e própria, com temática autônoma e diretrizes peculiares. Orbitou em torno de decisões circunstanciais, quer na ocupação do litoral norte, quer no povoamento daquela área que confinava imediatamente com o antigo "território" dos paulistas, isto é, no sedimento que se segue ao arqueano, na zona de Campinas, Itú e Sorocaba. As cons-

soluções de circunstância

truções e instalações que testemunham a vida regional nesse período não explicitam portidos capazes de representar uma solução genérica: ou retratam o acolhimento de soluções abstratas impostas ao sabor das circunstâncias, ou estão irremediavelmente marcadas pela insubstância que procede da pobreza e da dependência. Pelo menos três instalações devem ser citadas, tôdas elas dependentes diretas da ação governamental: no plano regional, Iguatemi e a exploração de Ipanema; na cidade de São Paulo, a construção da casa de Câmara e Cadeia (1784/88). As duas primeiras frustradas e a terceira revelando o acolhimento, por parte da cidade, das formulações que lhe eram impostas pelo govêrno para que conservasse a prerrogativa de capital.

São Paulo: capital de província

O período seguinte, que vai de meados do século passado até a crise econômica de 1929, é o do café. Seu agente de base é a população. Em 1834, ano do Ato Adicional, que organizou a província já em têrmos do Brasil independente, a população regional era de 330.000 habitantes. Já então a monocultura do café caminhava pelo vale do rio Paraíba em direção a São Paulo, cidade que contornaria para depois ganhar as diferentes faixas do interior da Província proporcionando uma estrutura econômica e social de extraordinária vitalidade demográfica. Em 1872 a população alcançava a cifra de 837.354, subindo à 1.384.753 habitantes em 1890, 2.282.279 no passagem do século, 4.592.188 vinte anos depois e afinal, cerca de 6.000.000 no momento da crise econômica de 1929. Correspondentemente 214 municípios novos surgem, em contraposição aos 29 que existiam em 1834.

A cidade de São Paulo, que em meados do século XVIII apresentava uma população de cerca de 4.000 habitantes, em 1810 já atingia 20.000 habitantes, cifra essa que seria dobrada em 70 anos, na época da proclamação da República. Vinte anos depois a população da capital era seis vezes maior, ritmo êsse que se repetiria nos seguintes 20 anos, uma vez que em 1920 o volume demográfico paulistano estava em tórno do meio milhão. Na época da crise de 1929, com uma cifra de cerca de 900.000 habitantes, caminhava decididamente para atingir o seu primeiro milhão em 1933. Êsses ritmos, assumidos em plena vigência da economia do café, demonstram uma notável tendência a se conservar. Atualmente o coeficiente de crescimento regional é da ordem de 0,035, enquanto o da capital está em tórno de 0,05.

café: economia, transporte e pedologia no comando

Duas teses principais matrizarão então o desenvolvimento regional: 1) enquadramento da economia do café no esquema colonialista e monocultor; 2) implantação de uma rede viária de forma dendrítico baseada na simbiose café-ferrovia. O travamento dessas teses com o facies pedológico e geográfico regional determinou a formação de uma família de teses ancilares que acabaram por definir um quadro no qual a cidade de São Paulo, ou melhor, o binário São Paulo-Santos, ocupa uma posição de centro e chave. As teses que maior influência tiveram na evolução dêste ciclo foram:

- teses ancilares
- 1 Pioneirismo de tipo predatório na ocupação das faixas de cultura do café;
 - 2 preferência pela ocupação dos espigões, onde estavam as terras com teor de cimento calcáreo maior e correspondente localização, neles, das diretrizes ferroviárias e dos rosários de cidades;
 - 3 instituição do binário urbano-rural;
 - 4 as divisas das glebas estabelecidas preferentemente pelos espigões e pelos rios, o que influu na direção dos talhões de café e, nas cidades, no traçado das ruas;
 - 5 organização das leis regionais de sediação das cidades, em função do tipo de transporte e áreas mesopotâmicas aproveitáveis;
 - 6 aglutinação das funções São Paulo-Santos; os têrmos são exclusivistas: Santos é um pôrto e um bairro de São Paulo;
 - 7 adoção de reticulado, tanto na solução urbana, como na solução rural.

Aristoteles negado: o número transforma a essência dos problemas

Para a cidade de São Paulo, as consequências dêsse quadro foram decisivas, não só por que todo o esquema por êle expresso está centralizado na capital, mas também porque os resultados do crescimento demográfico correspondente iriam transformar a capital do Estado numa unidade metropolitana, condição limite para que seus próprios problemas sofressem uma drástica mudança de categoria conceitual.

Uma condição da monocultura do café destaca-se sôbre os demais agentes que agiram para o crescimento demográfico regional: o número de pessoas empenhadas no plantio, trato, colheita, beneficiamento e comercialização do produto é considerável. Ao contrário do que acontece com a pecuária, com a monocultura de cacau, e mesmo com a cultura do café em outro estilo (como acontece na Colômbia), as quais exigem poucos braços, a monocultura do café é pujante do ponto de vista demográfico; o beneficiamento, a comercialização e transporte, tais como foram estilizados no Estado de São Paulo, levaram essa pujança ao fenômeno urbano.

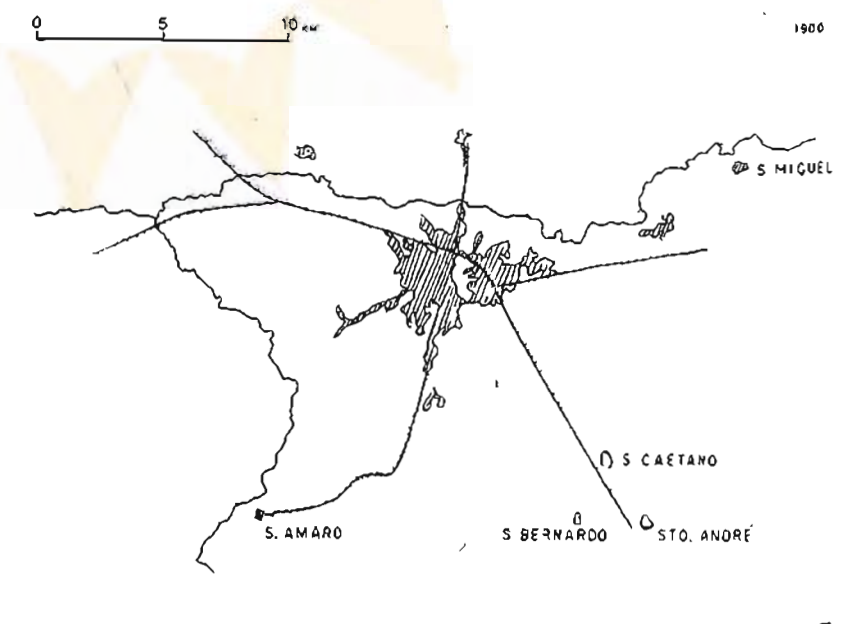
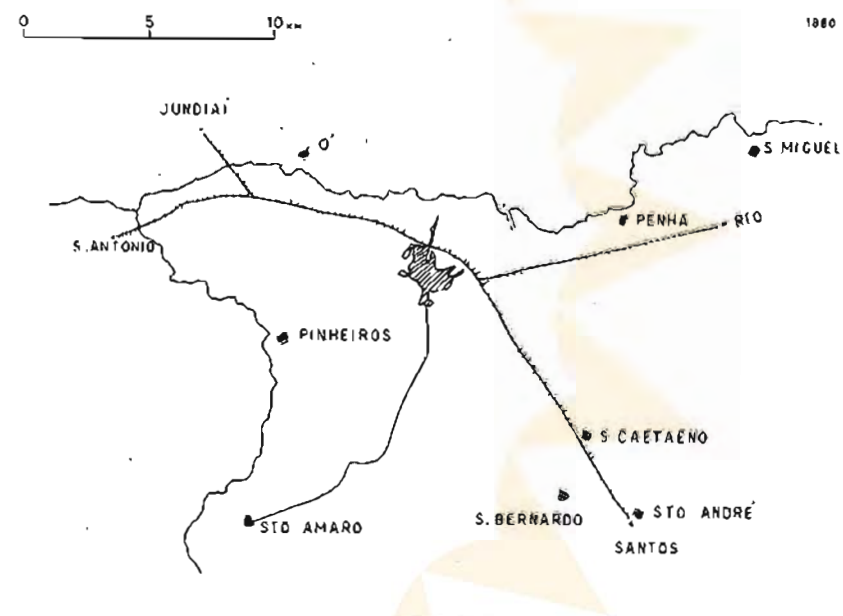
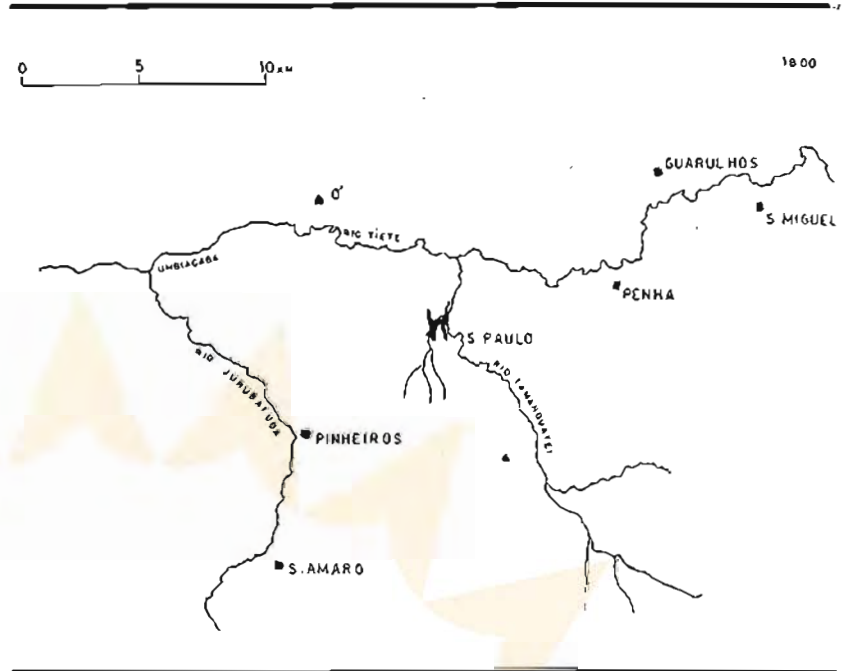
1800 A área ocupada pela instalação urbana era praticamente a mesma dos dois séculos anteriores, com a diferença de um reforço da sua compleição citadina com as obras aí realizadas em seguida à restauração inaugurada com o governo do Morgado de Mateus, em 1765. Nas suas origens, a escala da unidade paulistana fôra regional, com seus habitantes principais espalhados num raio de 50 quilômetros a partir do Triângulo. O papel do índio na escolha do sítio urbano foi decisivo: êle era um ser ecologicado e, portanto, capaz de uma seleção correta. Os colonos da primeira fase da colonização erravam frequentemente; daí o abandono de muitos locais escolhidos em primeira mão.

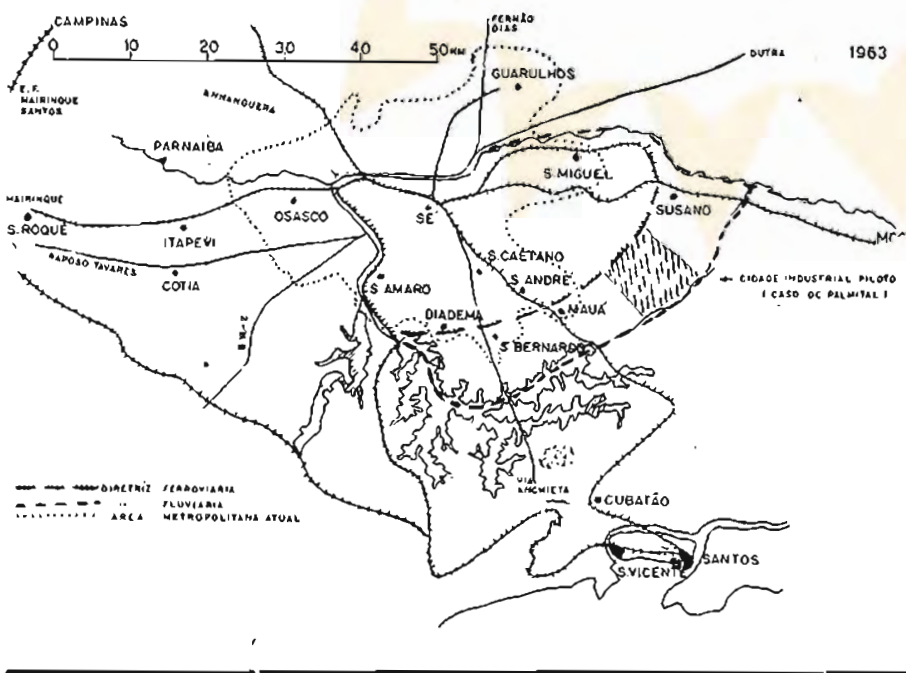
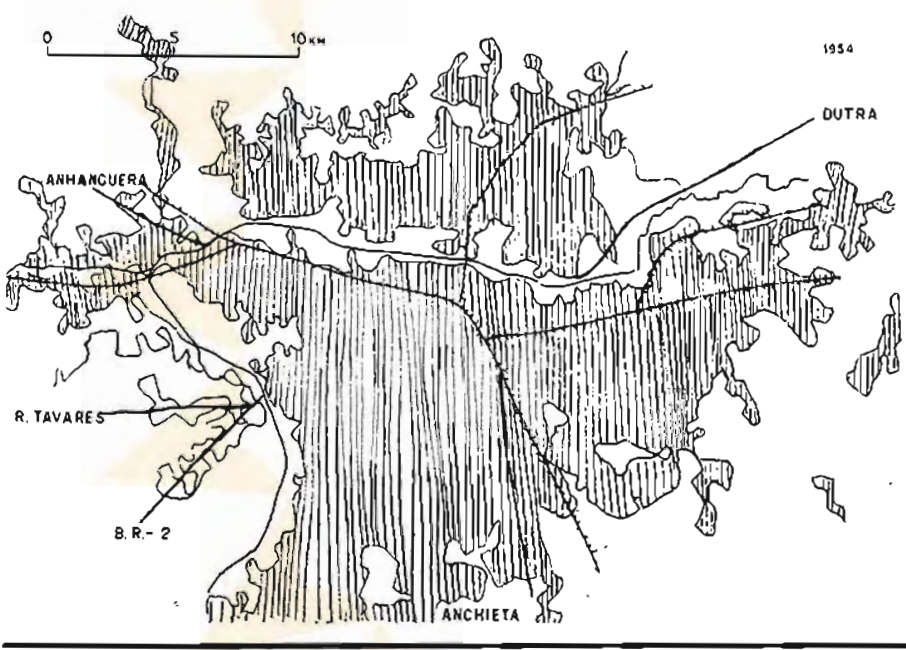
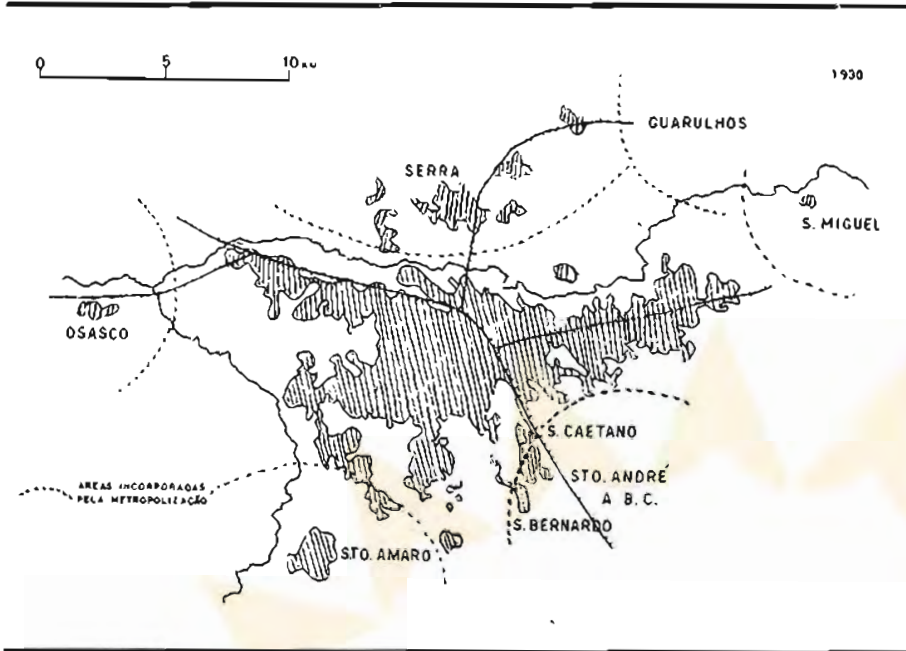
1880 Depois da instalação das ligações ferroviárias principais, já na plenitude da monocultura do café, na segunda metade do século passado, a cidade se provêra de esquema que a levaria a categoria metropolitana: era o fulcro principal de uma economia tipo colonial e se colocara numa posição privilegiada de ponto obrigatório de passagem, tanto para a produção primária (café) a caminho de Santos, como para os produtos elaborados que, no sentido inverso, se distribuíam a partir de Santos-São Paulo. Nessa época, para uma população inferior a 40.000 habitantes, a área ocupada estava em torno de 2 quilômetros quadrados.

1900 A abolição da escravatura, a proclamação da República e o Encilhamento constituíram os três choques que permitiram à cidade assumir abertamente a função regional de comando sobre uma geo-economia característica. Para acolher uma população de pouco mais de 200.000 habitantes, já duplicara a área comprometida com o regime urbano. Três tendências se manifestaram matizando o traçado urbano: o tratamento abstrato das glébas sucessivamente incorporadas ao primitivo núcleo, originando um caos de reticulados independentes e desencontrados, uma incoercível busca da linha de cumiada, subindo os seguidos potamares que conduzião ao espigão da av. Paulista e, afinal, um alinhamento preferencial ao longe das vias férreas. A economia de tipo colonial, a técnica aliada ao capitalismo, os serviços públicos concedidos a empresas privadas, a formação de profissionais numa escola fundada para funcionar na entre-safra do café e a importação de estilos, constituem aspectos de uma estrutura econômico-social que tinha pela frente dois destinos possíveis: ou o aniquilamento, como já ocorrera com o ouro e o açúcar, ou o estouro numa superação dos próprios compromissos.

1930 Na época da crise do café e da revolução de 1930, a cidade de São Paulo já alcançara o máximo que era lhe facultado pelos compromissos assumidos nos últimos 70 anos. Caminhava rapidamente para o primeiro milhão de habitantes e apresentava uma superfície de 130 quilômetros quadrados já empenhados com instalações e agenciamentos urbanos.

A diferenciação da produção e a abertura de novas frentes pioneiras, fatos que garantiram a permanência daquela compleição demográfica que se firmara no período anterior, forneceram também as bases para a metropolização de S. Paulo, a qual se explicitou através da incorporação dos núcleos vizinhos (Santo Amaro, ABC, São Miguel, Guarulhos, Osasco). À explosão demográfica correspondeu uma espécie de anti-explosão territorial, com a cidade forçando-se a abrigar sob o seu comando aqueles focos de população de formação tradicional e áreas respectivas. Sob tão forte influência, mesmo aquela parte da serra da Cantareira, prejudicada por barreiras difíceis (a topografia severa e a inundável várzea do Tietê), foi aproveitada. O Tietê, sorvedouro de milhões e quiza, de bilhões, prova prática que reprovou sem piedade a técnica tradicionalista e acadêmica, preocupação progressista que vem desde o século passado, além de ter fornecido a oreia para construir metade da cidade que hoje existe, de suportar toda a carga da esgôta e de sobreviver a todos os atentados técnicos e imobili-





rios, guarda sereno que lhe permitam participar congnamente da vida de São Paulo.

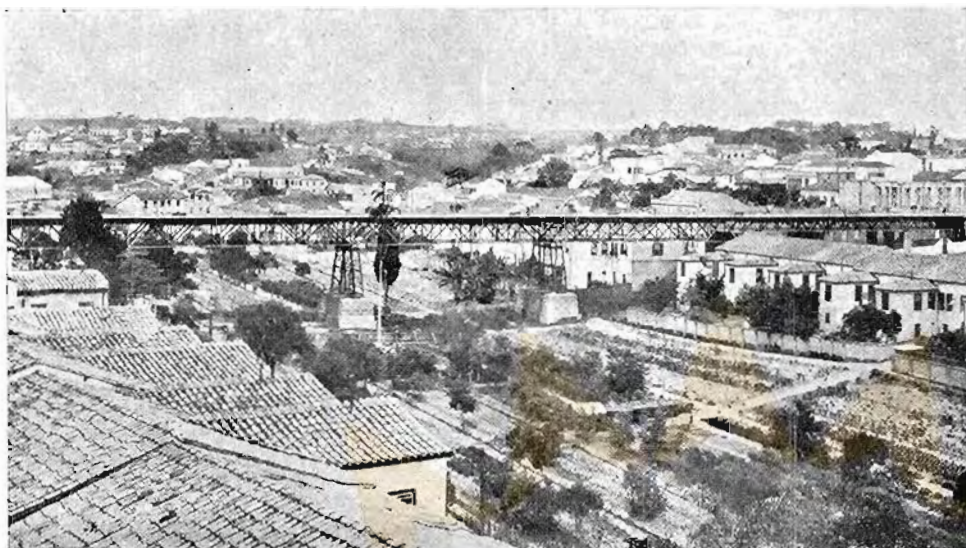
1954 Depois da 2.^a guerra mundial, na época em que se desenhavam as tendências mais decisivas e marcantes do esquema industrial paulistano, a metrópole atingia mais de quatrocentos quilômetros quadrados de área comprometida com a instalação urbana. A diferença entre os 130 km² de 1930 e os 420 km² de 1954, testemunharam o maior crime urbanístico já perpetrado entre nós: foram 270 km² dados aos imobiliários de mão beijada, sem uma diretriz, sem um traçado de base, sem disciplina alguma que lhes permitisse uma participação racional e um rendimento decente na formação da cidade; foram esbanjados na entre-safra do café e da indústria.

1963 A brutal diferença de escala que distingue a unidade metropolitana de 1954 da capital de 1930, diferença essa que foi "desconhecida" pelos responsáveis políticos e técnicos, Moses e Lebreys, etc., etc., e etc., se repete revigorada agora pelo importância já nacional que o sistema industrial paulista conquistou.

A montagem de um equipamento de base para que se desenvolva esse sistema industrial esboçado com a indispensável desenvoltura, temática central do atual estágio paulistano, não aceita nem a escala ingênua da técnica e dos serviços concedidos, tal como funcionavam até 1930 e permaneceram funcionando num quadro obsoleto até agora, nem suportaria mais um passo intermediário cuja adequação e oportunidade desapareceram durante o período metropolitano. Será necessário um verdadeiro salto, já agora tanto na escala, a qual será regional, como na categoria, a qual terá de ser tecnológica.

Em termos de escala, como iniciativa indispensável para dotar o quadro paulistano de um esquema de transporte econômico, pode ser citada a realização de um conjunto de anéis (rodoviário, fluvial e ferroviário). O vulto desse empreendimento e os problemas particulares que acarreta, inclusive os de tipo político-administrativo consequentes de abarcar diferentes municípios, e várias áreas administrativas, excluem a possibilidade de atuação daquela equipe viciada pela mesquinhez de projetos de simples engenharia acadêmica e definitivamente inutilizada por prejuízos de formação. Além de exigir um tipo de profissional de mentalidade mais desimpedida, a realização de tal empreendimento (necessário para socorrer as instalações industriais no momento em que estas entrarem em regime competitivo sério) exigirá uma formulação econômico-financeira de largas perspectivas e capaz de oferecer aproveitamento. Nesta altura da proposição já foi ultrapassado o problema exclusivamente técnico e atingido um nível nitidamente tecnológico, o que coloca a iniciativa sob o comando de motivação social, político e mesmo cultural.

Uma saída possível para completar um conjunto de realizações que marcariam o tom da nova escala, seria a fundação de uma unidade piloto para acolher população ou indústria ou ainda de ambas. Uma unidade deste tipo já foi proposta ao governo estadual com o objetivo de proporcionar uma solução para o célebre problema de Palmital. Para uma cidade que recebe mais de 200.000 habitantes por ano, a construção de uma unidade piloto deste tipo não constituirá certamente problema financeiro. Político também não. Profissional também não, principalmente agora, depois da última fase de realizações da arquitetura paulista. Só pode ser problema de cabeça. Os problemas de cabeça não são comentáveis.



São Paulo em três tempos:
1 - Viaduto de Santa Efigênia em 1892. A paisagem natural ainda está presente.
2 - 1930. Sobre um sítio urbano ainda "visível" a presença individualista dos edifícios principais domina. Note-se o Martinelli, o Teatro Municipal, etc.
3 - 1963. Na escala metropolitana desaparecem a paisagem natural primitiva e a escala individualista burguesa e semostradeira. Fotos: E.N.F.A.

Mais de mil núcleos urbanos foram criados no Brasil em função da cultura do café; a metade deles na área do Estado de São Paulo, dois terços na região geo-econômica que convergia para o centro da capital.

Em consequência da crise de 1929 e da revolução de 30, alguns fenômenos vieram acentuar o teor de contribuição que o interior fornecia à capital:

- 1 as terras velhas já desgastadas, foram postas de lado ou se voltaram para a policultura, introduzindo no quadro tradicional o importante fator da diferenciação da produção;
- 2 os contingentes humanos que se tornaram excedentes tomaram dois rumos: uma parte seguiu o impulso tradicional procurando novas terras ainda abastecidas de humus, ampliando assim a área geo-econômica que orbitava em torno da capital e garantindo com isso aquele ritmo de contribuição demográfica e a condição do entreposto principal que vitalizavam São Paulo; outra parte abandonou as lides do café e os pequenos núcleos do interior para afluir ao centro urbano que oferecia mais recursos e oportunidades.

Enquanto a diferenciação da produção implicava num reaproveitamento das áreas rurais, pelo que acautelava um nível mínimo de atividade e de produção no interior, ampliava também o esquema central de comercialização localizado em São Paulo, que assim grangeava novos fatores de crescimento. A burguesia agrária, já munida de uma sensibilidade capitalista capaz de enfrentar esses problemas, não teve dúvida em interpretar a oportunidade. Foi criada a CAIC¹, que ficou com as melhores fazendas de agricultores falidos e, segundo a tradição que persegue o Brasil desde antes do seu nascimento, no tempo do Papa Alexandre VI, loteou-as e vendeu-as. As economias dos antigos colonos encontraram nesse esquema um caminho de retorno, vindo a constituir mais um reforço para a vitalização da economia regional.

A ocupação de áreas novas, no oeste extremo do Estado, no norte do Paraná e mesmo no sul de Mato Grosso, para os quais se estenderam rapidamente os canais coletores da produção, não só alimentavam o esquema viário já estabelecido como também afiançavam aquele ritmo de crescimento que singularizava a capital do Estado. E que era tão firme a ponto de permitir que o engenheiro Henrique Novais calculasse em 1926, a população que a cidade teria 25 anos depois. Em 1952 essa previsão foi confirmada e o Prefeitura já possuía, em 1930, meios de verificar a exatidão do trabalho daquele notável especialista.

Do ponto de vista puramente urbano, a evolução da cidade de São Paulo durante a vigência do ciclo do café constitui uma decorrência simples dos compromissos firmados pelo tipo colonial da economia: o alimento demográfico, a estrutura de cidade formada por reticulados sucessivos estabelecidos de conformidade com a orientação das divisas das glebas primitivas, a aglutinação São Paulo-Santos, a posição relativa da foixa da industrialização incipiente e do comércio bruto ao longo das vias férreas, o caráter estritamente técnico e capitalista dos serviços de utilidade pública, a maneira de comerciar e utilizar os produtos importados, entre os quais se encontram os estilos arquitetônicos e formação de profissionais, tudo isso está perfeitamente encaixado no esquema que exporta produção primária e importa produtos elaborados. Mesmo as aparentes exceções, como os loteamentos da City e a Semona de Arte Moderna, traduzem os compromissos que a monocultura do café impôs à cidade de São Paulo.

Mas a serenidade do processo de metropolização que sobrevêm à crise de 1929 foi turbada pelos aspectos revolucionários implicados nessa nova categoria urbana. Em primeiro lugar essa metropolização equivalia a uma contradição de tudo o que a economia de tipo colonial havia disposto no arranjo regional. Continha o fulcro inicial do processo que faria a sociedade superar o estágio de dependência e subdesenvolvimento em que a história a colocara. À mudança de categoria por que passara a capital, correspondia uma radical modificação no quadro problemático regional. E o primeiro sinal disso se revela na escala dos empreendimentos que a nova textura urbana paulatinamente impõe, e que tanto os profissionais como as classes dirigentes não conseguem interpretar com acerto. E a tese principal deste novo período, a da metropolização, é teimosamente "desconhecida" pelos responsáveis. Os problemas novos da trama viária, dos serviços públicos e da ocupação da área que iria acolher o crescimento populacional previsto, foram enfrentados da maneira mais conservadora e incapaz.

O indício seguro da metropolização foi o da incorporação dos núcleos urbanos que vizinhavam a capital e a instalação de um processo de ocupação dos intervalos que os mediavam.

A área ocupada pelos 900.000 habitantes da capital do Estado era da ordem de 140 quilômetros quadrados. Para os 40.000 habitantes de 1881 o área ocupada

de Alexandre VI à CAIC

Página de Novais

São Paulo metropolitano

contradição da economia colonial: a metropolização de São Paulo é um fator da sua liquidação

1 A CAIC (Cia. Agrícola Imobiliária e Colonizadora) foi fundada ao apagar das luzes do grande período do café, com o fim de incrementar a produção nas regiões alcançadas pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Com a crise de 1929 e a falência dos grandes proprietários de fazendas, a CAIC se empenhou no retalhamento dessas grandes fazendas e venda dos lotes a antigos colonos.



Em 40 anos, entre 1920 e 1963, o centro de São Paulo foi praticamente reconstruído. Ruas abertas para servir edifícios de dois pavimentos, rangem agora sob o peso de edifícios de mais de dez pavimentos. Pistas dispostas para o tráfego de caixões engorgam-se facilmente. Enquanto na realidade a variação do quantidade atinge a essência dos problemas, a aristotélica administração teima em permanecer numa acanhada complexão técnica e capitalista. Fotos: E.N.F.A.



Dois vistas da várzea do Carmo, uma de 1860 e outra de 1916. Na mais recente já é visível o implantação do Parque Pedro II e, ao fundo, as chaminés das fábricas que se instalavam ao longo da linha férrea. Fotos: Arquivo do Dep. de Cultura



urbanismo em 1930:
ornamento do espírito e
muro de lamentação das
desgraças urbanas

era de 3,5 km². A previsão mínima de área para a população de hoje (4.500.000 habitantes) seria da ordem de 500 km². Mas os profissionais responsáveis estavam tão insensíveis aos fenômenos que enfrentavam, que ainda em 1950, mais de vinte anos depois daquele trabalho de Henrique Novais (que dorme num desconhecido relatório da Secretaria da Agricultura) ainda aplicam a logística de Verhulst, a qual dá uma população de 4 milhões para o ano de 1975. A diferença entre os 140 km² da antiga capital do Estado e os atuais 600 km², são 460 km² que poderiam ter recebido, na fase da metropolização, uma disciplina, sumária e convencional que fôsse, mas que pelo menos garantisse uma rede viária de base na nova escala. Isso não foi feito, embora na época não custasse senão e exclusivamente um gesto de inteligência e de conhecimento do que estava acontecendo. É verdade que, bem medidas as coisas, os profissionais que lidavam com urbanismo ou não eram profissionais ou eram profissionais formados num curso que fôra montado para funcionar na entre-safra do café. O urbanismo era então matéria de ornamento do espírito e, para os mais sérios, uma espécie de muro das lamentações das desgraças urbanas. Ainda hoje, apesar da gravidade explícita dos problemas, a coisa não está muito diferente (salvo raras excessões, só para não brigar com ninguém!).

Mas não foi somente no esquecimento da necessidade de estabelecer um esquema viário mais amplo e geral que os responsáveis falharam. No próprio tratamento daqueles elementos da área já comprometida, as soluções sempre se contiveram numa escala e num nível técnico que "desconheciam" o que estava por vir. As obras públicas então projetadas ou construídas, as avenidas então abertas de novo ou alargadas, as decisões urbanísticas traduzidas em leis, tudo se conteve numa escala já ultrapassada, acanhada, obsoleta e insatisfatória. Não faz muito tempo, um responsável pela direção dos serviços de urbanismo da Prefeitura de São Paulo afirmou, em publicação especializada, que tudo o que há de errado na cidade, é feito por via de imposição legal.

Tietê: Iguatemy do
dinheiro paulistano

Os exemplos são muitos. A avenida 9 de Julho não foi projetada e construída como via expressa. O Tietê foi submetido, nos trabalhos que recebeu, a uma notável demonstração de... (não, não direi nenhuma palavra desprimorosa). Mas que qualquer tirador de areia sabe perfeitamente que, drogado o trecho médio de um rio, depois de algum tempo esse lugar estará novamente no nível primitivo, isso sabe.

alguém está atrasado

Além desta nova escala urbana não ter sido atendida de um modo correto, um outro aspecto revolucionário da metropolização paulistana, o da organização dos serviços públicos, não foi tratado de conformidade com sua nova compleição problemática. Mesmo agora, passados tantos anos e com uma defasagem tão evidente, o tratamento apenas técnico e capitalista tem o endosso dos responsáveis. Os serviços concedidos continuam... concedidos, e na mesma situação de deficit, que não resulta da incapacidade técnica das concessionárias, como geralmente se pensa, mas simplesmente porque a categoria atual desse serviço não suporta mais a solução de nível técnico e capitalista. O que acontece no setor da energia elétrica é bem elucidativo. Num núcleo urbano de porte reduzido, digamos Xiririca, energia elétrica é problema de iluminação doméstica; no volume urbano de São Paulo metropolitano esse tipo de reivindicação dá um salto para ganhar um nível social de primeira essencialidade, pois além da iluminação, estão vinculados ao seu fornecimento não só as indústrias de vital interesse coletivo, como também a maioria dos serviços públicos, inclusive os mais importantes e fundamentais, como água e transporte. Subordinar coisa de tamanha importância aos interesses capitalistas que a concessionária defende, como é o seu papel, representa inverter a hierarquia dos valores em pauta. A categoria reivindicatória dos serviços públicos é defesa de um bem social. Ai, a solução técnica há que necessariamente estar condicionada e jamais ser condicionante, como acontece.

As preliminares históricas deste conflito foram divulgadas em uma série de conferências feitas no Instituto de Engenharia pelo prof. Anhaia. Infelizmente essa resenha histórica da luta de concessionárias norte-americanas com os interesses da população daquele país, jamais foi divulgada com a indispensável largueza, na época oportuna¹.

Nestas condições, a cidade atingira um volume em que os serviços públicos constituiriam o suporte primeiro de uma organização satisfatória, mas as soluções pífias dominaram e o poder criador da coletividade, em que pese o considerável esforço realizado, jamais ultrapassou o plano do pífio e do mirim. Salvo a manifestação do capitalismo imobiliário, que alcançou um volume extraordinário, responsável pelos aspectos grandiosos da nossa capital, e também responsável pela maior soma de problemas que desafiavam a capacidade e a inteligência profissionais.

1 Contrariamente ao que geralmente se pretende, o povo norte-americano muito lutou contra os privilégios que permitiam uma atividade espoliatória por parte das concessionárias de serviços públicos. Em 1929, na época da grande crise econômica, essa luta atingira um alto nível de maturidade, com vasto material compendiável (decisões da Suprema Corte, pareceres, estudos etc.). A inesperada divulgação dessa matéria entre nós, colocou muita gente em polvorosa. As conferências foram enfiadas num volume publicado pelo Instituto de Engenharia. Uma anunciada e esperada 2.^a edição não apareceu nunca. O resultado da iniciativa se restringiu à formação de uma pequena, mas valorosa, equipe de técnicos da Prefeitura (Plínio Branco, Le Voci, etc.). Hoje o problema está bastante mudado, mas na época uma divulgação ampla do trabalho do prof. Anhaia teria tido consequências bem mais profundas.



o nível metropolitano é ultrapassado pela importância do sistema industrial

artesanato x técnica



Senai?

nega-se novamente exclusivismo ao binário urbano-rural

É verdade que o plano metropolitano em que esses problemas eram colocados já foi ultrapassado. Desde o fim da 2.ª guerra mundial a tese principal do paulistano não é mais a sua textura metropolitana, pôsto que se armou nesta região do país um sistema industrial suficientemente poderoso para assumir o comando de nova situação.

As teses do tipo das que estamos pesquisando são como o estilo, só surgem com clareza depois de ultrapassadas as condições ambientes que alimentaram sua substância, depois que tenham desaparecido os agentes que as determinaram. Aparecem melhor à distância. Isso não impede que as teses vigentes sejam apontadas como propostas ou como hipóteses de trabalho.

Neste sentido, a tese principal do atual período paulistano está na montagem de um sistema industrial. Duas observações se impõem: a primeira diz respeito às condições preliminares do processo hoje instaurado na região de São Paulo; a segunda se refere à retomada de uma tese primitiva, negação do exclusivismo do binário urbano-rural.

O nascimento e os compromissos do atual período estão de tal modo travados às próprias condições particulares da formação regional, que o seu eventual esquecimento pode distorcer a compreensão dos problemas que devem ser formulados e resolvidos. Além de um mercado imediato, proporcionado pela pujança demográfica, o fator que mais parece ter influído no atual fenômeno paulistano está na circunstância de esta área dispor de um contingente de habitantes em estágio artesanal, situado numa posição especialmente favorável para evoluir rapidamente para o estágio técnico.

Dois exemplos opostos esclarecem a influência relativa dos dois agentes apontados. No nordeste do país existe uma pujança demográfica volumosa, mas os contingentes disponíveis para o trabalho fabril estão num estágio pre-artesanal, numa estrutura econômica ainda imatura e numa compleição urbana apenas em evolução. Em contraposição, na área da Colônia do Rio Grande do Sul, onde o volume populacional é mais discreto, a presença do imigrante em estágio artesanal proporcionou uma evolução rápida para a técnica. Mesmo sem suporte demográfico local suficiente. Uma ilustração: em Coxias do Sul, existe uma metalúrgica volumosa e bem montada, num edifício de vários pavimentos. No teto deste edifício, um barracão de madeira lembra a latoaria onde o imigrante artesão Eberle fabricava lamparinas para os colonos. Em São Paulo durante o período da 2.ª guerra mundial, os artesãos foram forçados a evoluir rapidamente para um estágio técnico a fim de enfrentar a demanda de uma produção que não podia ser importada. Nos primeiros tempos, uma ponta de eixo nacional era um desastre de mal feita; hoje essa ponta de eixo nacional é de qualidade superior à de procedência estrangeira. Sem a fase experimental forçada de uma indústria de auto-peças, a indústria de automóveis teria dificuldades maiores em se estabelecer.

É claro que a industrialização das áreas que não dispõem de tais condições preliminares não está, por isso, impedida. Mas será indispensável enfrentar aí o problema do preparo da mão-de-obra. Por outro lado, no presente estágio do desenvolvimento industrial de São Paulo, não só surge o problema da preparação de níveis mais avançados de especialização, assim como o do aprestamento de contingentes novos de imigrantes nacionais em estágio pré-artesanal.

A segunda proposição peculiar do esquema de industrialização implantado em São Paulo resulta da negação ao exclusivismo do binário urbano-rural. Em outras épocas e outras áreas, as indústrias se aninhavam ou no interior do âmbito urbano, ou na franja de sua extensão; de qualquer modo, porém, se colocavam na dependência dele. No sistema industrial de São Paulo prevalece uma preferência no sentido contrário: as indústrias não se prendem mais, necessariamente, ao compromisso urbano estabelecido, indo se aninhar fora da textura citadina e dos compromissos que a mesma lhes acarretaria. Tais unidades constituirão certamente fulcros populacionais de tipo especial. À esta tendência não são estranhos nem o capitalismo imobiliário, que envolveu as áreas mais diretamente sujeitas ao aproveitamento urbano imediato, nem o estado de extrema obsolescência que atingiu os serviços públicos de primeira essencialidade (saneamento, energia, transporte, etc.). Em consequência desse novo quadro de evolução dos problemas paulistanos, pelo menos duas aproximações devem ser feitas, uma de ordem tradicional, outra de ordem operativa.

A ordem tradicional diz respeito ao fato da sociedade paulista já ter manifestado, em período passado, uma negativa ao exclusivismo urbano-rural. Coincidentemente foi também numa época em que a sociedade paulista esteve particularmente disposta a contrariar as pressões ultramarinas. Vale hoje repensar esta antiga experiência regional na oportunidade de formular certos problemas atuais, tão seme-

lhantes aos antigos como atitude da inteligência e como exercício de capacidade criadora.

A aproximação referida à ordem operativa envolve especialmente os compromissos da técnica e do capitalismo. O quadro de realizações destinadas a cobrir os deficits mais sensíveis, solucionar os questões de remanejamento e preparar a situação que possa acolher um crescimento populacional da ordem de 250.000 habitantes por ano, não suporta nenhum tratamento subordinado aos compromissos do capitalismo e da técnica. A única saída operante está em pensá-los em termos tecnológicos, em contraposição aos simplesmente técnicos; e em termos sociais, em contraposição aos simplesmente administrativos. A tecnologia envolve a consideração das diferentes soluções técnicas válidas e mais as motivações da categoria social, política e cultural.

técnica x tecnologia



Em aditamento à essas proposições, deve-se considerar que a atual situação da indústria de São Paulo não é definitiva. Dois tipos de privilégio lhe são imputáveis: o privilégio que essas indústrias desfrutaram e desfrutam na sua implantação e desenvolvimento e o quadro de vantagens e facilidades que a região oferece em estado potencial.

Uma demanda em atraso e a proteção estatal lastream essa industrialização que está em pleno desenvolvimento. Sem entrar na apreciação dos aspectos negativos dessa proteção, devemos considerar que com fundamento nela muitas soluções antieconômicas foram adotadas e continuam em plena vigência. Um exemplo: a matéria prima é transportada por via rodoviária, que é o tipo de transporte mais caro. Chegará o momento em que a competição — internacional e mesmo nacional — de um lado, e de outro a liquidação dos privilégios iniciais, obrigará essas indústrias a pesquisar níveis economicamente mais saudáveis e severos. E, para ficar no exemplo do transporte já citado, essa indústria não poderá dispensar o recurso dos meios econômicos de transporte.

A área de São Paulo possui um agenciamento extraordinariamente fácil para proporcionar um sistema de transporte bastante completo (rodo-, ferro- e fluviário) e econômico. A execução de um plano completo neste sentido está emperrada quer pela mentalidade atrasada de certos setores responsáveis, quer porque a sua execução esbarra com interesses de empresas de tipo capitalista. Vale referir, e com certa tristeza, as expressões de um profissional da velha guarda mas altamente reputado, ao ser perquirido sobre a viabilidade de um anel fluviário que aproveitasse a disposição do conjunto Tietê-Pinheiros-Billings: — "Isso não, em São Paulo os rios fedem muito".

Platão e a verdade

Esse profissional é um Platão de prestígio. Mas existe também, além desse Platão, uma verdade. Uma verdade que representa o interesse coletivo da maior importância local, regional e mesmo nacional. Interesse de tal ordem que certamente exorbitará das teses acadêmicas a fim de alcançar o nível de realização condizente com a estratégia econômica nacional. Para tanto é indispensável que sejam ultrapassados os estágios técnicos da atividade profissional em proveito de proposições de tipo tecnológico, e é também desejável que estas últimas tenham a audiência daquelas teses de períodos passados cuja ancianidade e persistência garantiram para si uma espécie de presença permanente na vida regional.

tese principal
teses ancilares

A tese principal do presente período, a da montagem de um sistema industrial, além de determinar diretamente uma nova escala para a problemática paulistana, atinge uma área "desconhecida" pelas preocupações municipais, através de uma série de teses ancilares capaz de alcançar os mais diferentes setores de projetos, obras, iniciativas e decisões. Essas teses ancilares são:

- 1 Negação do exclusivismo do binário urbano-rural;
- 2 restauração e interpretação dos valores do primitivo sítio (incluindo nêle toda a área implicada no atual sistema) em termos tecnológicos;
- 3 remanejamento dos primitivos reticulados, com o objetivo de superar o seu atual estado de tumulto, e com o propósito de organizar compartimentos em função daqueles acidentes naturais que têm possibilidade de atuar na composição de projetos de escola atualizada;
- 4 aplicação do princípio dos projetos de finalidades múltiplas nas iniciativas básicas;
- 5 formulação dos problemas de serviços públicos, inclusive aqueles de exploração concedida, em novos termos, quer na solução especializada, quer na sua forma operativa.

A capacidade da administração realizar êsse alto desideratum é plena, pois nem lhe faltam leis e nem é justo alegar que o coletividade pode arrepiar carreira diante do vulto e da importância dos empreendimentos que, a nosso ver, coincidem com os seus desígnios.



arq. Jorge Wilhelm

Nasceu em 1928, diplomando-se pela Faculdade de Arquitetura Mackenzie em 1952. Do seu trabalho profissional destacam-se hospitais em Campo Grande, Jaú e São Paulo, fábricas em Minas Gerais e São Paulo, escolas em diversas cidades do interior e na capital, o fórum de Orlândia, clubes desportivos, o plano diretor de Angélica (M.T.) e outros planejamentos urbanísticos, diversos edifícios comerciais e residenciais. Sôzinha ou em colaboração, classificou-se nos concursos públicos para o Paço Municipal de Campinas, Clube Atlético Paulistano, late Clube de Londrina, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, obtendo o primeiro lugar no concurso para a sede do Jockey Clube de São Paulo. Constituiu uma das 26 equipes que apresentaram anteprojetos para o concurso do plano piloto de Brasília (1957). Recebeu diversos prêmios nos salões oficiais do Estado, tendo participado da 3.ª Exposição Internacional anexa à 4.ª Bienal de São Paulo. Teve artigos e projetos publicados em diversos jornais e revistas nacionais. Foi indicado para júri do Concurso Internacional de Escolas de Arquitetura anexa à VII Bienal de São Paulo. É 2.º secretário do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo.

São Paulo — seus pontos de encontro

Jorge Wilhelm, arquiteto

Atualmente em São Paulo, J. Xavier de Almeida e C. L. de Almeida

A existência de Brasília assume, entre outros aspectos, um duplo valor simbólico: representa a fase de intensa urbanização que caracteriza o Brasil, país em pleno crescimento, e simboliza a mentalidade planificadora que a necessidade faz surgir em nós. Porém, se, por um lado o projeto e construção da nova capital divulgou, vulgarizou, a expressão "plano piloto", — por outro lado não temos aproveitado o estímulo para aprofundar o necessário estudo do nascimento e crescimento das cidades brasileiras em geral. Esta omissão ou, na melhor das hipóteses, insuflência no estudo do mecanismo urbanizador, constitui ainda um atraso no conhecimento de nossa situação. Por isso pensamos que, no limitado panorama dos estudos urbanísticos brasileiros qualquer trabalho, mesmo a análise de um mero exemplo urbanístico convenientemente enquadrado, — teria interesse, desde que contribuísse para diminuir a alienação de nossa produção intelectual, isto é: desde que contribuísse, mesmo modestamente, para um maior conhecimento de nossa realidade. O atraso no conhecimento desta realidade, porém, não nos preocupa, apenas do ponto de vista cultural, como alienação. Preocupa-nos especialmente a ausência ou inoperância duma arma que nos ajudaria em nossos trabalhos urbanísticos. Por isso, não somos atraídos à pesquisa histórica tão apenas pelo fascínio da descoberta de mecanismos de desenvolvimento progressos, mas especialmente para armarmos-nos de conhecimentos operantes e indispensáveis no momento de planejar nossas cidades brasileiras ou de propor modificações urbanísticas em cidades existentes.

minares

Não limitamos por mero acaso, o âmbito deste artigo a São Paulo e aos "pontos de encontro". A absoluta necessidade de um plano diretor, a urgência duma política que defina e encaminhe a reforma urbana, a situação difícil e caótica da vida na cidade de São Paulo, — são todos fatores a exigir uma ação coletiva de profissionais e de todos os intervenientes e interessados. Numa esfera mais individual, armarmos-nos de conhecimentos e divulgá-los, pondo-os em discussão, é pelo menos uma ação imediata "possível" e que talvez frutifique em tempo próximo. Por outro lado, porque escolhemos os "pontos de encontro", isto é: os palcos em que se encontram os cidadãos para desempenhar o papel coletivo de suas vidas? As cidades definem, de um ponto de vista puramente físico, como um aglomerado de edifícios, determinando espaços externos de circulação e de reunião. Se, por outro lado, a mera contiguidade de edifícios individuais gera, com a patina do tempo, um espaço coletivo, uma homogeneidade que identifica determinada cidade, — parece-nos inevitável que o espírito cidadão poderá ser melhor reconhecido naqueles pontos da estrutura urbana que acolheram as ações coletivas de seu povo: geralmente as ruas e as praças. A procura do "coração da cidade" justifica-se portanto quando se deseja chegar ao núcleo que fixou em espaço urbano o caráter de uma cidade. Mais importante ainda é perceber os mecanismos de adaptação desses pontos de encontro, palcos que são duma vida em constante mudança. Pois, se negativamente simples reconhecer o "coração" de um pequeno burgo medieval europeu, mais complexo será conceituar, no momento de planejar, como passam ser os múltiplos pontos de encontro duma metrópole em pleno desenvolvimento.

Talvez não seja supérfluo dizer que nossa formação escolar não nos fornece os meios para tal tipo de pesquisa. É mesmo inacreditável que num país de tão intensa urbanização espontânea, nunca compareçam nos bancos escolares estudos e exemplos tirados desta rica experiência. Ao contrário, mergulhamos de duma forma bastante estática e formal na descrição de cidades medievais europeias. A história destas cidades é inegavelmente atraente, mas o rico manancial de conhecimentos fornecido por estas cidades adquire interesse para nós, apenas na justa medida em que nos ajuda a esclarecer a dinâmica do desenvolvimento de nossas cidades. Quanto maior a necessidade deste trabalho crítico, quanto maior a necessidade de obtermos instrumento para planejar — tanto maior a importância de abandonar qualquer erudição formal ou falsamente histórica, costumando-nos a visualizar a cidade medieval européia através do prisma de nossas necessidades, analisando semelhanças e diferenças.

Permitimo-nos aumentar esta digressão para tornar mais clara nosso pensamento: não acreditamos no valor da cultura "platônica", no historicismo estéril, na erudição isolada da "praxis". Podemos mesmo dizer que o próprio estudo de história das artes plásticas, por exemplo, só tem real interesse quando analisado do ponto de vista da arte contemporânea; seu conhecimento deve fornecer-nos meios para nossa colocação crítica, para uma compreensão humanística ou para o próprio trabalho cotidiano de criação.

São Paulo: seus pontos de encontro

Jorge Wilhelm, arquiteto

Fotos históricas: Arquivo do Dep. de Cultura

Fotos atuais: J. Xavier

A existência de Brasília assume, entre outros aspectos, um duplo valor simbólico: representa a fase de intensa urbanização que caracteriza o Brasil, país em pleno crescimento, e simboliza a mentalidade planificadora que a necessidade faz surgir entre nós. Porém, se, por um lado o projeto e construção da nova capital divulgou, "vulgarizou", a expressão "plano piloto", — por outro lado não temos aproveitado o estímulo para aprofundar o necessário estudo do nascimento e crescimento das cidades brasileiras em geral. Esta omissão ou, na melhor das hipóteses, insuficiência no estudo do mecanismo urbanizador, constitui ainda um atraso no conhecimento de nossa situação. Por isso pensamos que, no limitado panorama dos estudos urbanísticos brasileiros qualquer trabalho, mesmo a análise de um mero pormenor urbanístico convenientemente enquadrado, — teria interesse, desde que contribuisse para diminuir a alienação de nossa produção intelectual, isto é: desde que contribuisse, mesmo modestamente, para um maior conhecimento de nossa realidade. O atraso no conhecimento desta realidade, porém, não nos preocupa, apenas do ponto de vista cultural, como alienação. Preocupa-nos especialmente como ausência ou inoperância duma arma que nos ajudaria em nossos trabalhos urbanísticos. Por isso, não somos atraídos à pesquisa histórica tão apenas pelo fascínio da descoberta de mecanismos de desenvolvimento progressos; mas especialmente para armarmos-nos de conhecimentos operantes e indispensáveis no momento de planejar novas cidades brasileiras ou de propor modificações urbanísticas em cidades existentes.

Observações preliminares

Não limitamos por mero acaso, o âmbito deste artigo a São Paulo e aos "pontos de encontro". A absoluta necessidade de um plano diretor, a urgência duma política que defina e encominde a reforma urbana, a situação difícil e caótica da vida na cidade de São Paulo, — são todos fatores a exigir uma ação coletiva de profissionais e de todos os intervenientes e interessados. Numa esfera mais individual, armarmos-nos de conhecimentos e divulgá-los, pondo-os em discussão, é pelo menos uma ação imediata "possível" e que talvez frutifique em tempo próximo. Por outro lado, porque escolhemos os "pontos de encontro", isto é: os palcos em que se encontram os cidadãos para desempenhar o papel coletivo de suas vidas? As cidades se definem, de um ponto de vista puramente físico, como um aglomerado de edifícios determinando espaços externos de circulação e de reunião. Se, por um lado, a mera contiguidade de edifícios individuais gera, com a patina do tempo, um gosto coletivo, uma homogeneidade que identifica determinada cidade, — parece-nos inegável que o espírito cidadão poderá ser melhor reconhecido naqueles pontos da estrutura urbana que acolheram as ações coletivas de seu povo: geralmente as ruas e as praças. A procura do "coração da cidade" justifica-se portanto quando se deseja chegar ao núcleo que fixou em espaço urbano o caráter de uma cidade. Mais importante ainda é perceber os mecanismos de adaptação desses pontos de encontro, palcos que são duma vida em constante mudança. Pois, se é relativamente simples reconhecer o "coração" de um pequeno burgo medieval europeu, mais complexo será conceituar, no momento de planejar, como possam ser o coração ou os múltiplos pontos de encontro duma metrópole em pleno desenvolvimento.

as cidades medievais

Talvez não seja supérfluo dizer que nossa formação escolar não nos fornece os meios para tal tipo de pesquisa. É mesmo inacreditável que num país de tão intensa urbanização espontânea, nunca compareçam nos bancos escolares estudos e exemplos tirados desta rica experiência. Ao contrário, mergulhamos (e duma forma bastante estática e formal) na descrição de cidades medievais européias. A história destas cidades é inegavelmente atraente; mas o rico manancial de conhecimentos fornecido por estas cidades adquire interesse para nós, apenas na justa medida em que nos ajuda a esclarecer a dinâmica do desenvolvimento de nossas cidades. Quanto maior a necessidade deste trabalho crítico, quanto maior a necessidade de obtermos instrumento para planejar — tanto maior a importância de abandonar qualquer erudição formal ou falsamente histórica, costumando-nos a visualizar a cidade medieval européia através do prisma de nossas necessidades, analisando semelhanças e diferenças.

Permitimo-nos aumentar esta digressão para tornar mais claro nosso pensamento: não acreditamos no valor da cultura "platônica", no historicismo estéril, na erudição isolada da "praxis". Podemos mesmo dizer que o próprio estudo de história das artes plásticas, por exemplo, só tem real interesse quando analisado do ponto de vista da arte contemporânea; seu conhecimento deve fornecer-nos meios para nossa colocação crítica, para uma compreensão humanística ou para o próprio trabalho cotidiano de criação.



A Igreja de São Francisco e o Largo do Capim (atual do Ouvidor), em 1870; ponto de encontro de estudantes, de nadeiros e de "escravos-bacharéis", ponto convergente da popular rua São Bento



Três fotografias do Largo e rua São Bento (em 1870, 1888 e fim do século). Note-se o jardim cercado e vazio e a diminuição gradativa da função de ponto focal da Igreja de São Francisco, à medida que os edifícios subiam alterando a proporção do ruas. Os banhos da Sereia e o Hotel d'Oeste foram importantes pontos de encontro, depois da estrada de ferro ter introduzido a figura do coixeiro-viajante que desbancou à do estudante, modificando sensivelmente os provincianos hábitos paulistas

semelhanças e
diferenças

Assim, há na história dos burgos medievais aspectos principais e aspectos secundários para o presente estudo. A motivação "segurança" que reuniu pessoas em torno de castelos feudais, qual corôa defensiva em torno de colinas, — é aspecto porcial do qual decorrem características importantes, mas por demais peculiares. Ahamos mais interessante notar que estas cidades nasceram sempre como livre associação de imigrantes. Os três vocábulos desta expressão têm significado. Não havia autóctones numa cidade; o ausência de pessoas ou grupos com raízes na terro, dava uma inicial igualdade de direitos muito rica em cognotações sociológicas. Assim, a coesão social, a "associação" que se definiu, obrigou à constituição de regras novas e próprias. E o que melhor ilustra estas regras novas foi o conceito de liberdade e de libertação que caracterizava o homem cidadão: o servo tornava-se cidadão livre ao habitar um ano e um dia numa cidade! É porisso famoso e significativo o ditado alemão: "o ar da cidade torna o homem livre". A implantação das cidades brasileiras foi totalmente diverso: nasceram dum gesto colonizador dos portugueses e suas rígidas plantas ciaramente definem sua função. O ponto de contato com o espírito daquelas cidades medievais residiu apenas no desenraizamento do passado, no fato dos livres cidadãos valerm e tomarem posição na estratificação social urbana, a partir do momento de sua chegada. Esta liberdade de iniciativa, a possibilidade de ganhar "status" pelas riquezas e poder acumulados, pelo valor próprio e individual, pelo espírito de aventura e de iniciativa, — formaram as sociedades urbanas brasileiras de forma muito democrática, exacerbando mesmo as características semelhantes anteriormente citadas e também encontradiças na origem das mais típicas cidades européias, medievais e renascentistas.

Houve contudo outras características muito próprias e que foram distanciando as cidades brasileiras de qualquer exemplo europeu. A participação de negros e, inicialmente, de índios, alteraram significativamente as relações de classe das sociedades urbanas. Por outro lado, os imensos vazios demográficos do país deram às cidades (e, de forma muito peculiar, à São Paulo) uma função de "boca de sertão", função esta que talvez melhor do que qualquer outra, caracterizou as cidades brasileiros em seu nascimento e desenvolvimento, — diferenciando sua dinâmica da de qualquer cidade europeia.

nôvo plano de debate

Finalmente, devemos admitir que neste extenso prefácio pareceu-nos necessário também melhor nos situarmos face aos demais arquitetos do mundo, objetivando um diálogo mais profundo. Com efeito, temos tido a impressão, através de diversos contatos na União Internacional de Arquitetos, — que se por um lado há dificuldade para um arquiteto europeu compreender nossos problemas atuais, por outro lado nós também não temos levado em sua justa medida uma contribuição típica, nossa, para os debates surgidos. Se as discussões de temas gerais parecem-nos adquirir frequentemente certa esterilidade, podemos apontar como um dos culpados pelo nível desinteressante, o ausência de problemas ou pontos de vista novos; e boa parte desta problemática nova deveria ser introduzida pelos arquitetos dos países chamados "em desenvolvimento". Tomamos por exemplo o próprio debate organizado pelo CIAM em 1952 e editado no livro "The Heart of the City". Na discussão tornou-se patente uma ansiedade em querer redefinir o "coração da cidade", à luz das necessidades contemporâneas. Sert citou a necessidade de supérfluo e a frustração que resulta da mera expressão de um funcionalismo; Richards e Giedion definiram esse coração como o sitio em que se fixa a memória coletiva, a história do povo duma cidade; e Le Corbusier afirmou que "a questão do coração da cidade — criação de centros de vida social — é realmente o problema de estrutura urbana. É nossa tarefa como arquitetos criar uma síntese física da vida social e a economia básica de cada sitio". Não podemos deixar de ter um sentimento de frustração pela inoperância desse debate. Pois para nós o problema do coração da cidade situa-se num plano nôvo e mais amplo, no plano dum planejamento cuja possibilidade surge em conjunto com outras possibilidades e perspectivas típicas de países jovens e pujantes. Com a ampliação da consciência desta nossa situação nacional, dever-nos-íamos preparar para debates futuros com os arquitetos de todo o mundo, o começar do próximo VII Congresso da U.I.A., levantando problemas que nos interessam de perto, objetivando resultados que nos ajudem na formulação e encaminhamento de soluções possíveis, promovendo uma útil troca de experiências, — e abandonando qualquer posição defensiva e tímida que só pode ser explicada hoje em dia pelo ainda escasso conhecimento que temos de nossa realidade.

Três aspectos do desenvolvimento paulistano

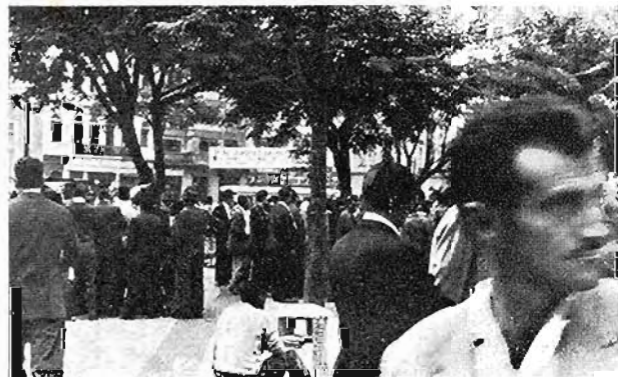
Ao analisar a cidade de São Paulo, objetivamos apenas a caracterização dos pontos de encontro que ela criou, sem maior preocupação pela cronologia; fazemo-lo como



Largo da Misericórdia (1870) com o chafariz do Tebas, provavelmente o principal ponto de encontro do povo paulistano no século XVIII. Ainda hoje é um ponto de encontro; mas sua função não pode ser a mesma da São Paulo sertanista



Uma das reconstruções da Matriz, no começo deste século; situava-se no atual Largo da Sé



Parte baixa da Praça da Sé, aproximadamente na posição do antigo Largo da Matriz — ponto de encontro de empreiteiros, marreteiros e oradores políticos

as tentativas "oficiais"

arquitecto e, naturalmente, não como historiador ou sociólogo. É, inicialmente, curioso notar que a gênese de São Paulo, a "casa de São Paulo dos Padres de Jesus nos Campos de Piratininga", — difere das cidades litorâneas implantadas pelos portugueses segundo planos do Reino. São Paulo, cidade de sertão e montanha, teve maior espontaneidade e menor presença da autoridade. Aliás, pode-se mesmo afirmar que desde o fundação foram totalmente vãos os esforços da autoridade civil ou eclesiástica, no sentido de amoldá-la a padrões do Reino, ou, pelo menos, aos das cidades litorâneas. Assim, por exemplo, a Câmara, espantando-se pelo natural não paralelismo das ruas, queixava-se não possuir um "oficial arruador", contratando em 1630 a Pedro Roiz Guerreiro que "entendia do rumo da agulha"; esforçou-se ainda em vão, em 1753, ao nomear outro arruador, o carpinteiro Francisco Gomes Tavares, com a finalidade de "fazer ruas retas". Outras tentativas da Câmara, vãs porque correspondiam a preconceitos sem fundamento social, — podem ser apontadas: em 1792 a Câmara se pronunciou contra diversas atividades recreativas, contra a existência de chafarizes, por serem pontos de arruaça; contra os mascarados que no século XVIII seguiam as procissões; contra as danças típicas (caponera, cururu, cavalhadas, danças de negros no Rosário); contra a existência de rótulas nas janelas (proibidas em 1874 por motivos "estéticos"); contra a existência de parques grandes, como o Compo da Luz (1811) por "não ser conveniente ao bem público que dentro de uma cidade que talvez venha a crescer muito houvesse praças tão vastas onde as pessoas possam ser atacadas no escuro". Além dos conflitos entre a autoridade do Reino e o povo, devemos lembrar os constantes conflitos entre os colonos e os jesuítas, luta esta muito característica de São Paulo setecentista.

o isolamento

Estes exemplos são citados para pôr à mostra o seu reverso: a tremenda força das condições sócio-econômicas que, por meio de uma inventividade e teimosia tipicamente paulistas, plasmaram uma cidade sempre contrariando a autoridade, quando esta se baseava em modelos europeus obviamente não apropriados. O isolamento geográfico de São Paulo propiciava a invenção de soluções próprias suprimindo múltiplas carências de que padecia a cidade: assim o linguajar considerado "antiquado", a roupa pobre e recatada, os hábitos austeros e desconfiados e a própria arquitetura pobre de taipa, — refletiam a situação isolada, perigosa, de acampamento paramilitar do São Paulo seiscentista. Torna-se óbvio que a contradição com soluções portuguesas ou litorâneas se aguçaria cada vez mais. Mas, por outro lado, convém notar que os esforços em copiar modelos europeus, refletia uma tendência alienadora que coexistiu e que também se aguçou, mormente no começo deste século, chegando a ser típica da educação e cultura no Brasil até há pouco. Como diz Caio Prado: "A Paulicéia, até a primeira Grande Guerra era a sede de um São Paulo poderosamente agrícola, o São Paulo do café, em que imperava uma forte aristocracia territorial: gente que tinha mais orgulho da fazenda que da cidade, e quando pensava em cidade, situavam essa cidade na Europa, a rigor em Paris".

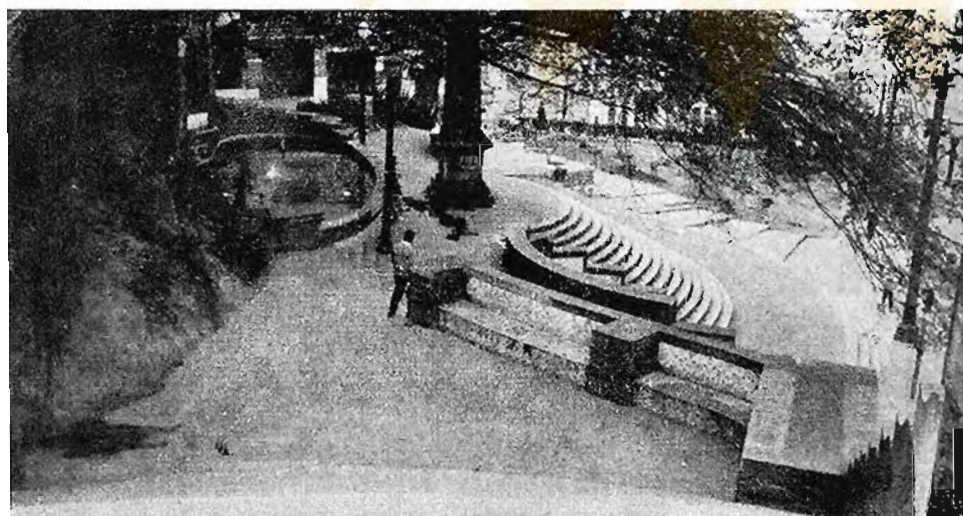
a cidade vazia

Se citamos em primeiro lugar a contradição entre a autoridade e o desenvolvimento urbano, cabe assinalar agora uma segunda característica predominante na criação do espírito urbano de São Paulo: a flutuação de sua população. É curioso notar que São Paulo quinhentista e mesmo seiscentista era uma cidade vazia, um entreposto periódico, cuja população ativa não a habitava! Há inúmeros testemunhos de "esvaziamentos" da cidade. A própria Câmara funcionou durante dois séculos em imóveis alugados e em 1628 lia-se numa ata: "... por esta vila ser de homens nobres e honrados e viverem de suas roças e lavouras em que todas se ocupam a maior parte do ano, ficando a vila deserta". Em 1679 é proposta modificar o lançamento do donativo real, pois contribuía à diminuição da população. São Paulo era de tal forma um mero aglomerado político, ponto de partida e encontro para homens de roça e bandeiras, — que a própria comida era escassa. Em 1700 havia pouco sal e carne, sendo recente o aparecimento de verduras e quitutes nas ruas. A fome assolava a cidade quando as bandeiras levavam os homens para longe da roça. Possivelmente, o "status" político-administrativo de São Paulo era no começo motivação suficiente para sua sobrevivência (vide Brasília); e pouco a pouco sua importância como entreposto comercial foi garantindo as bases de seu desenvolvimento. Parece-nos que a própria caracterização de São Paulo como cidade "boca de sertão", explica a transitoriedade de sua população. Sua flutuação brusca ocorreu no tempo dos bandeirantes, quando a partida de uma única bandeira demandando "as minas gerais" era capaz de tirar o São Paulo representantes masculinos da totalidade de suas famílias, deixando em suas casas por vês apenas as mulheres, sobre quem recaíam as responsabilidades de manutenção e gerência de fazendas e bens. Ocorria igualmente na época dos primeiros cafezeiros, na época do maior desenvolvimento de Campinas e de Itu; e mesmo na época do Curso Jurídico (1828), — quando sua população mais ativa era transitória: nos primeiros 25 anos da Aca-



Uma vez ocupada a rua Direita, as casas comerciais e residências importantes desenvolveram-se ao longo da rua da Imperatriz (rua XV de Novembro) até à atual praça Antônio Prado, um das corações da cidade (1880). Foto à esquerda

Rua XV de Novembro, sede das melhores lojas e confeitarias no fim do século, um importante ponto de encontro da burguesia cafeeicultora



O chafariz e pirâmide do Piques (1860) posteriormente transformado pelo arq. Dubu-gras na Ladeira da Memória. Ponto de encontro dos tropeiros que, pelo caminho da Consolação (ao fundo), demandavam o aldeia de Pinheiros e o sertão. Foi também ponto de encontro para os estudantes que habitavam à rua do Palho (atual rua 7 de Abril). É hoje um dos mais belos (e abandonados) recantos do centro

demia formaram-se 615 bacharéis, dos quais 181 do Rio, 131 de São Paulo (muitos do interior), 100 de Minas, 56 da Bahia, 48 do Rio Grande, 11 do Maranhão, 9 de Mato Grosso.

Esta flutuação de população caracterizava São Paulo como a primeira e mais importante cidade "boca de sertão", um tipo diferente de aglomeração urbana, frequentemente com ares de "acampamento". Mesmo quando, em fins do século passado, a população aumentou consideravelmente, sua mobilidade continuou espantosa.

Além da população ausente, de sua transitoriedade e flutuação, devemos citar outra característica da população paulistana que denota sua formação rica e variada.

miscigenação racial

A miscigenação racial foi talvez maior e mais necessária em São Paulo do que em qualquer outra região; pois o colono branco via-se como que "impelido" a ter filhos com as índias da região, sendo comum em todas as fazendas, as "donas" paulistas criarem os filhos mamelucos dos maridos: êste semear de filhos deu pouco a pouca base humana à ocupação desmedida de terras novas; ocupação esta que era feita sob forma de campanha militar. À figura do mameluco, sempre identificada como a do "conhecedor da terra", juntou-se posteriormente a do mulato e a do escravo, especialmente a do escravo liberto do século XIX, que se entrosava bem na intensa atividade comercial da cidade boca de sertão. (É curioso notar que o estudante do Curso Jurídico "punha seu escravo na praça", isto é, deixava-o comerciar, vendendo quitutes e fazendo serviços diversos, fornecendo assim a seu senhor uma renda suplementar, às vezes polpuda; ao diplomar-se, geralmente êsses "escravos bacharéis", que constituíam uma espécie de "sub-classe acadêmica", eram alforriados, integrando-se na livre sociedade urbana de cujas atividades já participavam intensamente).

a explosão demográfica

Finalmente, ainda no capítulo demográfico, tivemos a partir da década 1870-1880, uma verdadeira explosão demográfica:

de 1836 a 1870 —	28.000 habitantes (5% do total do Estado)
1886 —	47.697 habitantes (3,5% do total do Estado)
1900 —	240.000 habitantes (10,5% do total do Estado)
1910 —	375.000 habitantes (11% do total do Estado)
1922 —	637.000 habitantes (13% do total do Estado)
1950 —	2.200.000 habitantes (24% do total do Estado)
1960 —	3.826.000 habitantes (28% do total do Estado)

Ainda em 1920 mais de um terço da população era alienígena e 50% chegou a ser formada por italianos. Não nos interessa aqui entrarmos em detalhes; retenhamos apenas que a cultura do café necessitava de braços, sendo imensas as oportunidades da cidade que já era nesta época boca de sertão e nó viário; por outro lado, muitos cafeicultores enriquecidos passaram a morar na cidade, abandonando as casas de fazenda. O crescimento vegetativo também aumentou. Além do que a crise agrícola italiana ocasionou fortíssimas ondas imigratórias.

fatores de metropolização

Na população paulistana, apesar da fluidez de sua composição e da transitoriedade de seus componentes, ocorreu na virada do século uma sedimentação plurifacial, uma fascinante aculturação sob pressão de contingências econômicas de grande vivacidade (comercialização do café, estradas de ferro e sua política de terra e loteamento, etc.). Esta sedimentação tardia, com o aumento da população, com o acúmulo de capitais e com a população urbana imigrada que trazia uma base artesanal importante, — constituíram os fundamentos humanos locais para a instalação do campo industrial paulista e para a metropolização da cidade.

ocupação do sítio

Depois dêsse rápido exame das contradições autoridade-povo e da mobilidade populacional, examinemos uma terceira característica paulistana, antes de abordarmos o problema dos pontos de encontro; vejamos algo sobre a ocupação territorial da atual São Paulo. /Contrariando novamente o desenvolvimento de outras cidades, São Paulo expandiu-se menos centrifugamente a partir de uma pressão demográfica em seu núcleo central, — do que pela integração de núcleos isolados. Seu frequente esvaziamento demográfico dava ao "triângulo" um aspecto comumente deserto. Porém, as colinas e vales que circundavam êsse triângulo estavam ocupadas por bairros e fazendas e, posteriormente, por loteamentos isolados que caracterizavam a São Paulo rural e suburbana, os campos de Piratininga. Assim, quando as estradas de ferro e a demografia cafeeira deram novas dimensões ao nó viário paulistano, a cidade era constituída por uma infinidade de núcleos isolados, cujo centro de gravidade era uma São Paulo por demais restrita. A união dêsses núcleos se iniciou ao longo das vias férreas.

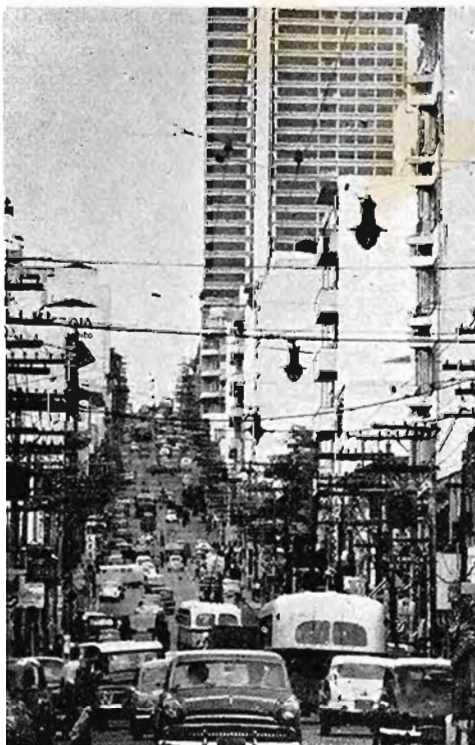
A metropolização de São Paulo ocorreu destarte pela ocupação dos vazios existentes entre núcleos e pela integração dêsses núcleos numa estrutura urbana



A rua Direita em seu trecho mais tradicional, entre o Largo da Misericórdia e o Largo da Matriz.



O Largo do Café é ponto de encontro de comerciantes aposentados, remediados e lavradores preocupados com a comercialização e venda de pequenas safras. Funciona como escritório, local de trabalho, em que se discutem e fecham negócios



A rua Augusta transformou-se na artéria de compras mais elegante da cidade; sem previsão urbanística alguma, nada foi feito no sentido de dar-lhe condições humanas para essa função. Com o mesmo descaso e omissão está-se iniciando o processo de transformação da rua Pamplona, rua Cardoso de Almeida e outras

unitária. A integração dos núcleos e o preenchimento de vazios deu-se por meio de uma desenfreada especulação imobiliária, — infelizmente típica de nosso desenvolvimento desigual e inflacionário — aliado ao aumento explosivo da população. Esta especulação iniciou-se a rigor após a falência do Banco Mauú (1875) e do pânico da Bolsa, assim como depois da abolição da escravidão e o advento da República; nesta ocasião diversas fazendas e chácaras em Santa Ifigênia, Bom Retiro, Brás, Consolação, Liberdade e Cambuci foram loteadas, obedecendo seu traçado ao retículo arbitrário que demarcara as propriedades rurais (a Vila Buarque, por exemplo, era uma chácara que o General J. Arouche de Toledo Rondon vendeu em 1894 a um grupo de capitalistas. E as ruas próximas à rua Augusta, da av. Paulista até à rua Estados Unidos, constituíam ainda em 1890 a Chácara Belo Cintra). Esta ocupação típica do solo urbano é responsável tanto pela orientação caótica dos loteamentos como pela ocupação desproporcional do território metropolitano. (Em 1914, com menos de 500.000 habitantes São Paulo ocupava área tão grande quanto Paris!). Este processo de metropolização, aliás não foi completado, existindo ainda numerosos "vazios" que abrem certas perspectivas para o planejamento da cidade.

Os "pontos de encontro"

A análise feita nos capítulos anteriores, por sumária que seja, parece-nos evidenciar quão o longe da história do desenvolvimento de São Paulo estão as teorias das cidades medievais. O que encontramos nesta história que substitua as belas e típicas praças religiosas, política e mercantil dos burgos medievais? Ou melhor, quais foram os "pontos de encontro" do povo paulista?

É curioso notar que mesmo na diminuta São Paulo contida pelo "Triângulo" havia "pontos" escolhidos segundo uma especialização de uso e de ocupantes. Assim, o Pátio do Colégio era a praça cívica, geralmente vazia, palco ocasional de atividades oficiais e reuniões populares de caráter grave; é lá que se instalava a autoridade, seja a dos padres jesuítas, seja a da Câmara quando esta decidiu erigir sua sede.

O encontro informal, no entanto, se dava na rua Direita, curto caminho que ligava a Matriz à Igreja de Santo Antônio e onde se instalaram as principais lojas e as melhores residências; somente mais tarde este colar de provincianos empórios foi-se estendendo pela rua da Imperatriz (rua XV de Novembro), terminando num ponto de encontro mais tarde famoso: a atual praça Antônio Prado, onde se situou a "ilha dos pontos", ponto rodeado pelas melhores confeitarias e por onde (fato importante) passavam todas as linhas de bonde, puxados a burro.

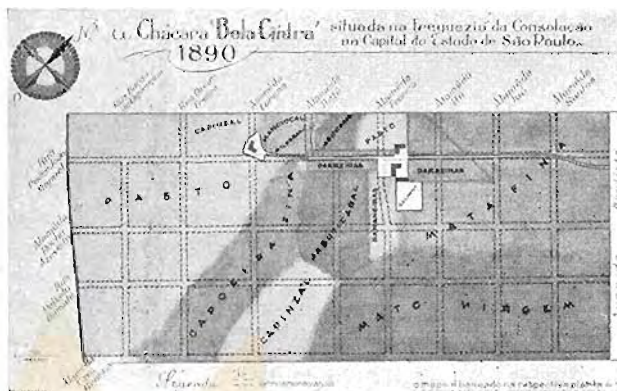
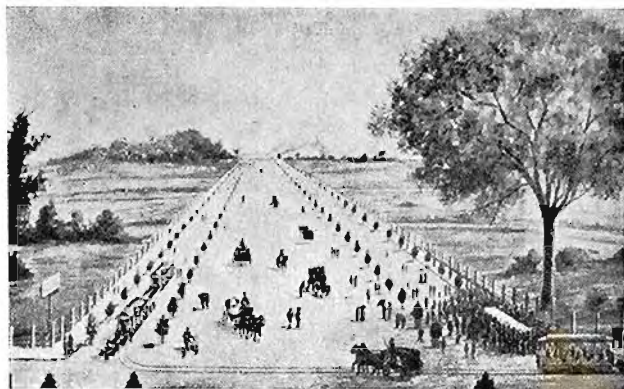
Enquanto os comerciantes se encontravam na rua Direita, os escravos reuniam-se no Largo da Misericórdia, onde, frente à Igreja e ao chafariz, vendiam quitutes, trocavam notícias, mexericos (e ocasionalmente sopapos!). O Largo da Misericórdia adquiriu tal importância como coração da cidade que durante o século XVIII os avisos públicos e proclamações chegaram a ser fixados frente à sua igreja e não na Matriz ou no Colégio.

a "especialização" dos pontos

O prestígio da rua como ponto de encontro (e que Gilberto Freyre aponta como típico do século XIX) fez da rua São Bento um lugar de encontro mais popular do que a rua Direita. Especialmente na época do Curso Jurídico quando os escravos dos estudantes desciam do Largo São Francisco com seus tabuleiros e com sua tagarelice que se espalhava nas arengas e discussões feitas frente aos 4 oratórios da rua São Bento. O Largo de São Francisco era ponto de encontro de estudantes e de madeireiros. Duas ruas tinham surgido para hospedar estudantes (e prostitutas): a da Palha (atual 7 de Abril) e a dos Bombus (Visconde do Rio Branco). O Largo do Rosário, frente ao Teatro São José (atualmente Praça João Mendes) era o ponto escolhido pelos vendedores de quitutes, mesmo quando não trabalhando, havendo então improvisações de danças, batucadas, etc.. Havia finalmente uma concentração de abastecimento, isto é: uma rua onde se situavam as quitandas, que vendiam os escassos comestíveis que vinham da roça. Trata-se da atual rua do Tesouro, então chamada "das Casinhas", por causa das barraquinhas que funcionavam como autêntico mercado livre; posteriormente, o mercado escorregou ladeira abaixo (1.º mercado coberto, à beira do Tamanduateí, em 1870), afastando-se mais do Largo da Misericórdia, ao qual fora contíguo e indo parar nas ladeiras que descem à várzea do Tamanduateí; e nas escadarias do Carmo, vendia-se peixe.

a recreação

Além dos pontos de encontro cotidianos acima apontados, havia, porém, os pontos ocasionais recreativos. Convém dizer de início que a vida rude do paulistano não era amena, não era "divertida". Mas houve algum esforço, por parte da Câmara em proporcionar pontos de encontro recreativo. Foi assim criado o Campo da Luz (1852), parque afastado, cercado, como todos os parques das cidades-modélo

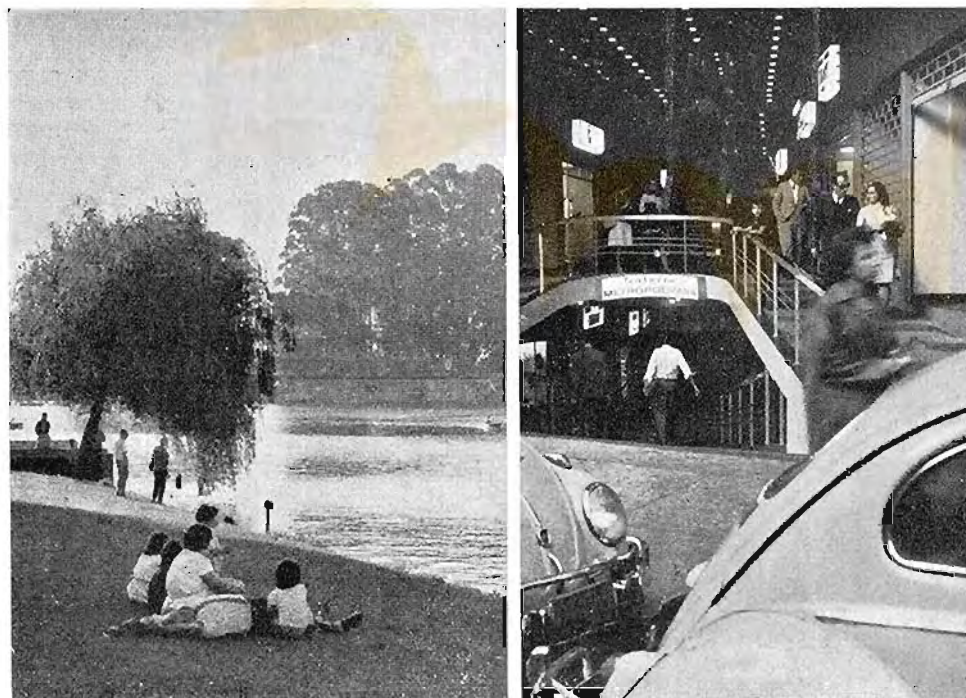


A chácara Bela Cintra, uma das chácaras loteadas no começo do século

A inauguração da av. Paulista deu à cidade um ponto de encontro (distante) para seus passeios



Uma "pelada" no Brás; é inacreditável a ausência de pequenos campos de futebol num país em que esse esporte tem predominância na recreação urbana



A grande marquise do Ibirapuera foi idealizada como grande ponto de encontro para uma recreação tipicamente urbana: exposições e feiras. A não execução do porquê projetado por Burle-Marx e o abandono geral do Ibirapuera, frustra um dos mais importantes pontos de encontro recreativo e cultural da cidade

As galerias comerciais ligando ruas do taconho centro, são a resposta espontânea à crescente demanda; são uma solução apropriada para São Paulo, objetivando dispersão de pessoas que não mais cabem nas calçadas, boas condições para compras, pontos de encontro abrigados, separação entre veículos e pedestres. Conviria no entanto que um remanejamento do centro determinasse os pontos em que tais galerias realmente fossem indicados

européias, — onde se pretendia que o paulistano fôsse aos domingos. Esta pretensão, naturalmente importada, estava fadada a um sucesso moderado, pois chegava a ter alguma repercussão apenas entre os contingentes imigrados que ainda guardavam certos hábitos europeus. Diz Houssay (1862) a respeito do Jardim da Luz: “Jamais encontrei alguém ali que não fôsse o seu velho jardineiro alemão,”. O próprio privilégio concedido a Joaquim Gaspar dos Santos Pereira (1873) para durante 50 anos fazer jardins no “sistema inglês”, cercados, com quiosques e re-puxos, — deve ter sido abandonado. As praças e jardins cercados, simplesmente não eram usados. O povo preferia jogar frontão na rua 24 de Maio (1903), futebol no Gosômetro (em 1888, apenas os ingleses de início); jogar peteca no Largo da Fôrça (1870); jogar bola na atual rua Benjamim Constant; e cortas nas próprias ruas ou escadarias (pinhão, vispora, marimbo, voltarete e lansquenete).

as ruas

O prestígio da rua como ponto de encontro sempre foi grande. Talvez porque — desde o século XVII a única recreação coletiva e motivo para ir à cidade, fôsssem as procissões, com seus mascarados, posteriormente transformada no entrudo e no Carnaval. As procissões principais eram as de Corpus Christi (2 de julho), a de Nossa Senhora (3.º domingo de julho), e a do Anjo da Guarda. O paulistano se encontrava nas ruas e lá até comia, pois vendia-se pinhão cozido, cangica de milho, angû de fubá, mandioca e içá (saúva torrada). E a estas ruas não faltavam: sequer os “play boys”, como êsse Bento do Amaral da Silva que no século XVIII exhibia suas habilidades de cavaleiro em perigosas galopadas! Em lugar de utilizar jardins afastados e cercados, os “Bois de Boulogne” crioulos, o paulistano preferia ficar em casa, ou melhor, em sua fazenda; ou ir tomar banho pelado nas águas do Tamanduateí (até 1868 não se conhecia o calção de banho); ou caçar na Praça dos Curros (atual Praça da República), onde a idéia de touradas não vingara. Apenas no começo dêste século, possivelmente em virtude da corrente imigratória, começaram a ser utilizados os parques como pontos de encontro recreativos: surgiram então os “tivolis” do av. Paulista (Parque Villon) e do Tremembé, os recreios alemães da Vila Mariana e Penha, as excursões ao Vale do Paraíba. Como curiosidade, mas não destituída de sentido e inspiração, citamos que em 1860 houve passeios de barco, com música, pelo Tietê, a partir da Ponte Grande!

bairros e aldeias

Enquanto isto ocorria com a população do então São Paulo, os bairros e aldeias mais tarde metropolizadas, tinham seus pontos de encontro e se desenvolviam segundo orientações próprias. Este fato é importante se pretendemos um dia elaborar o plano diretor de São Paulo, com seus múltiplos corações. Assim o Largo de Pinheiros, o Parque do Ipiranga (modificado posteriormente), a Praça da Árvore, certas ruas do Brás, a distribuição linear da atual Lapa, o Largo de Santa Amaro (modificado posteriormente), — são todos pontos de encontro que ainda guardam sua tradição para as pessoas radicadas há mais tempo nesses bairros. No entanto, a grande mobilidade da população diminuiu muito o peso da tradição. Atualmente, há muitos pontos de encontros escolhidos segundo “especialização”, ou melhor, segundo comunidade de interesses. Por exemplo: certa juventude se encontra à rua Augusta (entre Al. Jaú e Al. Itú), os músicos na Praça da Sé, ao lado da Catedral, os empreiteiros na parte baixa da Sé, a rua Direita aos domingos é freqüentada exclusivamente por gente de côr, certas ruas do Brás, o Largo Paisandú, etc.. Além destes, há pontos que oferecem grandes possibilidades de se tornarem pontos de encontro, desde que passem por algumas adaptações. É o caso da esplêndida Ladeira da Memória (arq. Dubugras), o Trianon, as duas cobeceiras do espigão da av. Paulista, a Barão de Itapetininga sem veículos e muitos outros. Esta diversidade, longe de exemplificar um caos urbano, parece-nos indicar uma adaptação topográfica e social rica em cognotações sociológicas e em inspiração para o planejamento urbano atual dessas áreas.

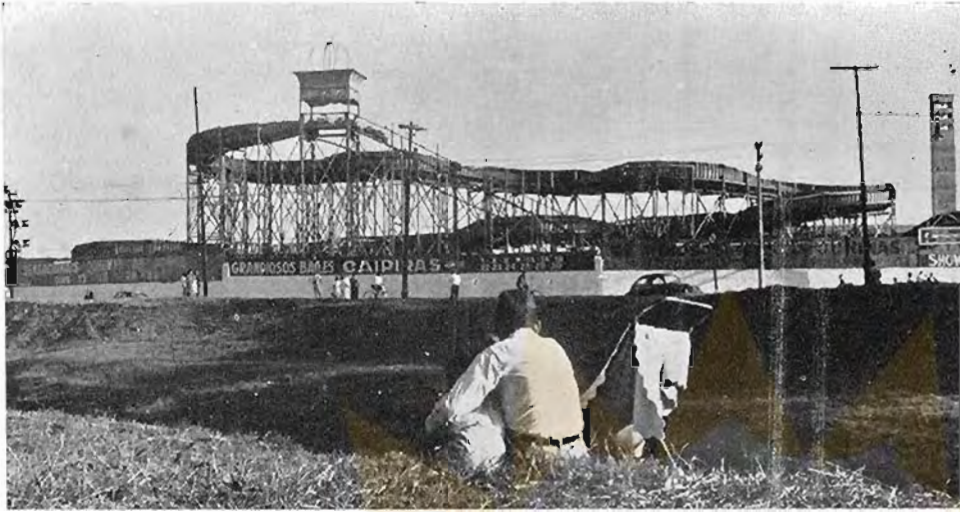
Subsídios para um planejamento

Conforme dissemos no início do presente artigo, não nos interessa analisar o tema como mero conhecimento da situação. Interessa-nos sobretudo como elemento informativo para o planejamento de São Paulo. Como podemos, então, encarar o problema dos pontos de encontro na São Paulo de hoje e de amanhã? Qual o significado e onde se realizarão êsses pontos de encontro?

distância social

Apesar de não querermos entrar num campo que não é nosso, — o da sociologia urbana, — alguns conceitos básicos desta disciplina deveriam a esta altura ser enunciados. Principalmente os que dizem respeito à distância social.

No dizer de R. Park, “num grupo social vivemos juntos mas ao mesmo tempo separados, sendo que esta separação pode ser definida em termos de distância”.

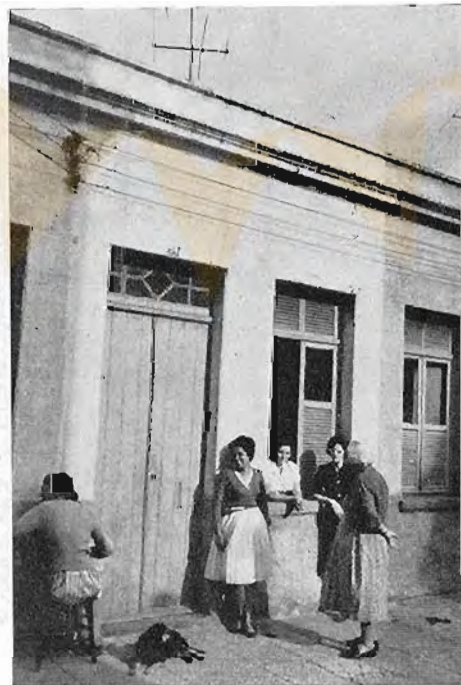
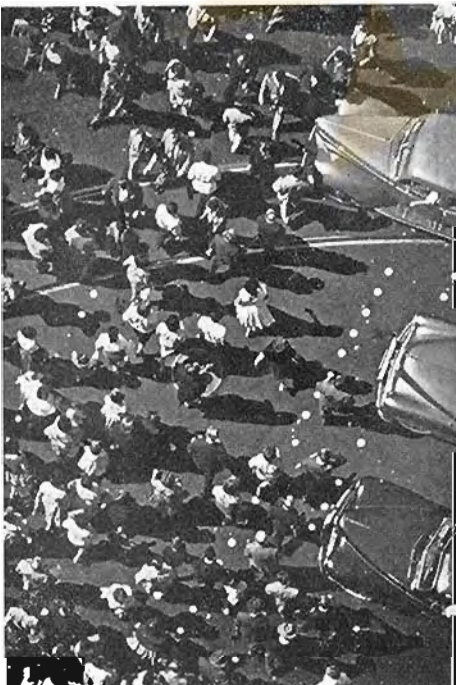


O Parque D. Pedro é de escasso e difícil uso por não estar em zona residencial densa, nem apresentar equipamento recreativo e atrativos especiais que possam suprir essa deficiência. O Parque Shongai lhe é contíguo; seu deslocamento poderia talvez reorganizar e vitalizar o Parque



A juventude motorizada têm seus pontos de encontro naturalmente junto a meio-fios. Mas seus pontos de encontro deveriam ser palcos propícios para a ostentação e competição visando auto-afirmação, característica típica da adolescência

Escadarias que descem ao vale do Anhangabau, demonstrando uma das formas felizes de utilizar desníveis topográficos como pontos de encontro



A relação entre pedestre e veículo não pode ser conceituada como inamistosa (tráfego e transporte não são problemas de polícia); seus pontos de contato determinam importantes pontos de encontro

Brás: o prestígio da rua e a influência italiana

relações entre cidadãos

Com efeito, a sociedade vive graças à comunicação entre pessoas, comunicação esta necessária em virtude da variedade de experiências que há entre as pessoas. Nesta comunicação as pessoas definem sua distância relativa, em termos de "status". Por seu lado, o "status" do indivíduo na sociedade dividida em classes baseia-se em motivos econômicos. Numa cidade, a complexidade dos contatos, a estratificação do "status econômico" e a variedade de possibilidades, — obriga o cidadão a uma escolha e a uma limitação de contatos; assim sendo, ele é submetido a uma tensão constante e a supera diminuindo a profundidade do contato (comportamentos estereotipados e hábitos mais formais) e transformando-se em espectador em lugar de participante (o recreação, por exemplo, nas cidades é cada vez mais passiva: espetáculos de cinema, teatro e circo, repouso, passeios, assistir à televisão, etc.).

comunidade e sociedade

Os conceitos acima, expostos de forma forçosamente simplista, — denotam o total diferença entre vida comunitária e vida urbana. Na primeira, típica numa aldeia ou pequena cidade de população estável, — a coesão social se define por um corpo de experiências comuns e não por interesses comuns; essas experiências comuns acarretam uma pré-determinação da posição relativa dos indivíduos, do seu status. Assim sendo, a solução dos problemas é frequentemente coletiva, não submetendo os indivíduos às tensões típicas da opção. Ora, uma cidade, especialmente no atual estágio capitalista, não é nem uma aldeia nem uma soma de aldeias. E a vida urbana, ao contrário da comunitária, se caracteriza pela estratificação social feita em função de identificações de interesses. Numa cidade, a coesão social é portanto associativa e não comunitária. E esta livre associação é feita em torno de interesses fundamentalmente econômicos que determinam o "status", a posição relativa, a distância social. (A própria luta de classes está expressa nesta formulação). Estas premissas são importantes para, ao planejar, não cairmos na tentação de vãs tentativas do tipo cidades-campo ou cidades-jardim baseadas em conceitos que nos parecem falsos. À luz dessas premissas podemos perguntar: de que tipo, numa cidade como São Paulo, seriam os contatos entre indivíduos? O que dá coesão social aos cidadãos? E, conseqüentemente, que ambientes físicos devem ser previstos para acolher tais contatos sociais?

Estas perguntas abrem um rico campo de investigações para o sociólogo cujo resultado seria importante no momento de elaboração de um plano diretor. Mas podemos aventurar certas hipóteses a fim de ilustrar o pensamento. A nosso ver, algumas características da forma associativa dos paulistanos poderiam ser enumeradas:

algumas associações típicas

- 1 participação em comícios e debates públicos de rua;
- 2 nascimento e grande desenvolvimento de clubes;
- 3 procura de clubes campestres, denotando seja a origem (e saudade) interiorana da população, seja a ausência da recreação informal na cidade;
- 4 grande procura dos espetáculos passivos (futebol, esportes em geral, cinema);
- 5 utilização grande e crescente da televisão como veículo informativo e recreativo, mas especialmente, como meio de integração, de participação, de adquirir ou ostentar um "status";
- 6 necessidade de suprir o necessário não envolvimento emocional nos contatos sociais, por meio de excitantes (jornais escandalosos, futebol, etc.);
- 7 o automóvel adquiriu uma presença de quase personagem urbana; não pode ser conceituado como inimigo, pois é companheiro de múltiplas atividades cotidianas.

seu correspondente urbanístico

Conseqüentemente, poderíamos estabelecer certas generalidades que venham ao encontro das caracterizações acima e que informariam um plano diretor de São Paulo, no capítulo referente aos pontos de encontro. Em primeiro lugar, deve-se prever espaços urbanos para reuniões cívicas, espetáculos populares, comícios, imensas arquibancadas naturais em que (e lembramos Le Corbusier) "o povo possa livremente criar o espetáculo"; estes grandes pontos de encontro deveriam acolher multidões. Em segundo lugar, parece-nos que a atividade "abastecimento doméstico", deveria ser analisada, verificando-se os espaços necessários a feiras livres, super-mercados, etc., objetivando condições humanas e técnicas apropriadas para este importante ponto de encontro. Em terceiro lugar, pensamos que a recreação urbana não pode ser deixada apenas em mãos de iniciativas espontâneas e comerciais; e para tal devemos lembrar a existência de enormes áreas ainda desocupadas às margens da réprêsa, aos pés das colinas do Tremembé, ao longo dos rios retificados, assim como os ainda numerosos vazios da própria tessitura urbana. Em quarto lugar, observamos o interesse de criar ruas cobertas (galerias), multiplicando o espaço escasso para os usuários do diminuto Centro, adequando destarte aos hábitos atuais, o tipo de ponto de encontro que mais tradição teve em São Paulo: a rua.



O jardim do Museu do Ipiranga, no centro de zona residencial densa e desprovida de outros recursos recreativos, é tradicional ponto de encontro

A feira, como todo lugar de abastecimento doméstico, é importante ponto de encontro; novas formas e espaços para este abastecimento, mais consentâneo com uma metrópole, deveriam ser previstos



Os estádios de futebol, palco da mais importante recreação passiva, têm enorme importância na vida urbana, pois acolhem a "torcida", reúnem milhares de "espectadores"



Este foi possivelmente o fato mais significativo no urbanismo de São Paulo neste ano! A respeito de um detalhe de nomenclatura de rua, os habitantes exigiram e obtiveram uma modificação: uma solução técnica transformou-se em reivindicação popular!

(À guisa de curiosidade anotamos aqui que no século passado Jules Martin propôs unir por meio de galeria coberta as ruas São Bento, XV de Novembro, Travessa do Comércio e Largo do Rosário. Existiu aliás uma galeria Werbendoefer entre a rua XV e Boa Vista, com 54 escritórios no 1.º andar e 36 armazéns no térreo!). Isto se relaciona com uma quinta observação: a importância em nossa vida cotidiana do transporte urbano e a necessidade de criar espaços adequados a pontos de encontro em todos os lugares de interrupção ou troca de meios de transporte. Finalmente, uma sexta observação genérica: a necessidade de melhor fixar a memória coletiva naqueles pontos de encontro que eram corações de bairros e aldeias absorvidas pela metrópole, — readaptando-os na medida do possível.

Estas generalidades que concernem os possíveis pontos de encontro de São Paulo deveriam, a nosso vêr, integrar os pontos de partida para a elaboração do plano diretor da cidade, objetivando incorporar-se àquelas medidas que possam tornar esta cidade mais humana, porque mais apropriada à vida de seu povo.

política de reforma urbana

Ao terminar estas observações que talvez possam servir de subsídio à compreensão de São Paulo, não podemos deixar de assinalar que sempre comparece um certo sentimento de frustração quando comparamos a desumana situação da cidade — com suas magníficas possibilidades topográficas e paisagísticas; ou mesmo quando comparamos a enorme vitalidade e capacidade criadora e de improvisação de seu povo heterogêneo, com o resultado pobre e comprometido de sua tessitura urbana, com a própria ausência de pontos de encontro realmente adequados. O rompimento com esta situação depende a nosso ver dum amadurecimento que já está ocorrendo (não apenas entre técnicos intervenientes no planejamento) e da obtenção de meios que possibilitem uma verdadeira reforma urbana: um novo estatuto de propriedade do solo urbano, uma nova conceituação de desapropriação por interesse social, o equipamento profissional e técnico para planejar e o conhecimento da dinâmica própria da cidade. É apenas neste último capítulo que se insere o presente artigo, que foi escrito com um otimismo de arquiteto, portanto de humanista, — isto é: com a certeza de que São Paulo pode ser transformada em metrópole bonita onde floresça a vida e onde todos possam encontrar seus apropriados pontos de encontro.

bibliografia

Parece-nos um pouco pretencioso organizar uma bibliografia para mero artigo. Mas é de justiça citar alguns livros extremamente esclarecedores e informativos, compulsados especificamente para este trabalho. No que tange à sociologia urbana e à cidade em geral, citamos:

Burgess, Ernest W. — "The urban community", Univ. Chicago Press, Chicago, 1952, reunindo artigos de Robert Park, Ellsworth Faris, Nicholas Spykman, E. S. Bogards, H. W. Zorbaugh (citados no presente artigo) e diversos outros sociólogos.

CIAM — "The heart of the city", Lund Humphries, Londres, 1952.

Hilberseimer, L. — "The nature of cities", F. Theobald & Co., Chicago, 1955.

Pirenne, Henri — "Medieval Cities", Doubleday & Co., Garden City, 1956.

Riener, Svend — "The Modern City", Prentice Hall, N. York, 1953.

Weber Max — "The City", Heinemann, Londres, 1960.

Zorbaugh, Harvey W. — "The Gold Coast & The Slum", Chicago Univ. Press, Chicago, 1944.

No que tange à cidade de São Paulo, consultamos principalmente as seguintes obras:

Azevedo, Aroldo de — "A vida de São Paulo", Editora Nacional, São Paulo, 1956. Redigido por P. Petrone, Aziz N. Ab'Sáber, J. Araújo Filho, Odilon M. de Mattos, R. de Andrade e Silva (citados no presente artigo) e outros geógrafos e historiadores.

Bastide, Roger e Fernandes, Florestan — "Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo", Anhembi, São Paulo, 1955.

Bastide, Roger — "Brésil, Terre des contrastes", Hachette, 1957.

Bruno, Ernani Silva — "História e Tradições da Cidade de São Paulo", J. Olympio, Rio, 1953.

Caio Prado — "Formação do Brasil Contemporâneo", Martins, São Paulo, 1942.

Fernandes, Florestan — "Mudanças sociais no Brasil", Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.

Giedion, S. — "Arquitetura e Comunidade", Livros do Brasil, Lisboa, 1955.

Monbeig, Pierre — "Pionniers et Planteurs de São Paulo", A. Colin, Paris, 1952.

Monbeig, Pierre — "Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo", em "O Estado de São Paulo", 25/1/54.

Motta, Flávio — "Contribuição ao estudo da "Art Nouveau" no Brasil", São Paulo, 1957.

Saia, Luiz — "Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século", revista do S.P.H.A.N., n.º 8.

Tedeschi, Bustamante — "Arquitetura de massas", Buenos Aires.



prof. Aziz Nacib Ab'Sáber

Nasceu em 1924, sendo Licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1945) e Doutor em Ciências (Geografia) pela mesma (1956). Atualmente, além de outros cargos letivos, é professor contratado para Geografia Física na Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" da Universidade Católica de São Paulo e professor-assistente de Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da U.S.P. Trabalhos mais importantes publicados: Regiões de circundevolução pós-cretácea, no planalto brasileiro, 1949; A cidade de Manaus, 1953; A região de Santa Isabel, 1951; A geomorfologia do Estado de São Paulo, 1954; Bacia do Paraná-Uruguaí, 1955; A terra paulista, 1956; Contribuição à geomorfologia do Estado de Maranhão, 1955; Relêvo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil, 1956; Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo, 1957; O sítio urbano de São Paulo, 1958 e A região da cidade de São Paulo, 1962.

As regiões serranas do Planalto Atlântico brasileiro, com sua paisagem de morros maciços e pequenos maciços montanhosos, acidentados e irregulares, criaram sérios problemas para a localização das aglomerações urbanas. Nelas dominam grandes extensões de velhos terrenos de topografia movimentada, em que se alternam morros de vertentes convexas, maciços descontínuos de rochas mais resistentes, ou outro bloco de planaltos saerguidos e, por toda parte, vales de perfis transversais bem marcados, pertencentes a redes hidrográficas excessivamente densas. Tais condições naturais, no que tange ao relêvo, obrigaram muitas cidades a adaptar sua estrutura urbana às imposições da topografia local a fim de poderem aproveitar um sítio urbano relativamente plano. Daí, também, os numerosos exemplos de pequenos centros urbanos alojados no fundo de vales estreitos ou em compartimentos alargados de planícies aluviais, com suas várzeas e baixos terraços, em disposição marcadamente alveolar.

No Estado do Rio de Janeiro, as regiões serranas de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo apresentam apenas minúsculas planícies de soleira, de conformação alveolar, onde as cidades se anicharam incômodamente, comprimidas entre a planície rasa dos pés relativamente íngremes dos morros de grandes blocos de esfoliação. Exceto a feita das planícies estreitas e alongadas, somente alguns raros patamares de morros ou ligeiras encostas de declive mais suave deram asilo às edificações urbanas. Na particular, a cidade de Petrópolis apresenta-nos um belo exemplo de sítio urbano, que forçou a interpretação do sistema de ruas e pequenas praças por entre a trama dos vales que desembocam na planície alveolar principal da região.

A solução intentada, nos tempos coloniais, pelas ricas cidades mineiras da zona sul, porém, foi bem outra; após a ocupação das estreitas planícies do fundo dos vales, onde estavam as aluviões auríferas, passou-se a ocupar os morros, através da incorporação de seus patamares intermediários e encostas, a topografia menos acidentada. Íngremes ladeiras e ruas transversais tortuosas puseram em ligação os diversos núcleos das pequenas e complexos organismos urbanos ali desenvolvidos. As cidades, que não chegaram a possuir riqueza e força econômica suficientes para construir e manter igrejas, praças e grandes edifícios nos altos patamares de morros, cresceram acanhadas, acompanhando o eixo sinuoso dos vales e dos caminhos principais.

Assim sendo, se para pequenas aglomerações se torna difícil encontrar-se, no Planalto Atlântico, o indispensável espaço geográfico favorável, imagine-se a teor das dificuldades em relação aos problemas de sítio urbano quando se trata de grandes cidades. Na verdade, no interior desse acidentado planalto, raros são os compartimentos de relêvo suficientemente amplos para alojar, sem maiores complicações, organismos metropolitanos de população superior a meio milhão de habitantes.

Tais tipos de exceções locais, entretanto, podem ser reconhecidos:

1. Os compartimentos de relêvo praticamente nulo, situados a montante de soleiras rochosas, sob a forma de planícies e baixos terraços de extensão excepcionalmente ampliada;
2. As superfícies de erosão locais, de relêvo suave, situadas em áreas de antigas planícies e baixos terraços destruídas por ligeiro rejuvenescimento;
3. As bacias sedimentares de formação recente, de origem flúvio-lacustre, localizadas em compartimentos especiais do planalto, resultantes de complicações tectônicas e páleo-hidrográficas dos fins do terciário.

O sítio urbano da cidade de Juiz de Fora ilustra bem o tipo geográfico de espaço urbano do primeiro caso, passível de ser encontrado em raros pontos do Planalto Atlântico. Quem demanda àquela cidade de Minas Gerais, vindo de sul ou de sudeste, percebe logo a grande dificuldade existente para a localização de núcleos no meio da morraria arredondada que caracteriza a Zona da Mata mineira. Naturalmente, entretanto, entra-se em contacto com uma larga planície situada a montante de uma resistente soleira rochosa, que faz parte de um pequeno maciço residual a SE da cidade. Trata-se do único compartimento de relêvo relativamente plano, que se pode encontrar, desde as raízes de Minas Gerais com o Estado do Rio de Janeiro, passível de asilar uma aglomeração urbana da importância de Juiz de Fora. Inegavelmente, trata-se de um pequeno quadro geográfico de exceção, no conjunto do relêvo serrano regional, cuja explicação geomorfológica, aliás, está ainda a pedir uma interpretação acurada.

Por seu turno, Belo Horizonte exemplifica o segundo tipo de sítio urbano de grande cidade, que pode ser encontrado nas regiões serranas do sudoeste do Planalto Atlântico. No caso, não se trata de uma simples planície de soleira, mas de toda um nível de erosão local (a "superfície de Belo Horizonte", de Francis Ruelan), desenvolvida à montante de um bloco maciço de velhos montanhas rejuvenescidas. A cidade permaneceu embutida em um compartimento de relêvo muito suave, situado em um compartimento

Originalidade do sítio da cidade de São Paulo

prof. Aziz Nacib Ab'Sáber

problemas de sítios urbanos em regiões serranas

As regiões serranas do Planalto Atlântico brasileiro, com sua paisagem de morros momelonares e pequenos maciços montanhosos, acidentados e irregulares, criaram sérios problemas para a localização das aglomerações urbanas. Nelas dominam enormes extensões de velhos terrenos de topografia movimentada, em que se alternam morros de vertentes convexas, maciços descontínuos de rochas mais resistentes, um ou outro bloco de planaltos soerguidos e, por toda parte, vales de perfis transversais bem marcados, pertencentes a rêsdes hidrográficas excessivamente densas. Tais condições naturais, no que tange ao relêvo, obrigaram muitas cidades a adaptar sua estrutura urbana às imposições da topografia local a fim de poderem apresentar um sítio urbano relativamente plano. Daí, também, os numerosos exemplos de pequenos centros urbanos alojados no fundo de vales estreitos ou em compartimentos alargados de planícies aluviais, com suas várzeas e baixas terraços, em disposição marcadamente alveolar.

No Estado do Rio de Janeiro, as regiões serranas de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo apresentam apenas minúsculas planícies de soleira, de conformação alveolar, onde as cidades se anicharam incômodamente, comprimidas entre a planície rasa e os sopés relativamente íngremes dos morros de grandes blocos de estofiação. Exceção feita das planícies estreitas e alongadas, somente alguns raros patamares de morros ou ligeiras encostas de declive mais suave deram asilo às edificações urbanas. Neste particular, a cidade de Petrópolis apresenta-nos um belo exemplo de sítio urbano que forçou a interpretação do sistema de ruas e pequenas praças por entre a trama dos vales que desembocam na planície alveolar principal da região.

A solução intentada, nos tempos coloniais, pelas ricas cidades mineiras da zona aurífera foi bem outra; após a ocupação das estreitas planícies do fundo dos vales, onde estavam os aluviões auríferos, passou-se a ocupar os morros, através da incorporação de seus patamares intermediários e encostas de topografia menos acidentada. Íngremes ladeiras e ruas transversais tortuosas puseram em ligação os diversos núcleos dos pequenos e complexos organismos urbanos ali desenvolvidos. As cidades, que não chegaram a possuir riqueza e fôrça econômica suficientes para construir e manter igrejas, praças e grandes edifícios nos altos patamares de morros, cresceram aconhadas, acompanhando o eixo sinuoso dos vales e dos cominhos principais.

Assim sendo, se para pequenas aglomerações se torna difícil encontrar-se, no Planalto Atlântico, o indispensável espaço geográfico favorável, imagine-se o teor das dificuldades em relação aos problemas de sítio urbano quando se trata de grandes cidades. Na verdade, no interior dêsse acidentado planalto, raros são os compartimentos de relêvo suficientemente amplos para alojar, sem maiores complicações, organismos metropolitanos de população superior a meio milhão de habitantes.

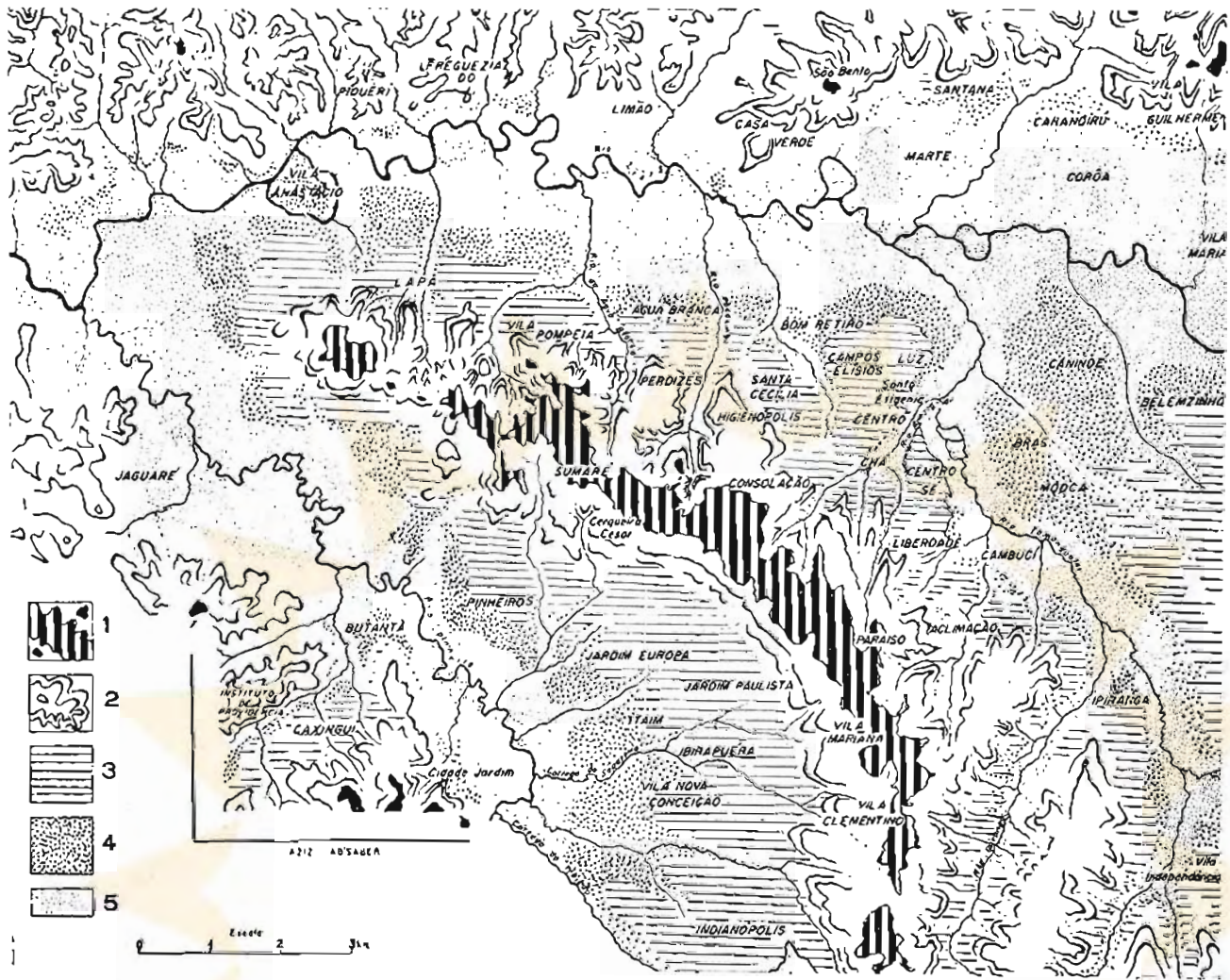
Três tipos de exceções locais, entretanto, podem ser reconhecidos:

- 1 Os compartimentos de relêvo praticamente nulo, situados a montante de soleiras rochosas, sob a forma de planícies e baixos terraços de extensão excepcionalmente ampliada;
- 2 as superfícies de erosão locais, de relêvo suave, situadas em áreas de antigas planícies e baixos terraços destruídos por ligeiro rejuvenescimento;
- 3 as bacias sedimentares de formação recente, de origem flúvio-lacustre, localizadas em compartimentos especiais do planalto, resultantes de complicações tectônicas e páleo-hidrográficas dos fins do terciário.

O sítio urbano da cidade de Juiz de Fora ilustra bem o tipo geográfico de espaço urbano do primeiro caso, passível de ser encontrado em raros pontos do Planalto Atlântico. Quem demanda àquela cidade de Minas Gerais, vindo de sul ou de sudeste, percebe logo a grande dificuldade existente para a localização de núcleos no meio da morraria arredondada que caracteriza a Zona da Mata mineira. Bruscamente, entretanto, entra-se em contacto com uma larga planície situada a montante de uma resistente soleira rochosa, que faz parte de um pequeno maciço residual a SE da cidade. Trata-se do único compartimento de relêvo relativamente plano, que se pode encontrar, desde as raízes de Minas Gerais com o Estado do Rio de Janeiro, passível de asilar uma aglomeração urbana da importância de Juiz de Fora. Inegavelmente, trata-se de um pequeno quadro geográfico de exceção, no conjunto do relêvo serrano regional, cuja explicação geomorfológica, aliás, está ainda a pedir uma interpretação acurada.

Por seu turno, Belo Horizonte exemplifica o segundo tipo de sítio urbano de grande cidade, que pode ser encontrado nas regiões serranas do sudoeste do Planalto Atlântico. No caso, não se trata de uma simples planície de soleira, mas de todo um nível de erosão local (a "superfície de Belo Horizonte", de Francis Ruellan), desenvolvida à montante de um bloco maciço de velhas montanhas rejuvenescidas. A cidade permaneceu embutida em um compartimento de relêvo muito suave, situado

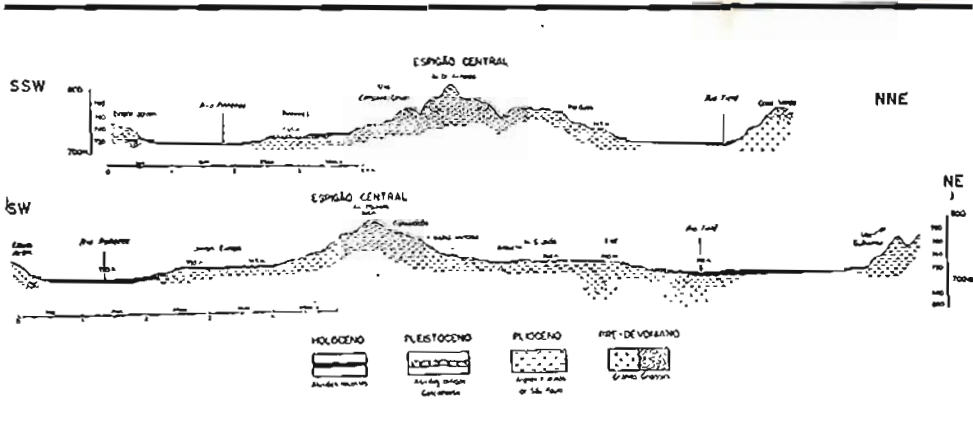
domínios de sítios metropolitanos



Mapa geomorfológico esquemático do sítio urbano de São Paulo

- 1 O Espição Central (800-820 m). Plataforma interfluvial Tietê-Pinheiros: principal remanescente da superfície de erosão de São Paulo, no interior do bacia sedimentar paulistana. Nas colinas de além-Tietê e além-Pinheiros, as plataformas interfluviais análogas estão muito mais dissecadas.
- 2 Altos colinas e espigões secundários esculpidos nas abas das primitivas plataformas interfluviais das colinas paulistanas (750-795 m).
- 3 Terraços fluviais do nível intermediário (745-750 m). Principal nível de "strath terrace" das colinas paulistanas. Plataformas interfluviais secundárias esculpidas nas abas do Espição Central e dotadas de uma tabularidade local marcante.
- 4 Baixos terraços fluviais dos vales do Pinheiros, Tietê e seus afluentes principais. Nível de terraços flúvio-aluviais, de tipo "fill terrace", em geral mantidos por cascalheiros e aluviões antigos. A mapeação dos baixos terraços dos vales secundários tem um grau de precisão muito relativa. Altitude média dos baixos terraços: 725-730 m.
- 5 Planícies aluviais do Tietê-Pinheiros e seus afluentes. Em geral dotadas de dois níveis aluviais: um, raso, baixo e submersível, outrora afetado por cheias anuais; outro, ligeiramente mais alto e menos encharcado, sujeito apenas às cheias periódicas. Nível médio das planícies: 720-722 m.

Nota: Não foram mapeados os terraços estruturais mais elevados e nem os pequenos casos de terraços desdobrados.



Seções geológicas na porção central da bacia de S. Paulo. Note-se o perfil do Espição Central (805-815 m), o nível intermediário esculpido em seus flancos (745-750 m) e os baixos terraços fluviais com cascalheiros (725-730 m)

urbanização nas bacias de compartimentos de planalto

após um dos blocos mais acidentados das formações proterozóicas de Minas Gerais. O assolho urbano da moderna capital mineira é constituído, quase exclusivamente, por formações arqueozóicas, rebatidas a um baixo nível de erosão local, que ficou como que encoixotado profundamente no meio das formações proterozóicas dominantes na porção centro-sul do Estado.

O terceiro tipo de sítio urbano pode ser encontrado em pequenas bacias sedimentares, de origem flúvio-lacustre, formadas em fins do terciário, em que um sistema de colinas e plataformas interfluviais acaba por construir pequenas unidades geomórficas, de topografia suave e homogênea. Tais áreas de exceção do Planalto Atlântico oferecem as maiores e as mais bem situadas áreas para a localização de centros urbanos, no conjunto de terras altas do país. Por isso mesmo, a bacia do médio Paraíba, pela sua própria forma e extensão, pôde asilar um rosário de cidades de tamanho razoável, quer em terras paulistas, quer no território fluminense. Em condições notavelmente semelhantes, duas outras bacias sedimentares viram nascer e desenvolver duas metrópoles estaduais: Curitiba, capital do Paraná, em plena fase de crescimento, e a cidade de São Paulo, o mais importante centro urbano de todo o Planalto Brasileiro.

As colinas, que movimentam o relêvo dos últimos quilômetros que precedem a confluência do Tietê com o Pinheiros, constituem o domínio geográfico que sustenta o corpo principal da capital paulista.

Trata-se de uma área de cerca de 300 km², onde exatamente se encontram representadas as mais diversas formas de relêvo da bacia sedimentar de São Paulo; ali se escalonam níveis topográficos e formas de relêvo dotadas de feições muito próprias e de uma diversificação bastante grande para uma bacia relativamente restrita, como é o caso da que veio conter a metrópole bandeirante. Disso resulta que a sua estrutura urbana teve de se adaptar a um sítio urbano de amplitude altimétrica absoluta relativamente fraca, mas variada nos detalhes do relêvo e no número dos elementos topográficos que comporta.

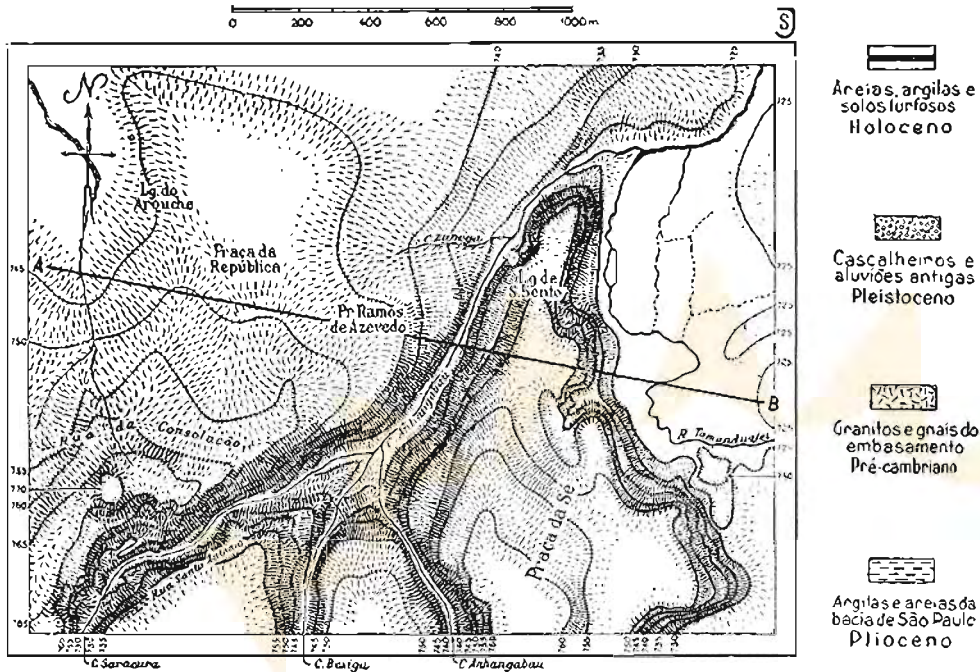
Do fundo dos principais vales da região (Tietê-Pinheiros, 720 m) até as colinas mais elevadas do espigão divisório (810-830 m) existe uma amplitude de pouco mais de um centeno de metros. Entretanto, a despeito dessa diferença entre valores altimétricos extremos, os maiores desníveis entre as colinas e os vales que sulcam raramente vão além de 40 ou 60 metros.

presença do relêvo na paisagem

Quem, de avião, deixa o aeroporto de Congonhas, situado ao sul da cidade, em demanda do norte, tem oportunidade de observar um dos mais característicos elementos do sítio urbano de São Paulo: trata-se do que denominamos de **Espigão Central**, alongado e estreito divisor de águas entre as bacias do Tietê e do Pinheiros. Nada mais é do que uma plataforma interfluvial, disposta em forma de uma irregular abóbada rovinada, cujos flancos descaem para NE e SW, em patamares escalonados, até atingir as vastas calhas aluviais, de fundo achatado, por onde correm as águas do Tietê e do Pinheiros. A avenida Paulista superpõe-se exatamente ao eixo principal desse espigão, enquanto o interminável casario dos bairros recobre seus dois flancos. Nos patamares tubulares médios, constituídos pelas baixas colinas da margem esquerda do Tietê, o bloco de quarteirões compactos da área central da cidade torna-se, muitas vezes, ainda mais maciço, projetando verticalmente o silhueta dos arranha-céus e dos grandes edifícios. Neste trecho, mais do que noutros, os elementos do relêvo encontram-se inteiramente mascarados pelas linhas quebradas e irregulares das grandes construções urbanas.

Um contraste relativamente sensível existe entre as duas vertentes do Espigão Central. Na do Tietê, os flancos do importante divisor apresentam um escalonamento e um espaçamento de níveis intermediários, muito mais pronunciados do que na vertente do Pinheiros. É fácil perceber-se que, da avenida Paulista para o sul e sudoeste (vertente do Pinheiros), existe uma série de ladeiras, de rampas acentuadas, dotadas de certo alinhamento e continuidade. Esta face do Espigão Central é pouco festonada e os declives são rápidos e diretos, desde os altos rebordos até o nível tabular suavizado do Jardim Paulista e do Jardim Europa. Pelo contrário, a face norte e nordeste do espigão (vertente do Tietê) descai através de uma série de espigões secundários, separados pelos sulcos bem marcados de pequenos vales paralelos e pouco ramificados. O tópo desses espigões secundários é caracterizado por alternâncias de rampas ligeiramente inclinadas e patamares aplainados escalonados, de extensão variável. O mais extenso e importante deles corresponde ao nível das colinas do "Triângulo" histórico e da Praça da República (745-750 m), que é uma réplica exata do nível tabular suavizado do Jardim Paulista e do Jardim Europa (745-750 m). Trata-se de esplanadas tabulares de grande significação para o sítio urbano, já que asilam o corpo principal do organismo urbano.

A posição desse nível tabular intermediário, colocado entre as altas colinas e as áreas de planície e baixos terraços fluviais ("fill terraces"), dos dois principais cursos d'água paulistanos, não deixa dúvidas quanto à sua natureza genética: constitui



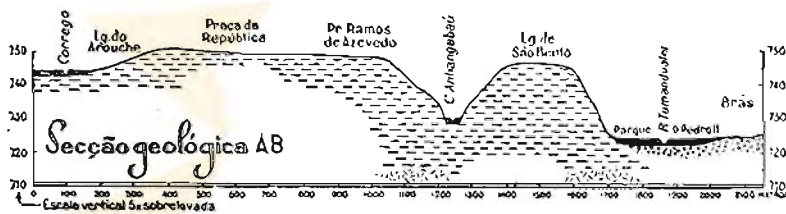
Areias, argilas e solos lúvicos
Holoceno

Cascalheiros e aluviões antigos
Pleistoceno

Granitos e gnais do embasamento
Pré-cambriano

Argilas e areias da bacia de São Paulo
Plioceno

Topografia da área central da cidade de São Paulo (concepção gráfica de N. I. Müller, W. Faustino, A. Ab' Sáber e J. Soukup). O sítio urbano original de São Paulo: uma colina de vertentes escarpadas e tampo relativamente plano (745-750 m), situada no ângulo interno da confluência entre o Tamanduateí e Anhangabau e vinculada a um esporão secundário do Espigão Central



1 Altas colinas da margem direita do Tietê, a área de Santana-Tucuruvi (760-790 m). Note-se a vocação das colinas para o desenvolvimento de áreas residenciais

2 Áreas alagadiças na margem direita do Tietê, com uma apreciável porcentagem de vazios. Ao fundo, visão da massa de arranha-céus da parte central da cidade

3 Altas colinas de além-Pineiros, bairro do Morumbi. Área de loteamento moderno, em franco processo de ocupação urbana, com residências de padrão elevado.

um nível de terraceamento antigo, ou seja, um nível de "strath terrace" do Tietê e do Pinheiros.

Nas porções enxutas da planície do Tietê, assim como nos terraços aluviais marginais e nas zonas de transição entre os terraços e os flancos mais suaves das colinas terciárias (segundo "grosso modo" a orientação E-W do Tietê), alinham-se as instalações ferroviárias e as áreas industriais principais da cidade. As ferrovias seguiram as zonas de transição entre as planícies aluviais e as colinas mais suaves, superpondo-se, muitas vezes, nos principais tratos de terraços fluviais que a região de São Paulo apresenta. Essas áreas baixas e mal drenadas, que por muito tempo permaneceram abandonadas, isolando as principais colinas urbanizadas, constituem, hoje, o sítio básico do parque industrial paulistano. Nota-se, imediatamente, que a maior porcentagem dos bairros residenciais coincide com os diversos níveis das colinas, ao passo que a grande maioria dos bairros industriais e operários justapõe-se aos terraços e planícies aluviais do Tietê e alguns de seus afluentes.

Ao centro da larga e contínua planície do Tietê, seccionando indiferentemente meandros abandonados, diques marginais antigos e ligeiras depressões ologáveis, destaca-se a silhueta inconfundível do canal de retificação. Desta forma, esboça-se a recuperação geral do único elemento do relêvo regional que ainda não participou da área urbanizada; e chega a ser impressionante a extensão dos espaços urbanos possíveis de recuperação, nesse trecho de baixadas aluviais.

as colinas de além-Tietê
e além-Pinheiros

As colinas, os outeiros e morros baixos, que se alinham não longe da confluência do Tietê com o Pinheiros, caracterizam-se por seus perfis abruptos e dissimétricos em relação às baixadas, os terraços e patamares intermediários escalonados, existente no ângulo interno da referida confluência. Faltam, ali, principalmente, os níveis intermediários que tão bem caracterizam as margens opostas. As encostas dos pequenos outeiros e morros aproximam-se muito da planície aluvial, descaindo rapidamente através de perfis convexos; fato que se observa tanto na vertente do Pinheiros, como na do Tietê. Daí uma flagrante dissimetria nos perfis transversais dos dois principais vales regionais.

Cumpramos observar que, a despeito dessa dissimetria generalizada, os níveis dos topos das altas colinas e outeiros da margem direita do Tietê e da esquerda do Pinheiros estão nivelados a altitudes grosso modo equivalentes às do Espigão Central. Com efeito, dominam na região altitudes que oscilam entre 770 e 820 m, que correspondem aos testemunhos geomórficos do que poderemos chamar a superfície de São Paulo. Tal superfície secciona, indiferentemente, formações cristalinas antigas as mais diversas e camadas sedimentares dos testemunhos e das indentações locais da bacia de São Paulo.

síntese dos elementos
topográficos

Para a melhor compreensão das características do sítio urbano de São Paulo, nada mais útil do que a discriminação dos elementos topográficos que participam da condição de base das edificações urbanas. Um perfil topográfico, orientado de SW para NE, transversalmente ao Espigão Central, constitui tarefa indispensável para a compressão dos níveis de altitudes e das formas de relêvo da principal porção do sítio urbano da capital. Em ambos os flancos daquele espigão divisor definem-se patamares escalonados, que descaem até os baixos terraços fluviais e planícies de inundação dos dois cursos d'água que drenam a bacia de São Paulo.

Tomando por base tal critério, poderemos reconhecer os seguintes componentes do sítio urbano do trecho principal da metrópole paulista:

1 Altas colinas de tópo aplainado do Espigão Central

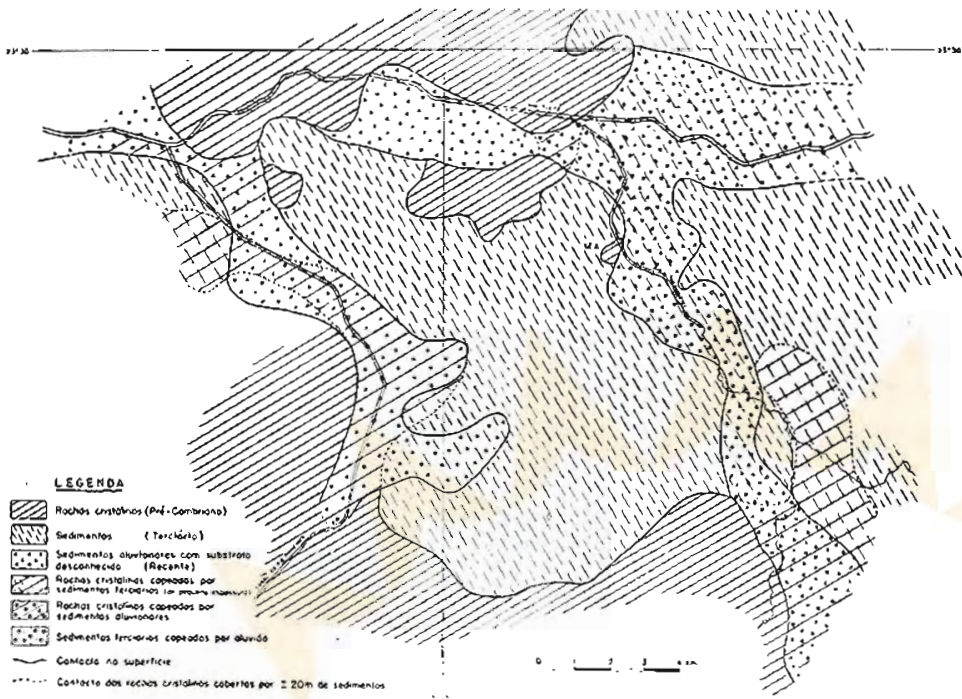
Áreas típicas: trechos percorridos pela rua Domingos de Morais e avenidas Paulista e Dr. Arnaldo. Altitude média: 805-830 m.

2 Altas colinas dos rebordos dos espigões principais

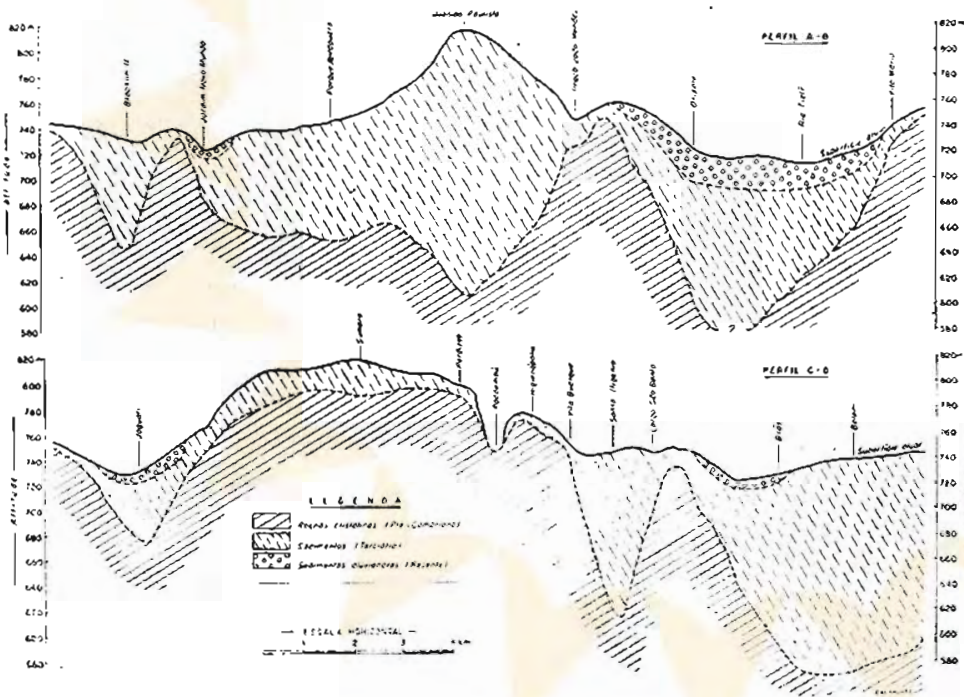
Dentro delas, cumpre distinguir: a) altos esporões dos espigões principais (colinas do Sumaré); b) altas colinas isoladas ou ligeiramente isoladas em relação aos rebordos dos espigões principais (colinas da Aclimação). Trata-se das regiões relativamente acidentadas, onde se localizam as cabeceiras dos pequenos afluentes da margem esquerda do Tietê e direita do Pinheiros. Altitudes variando entre 780 e 830 m com desníveis absolutos de 60 até 110 m, em relação ao talvegue dos rios principais.

3 Patamares e rampas suaves escalonadas dos flancos do Espigão Central

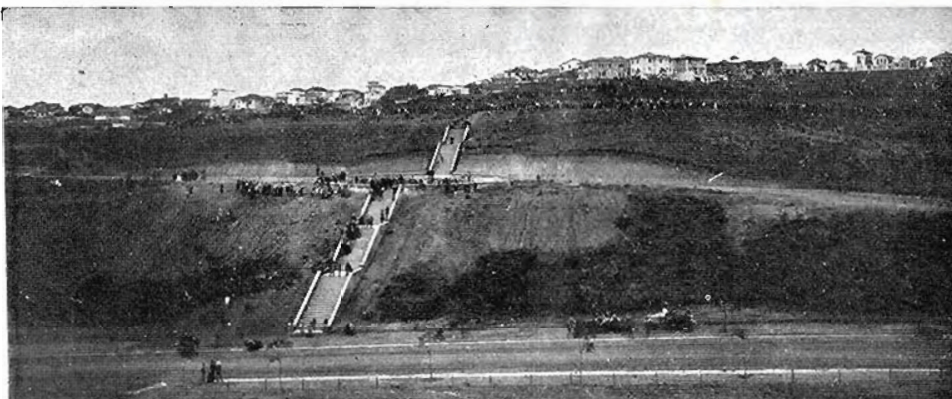
Trata-se de patamares elevados e relativamente planos, dispostos na forma de largos espigões secundários perpendiculares ao eixo do divisor Tietê-Pinheiros. Tais patamares descontínuos e decrescentes, esculpidos nas abas do Espigão Central, foram retalhados pela porção média e superior dos vales dos pequenos afluentes do Tietê e Pinheiros. Áreas típicas: patamares e rampas encontradas a diversas alturas das avenidas radiais que demandam o Espigão Central, mormente na ver-



Mapa geológico da bacia sedimentar de São Paulo, segunda Viktor Leinz e Ana M. Vieira de Carvalho (1957)



Perfis geológicos da bacia sedimentar de São Paulo (Leinz e Carvalho, 1957)



Vertentes do vale do Pacoembú, entre Higienópolis e av. Paulista. Esta foto, de 1928, quando do início de urbanização do conjunto do Estádio do Pacoembú, dá uma idéia do tardio desenvolvimento da ocupação urbana nas encostas escarpadas das altas colinas vinculadas ao Espigão Central. Note-se a ligeira mamelonização que dominava as vertentes das colinas regionais. Foto: Cia. City

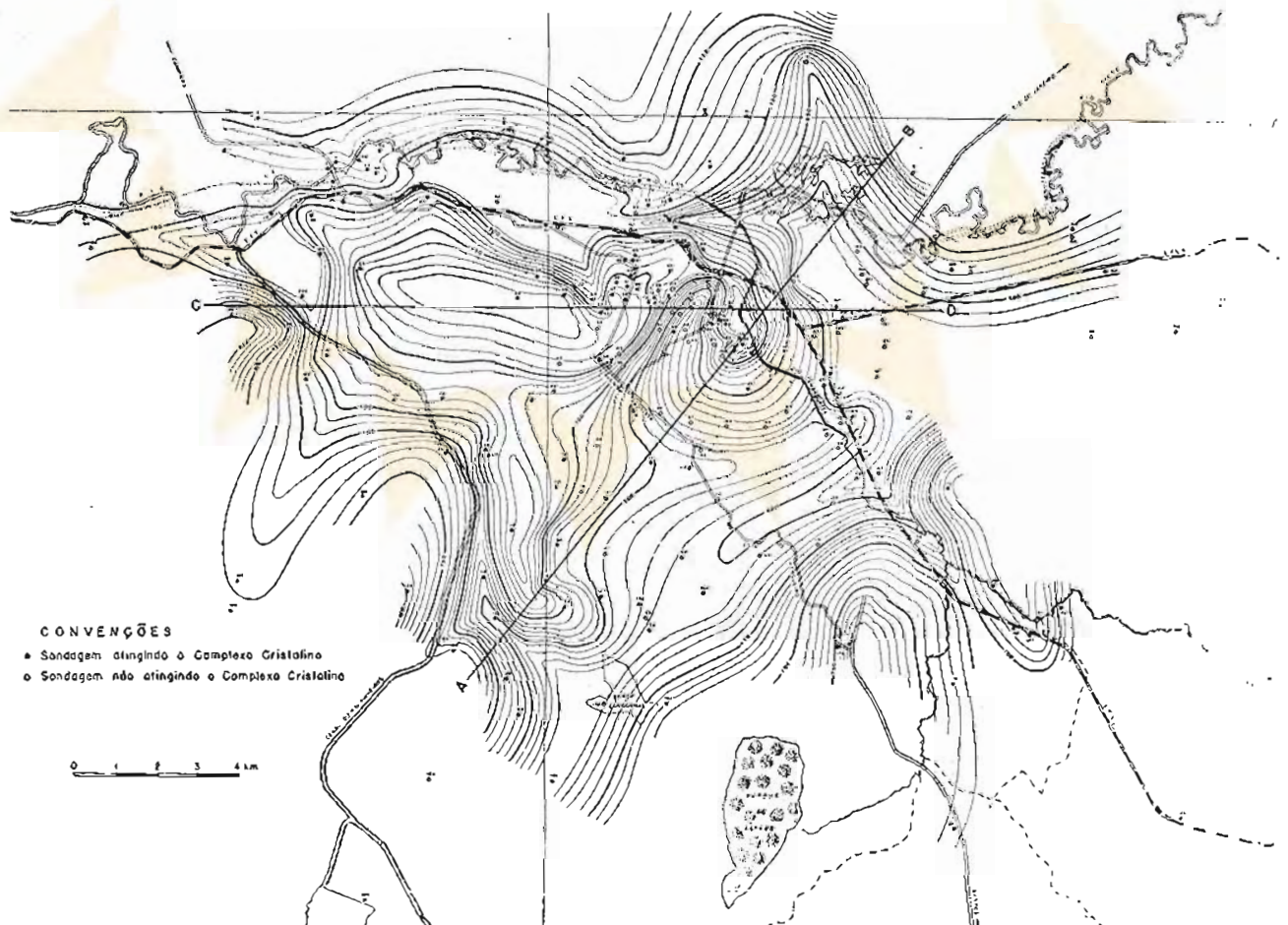


Panorama da área de desenvolvimento moderno da urbanização no Espigão Central das colinas paulistas. Vista da av. Paulista, entre o Parque Siqueira Campos e a rua Bela Cintra (810 m)



O vale do Anhangabau na parte central da cidade. Outrora um ponto de separação entre os dois núcleos da aglomeração urbana, o vale é hoje via mestra da circulação metropolitana. A foto é um documento das relações entre o relevo e a estrutura urbana do coração da cidade, demonstrando o esquema da circulação interno em planos inter cruzados, possibilitada pela rede de viadutos

Topografia do embasamento da bacia sedimentar de São Paulo de "Contribuição à geologia da bacia de São Paulo" de Viktor Leinz e A. M. Vieira de Carvalho e o contacto entre os terrenos sedimentares da bacia de São Paulo e o embasamento cristalino é bastante movimentado na parte central da bacia. O esboço topográfico dá uma idéia das pequenas cripto-depressões existentes no assaolho da mesma



tente do Tietê (Lins de Vasconcelos, Liberdade, Brigadeiro Luís Antônio, Consolação, Angélica, Cardoso de Almeida, Pompéia). Altitude dos patamares e rampas: 750 a 800 m.

4 Colinas tabulares do nível intermediário

Plataformas tabulares de grande importância como elementos do sítio urbano, dispostas de 15 a 25 m acima do nível dos baixos terraços fluviais e planícies de inundação do Tietê e do Pinheiros. Esse nível foi seccionado, de trecho em trecho, pelos médios vales dos principais subafluentes do Tietê e do Pinheiros, restando sob a forma de suaves tabuleiros e baixas colinas. Áreas típicas: colinas do "Triângulo", Praça da República, Santa Ifigênia, Campos Elíseos, Jardim Europa, Jardim Paulista, Vila Nova Conceição, Brooklin, Indianópolis, Santo Amaro, Belém, Tatuapé. Altitude média muito constante, variando entre 745 e 750 m.

5 Baixas colinas terraceadas

Aparecem contíguas aos primeiros terraços fluviais mantidos por cascalheiros. Áreas típicas: Itaim e Parque São Jorge. Altitude entre 730 e 734 m.

6 Terraços fluviais de baixadas relativamente enxutas

Mantidos por cascalheiros e aluviões arenosas e argilosas. Áreas típicas: Brás, Pari, Coniné, Presidente Altino, Maranhão, Jardim América, Pinheiros, além de trechos de Vila Nova Conceição, Itaim, Santo Amaro e Lapa. Altitudes médias variando entre 724 e 730 m, na calha maior dos vales principais.

7 Planícies de inundação sujeitas a inundações periódicas

Zonas largas e contínuas, domínio de aluviões argilo-arenosas recentes e solos turfosos de várzea. Altitude variando entre 722 e 724 m.

8 Planícies de inundação sujeitas a enchentes anuais

Zona de "banhados" marginais e meandros abandonados, com solos argilosos escuros permanentemente encharcados. Altitude variando entre 718 e 722 metros.

No conjunto dos minguados espaços geográficos que, dentro das regiões serranas do Brasil Sudeste, são realmente susceptíveis de asilar verdadeiros organismos metropolitanos, o caso do sítio urbano de São Paulo constitui magnífica e importante exceção. Trata-se de uma bacia sedimentar de compartimento de planalto, desfeita em um sistema de colinas, dotado de uma notável riqueza de detalhes topográficos e de uma expressiva vocação para urbanização. A isso se deve juntar o fato de se tratar de um dos mais importantes entroncamentos de rotas terrestres do Brasil Oriental. Na realidade, em seu conjunto, a região de São Paulo tem se comportado como uma espécie de entroncamento-patamar entre o litoral e os planaltos interiores do Brasil Centro-Occidental. Pelos vales que seccionam as colinas paulistanas, ou pelos interflúvios e patamares delas próprias, entram e saem as veias mestras das rotas de circulação terrestres básicas do país, pondo em ligação áreas do litoral (baixada santista e baixo Ribeira), com as regiões serranas (alto Tietê, alto Paraíba, Paranapiacaba-Ibiuna-São Roque), depressões intermontanas (médio vale do Paraíba) e os mais variados e distantes compartimentos interiores dos planaltos do Brasil Meridional, Brasil Central e Brasil Oriental.

conclusões

bibliografia

Ab'Sáber, Aziz Nacib

1952 Geomorfologia da região do Jaraguá, em São Paulo. Anais da Assoc. dos Geógr. Bras., vol. II (1947), publ. em 1952, São Paulo.

1953 Os terraços fluviais da região de São Paulo. Anuário da Fac. de Filas. "Sede Sapientiae".

1957 Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. Bol. da Fac. de Filas. Ciências de Letras do U.S.P., n.º 219, Geografia 12, São Paulo.

1958 O sítio de São Paulo, in "A Cidade de São Paulo — Estudos de geografia urbana" dir. por Aroldo de Azevedo.

1962 A região da cidade de São Paulo — O quadro natural, in "Guia do Estado de São Paulo — A região da Capital Paulista". I.B.G.E., São Paulo.

Almeida, Fernando F. Marques de

1958 O planalto paulistano, in "A Cidade de São Paulo — Estudos de geografia urbana", dir. por Aroldo de Azevedo. Cia. Ed. Nac., São Paulo.

Freitas, Afonso A. de

1930 Dicionário histórico, topográfico, ethnographico illustrado do Município de São Paulo. Tomo I, Graph. Paulista Editora, São Paulo.

Monbeig, Pierre

Le Site Urbain, in "La Croissance de la Ville de São Paulo", Impr. Allier, Grenoble.

Petrone, Pasquale

1948 Breve estudo sobre o sítio urbano de São Paulo. Filosofia, Ciências e Letras, ano XII, n.º 12, São Paulo.

Sampaio, Teodoro Fernandes

1899 Observações sobre a topografia, o solo e água do subsolo da Cidade de São Paulo. in "Aponts. para o Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro", de Alfredo Moreira Pinto, 3.º vol., Rio de Janeiro.



arq. Augusto Boccara



Nasceu em 1934, realizou estudos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires e posteriormente investigações sobre temas de estética pura e aplicada. Seguiu a carreira docente nas universidades argentinas de La Plata e Buenos Aires, sendo autor de numerosas publicações e artigos sobre temas visuais e de urbanismo. Recebeu também, nesse país, várias distinções e prêmios por trabalhos de arquitetura.

Desde 1960 encontra-se radicado no Brasil, tendo realizado durante esse ano, estudos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo sobre arquitetura moderna no Brasil. A mais do exercício profissional, colabora, desde 1961, na orientação gráfica e a criação das capas de "Acropole", uma das poucas revistas de arquitetura que mês a mês procura efeitos visuais originais, em seu frontespício, produto de técnicos gráficos sempre diferentes.